



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**PAULO ROBERTO ROSA CALEGARO**

**QUAL A PARTE QUE LHE CABE NESTE LATIFÚNDIO?: AS  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE  
A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL**

Salvador  
2014

**PAULO ROBERTO ROSA CALEGARO**

**QUAL A PARTE QUE LHE CABE NESTE LATIFÚNDIO?: AS  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE  
A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora – Profa. Dra. Tânia Fischer

Salvador  
2014

Escola de Administração - UFBA

C148 Calegato, Paulo Roberto Rosa.

Qual a parte que lhe cabe neste latifúndio?: as representações sociais como instrumento de integração entre a responsabilidade social empresarial e desenvolvimento territorial / Paulo Roberto Rosa Calegato. – 2014. 126 f.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Fischer.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Administração municipal. 2. Responsabilidade social da empresa. 3. Representações sociais. 4. Comunidades – Organização para o desenvolvimento. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 352

**PAULO ROBERTO ROSA CALEGARO**

**QUAL A PARTE QUE LHE CABE NESTE LATIFÚNDIO?: AS  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE  
A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em \_\_/\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer - orientadora  
Doutora em Administração  
Professora da Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Marcus Alban Suarez  
Doutor em Economia  
Professor da Universidade Federal da Bahia

---

Profa. Dra. Ana Cristina Fermino Soares  
Doutora em Produção Vegetal  
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

---

Me. Aislan Ribeiro Greca  
Mestre em Desenvolvimento Regional  
Coordenador do Programa Petrobras Agenda 21

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE PAULO ROBERTO ROSA CALEGARO DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e catorze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Profa. Dra. Tânia Fischer** (UFBA), orientadora do aluno, pelos membros titulares **Prof. Dr. Marcus Alban Suarez** (UFBA), **Profa. Dra. Ana Cristina Fermino Soares** (UFRB) e **Me. Aislan Ribeiro Greca** (Coordenador do Programa Petrobras Agenda 21), se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: "**QUAL A PARTE QUE LHE CABE NESTE LATIFÚNDIO?: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**", de autoria de **Paulo Roberto Rosa Calegato**. Após a apresentação da dissertação, o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser

*aprovado*

Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pelo mestrando.

Salvador, 16 de outubro de 2014.

**Profa. Dra. Tânia Fischer**  
(UFBA - Orientadora)

**Prof. Dr. Marcus Alban Suarez**  
(UFBA)

**Profa. Dra. Ana Cristina Fermino Soares**  
(UFRB)

**Sr. Paulo Roberto Rosa Calegato**  
(Mestrando)

**Me. Aislan Ribeiro Greca**  
(Coordenador do Programa Petrobras Agenda 21)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar tudo que sou e todos que tenho ao meu lado. Ao meu pai e minha mãe, ele por ser um exemplo de que é preciso ter objetivos, persistência e de ser versátil, conhecer de tudo um pouco, ela por passar o gosto pelo estudo e ensinar a não se preocupar com coisas, mas com pessoas.

À minha companheira Priscila, por ser meu porto seguro, pelo apoio e compreensão, abrindo mão de seus afazeres e segurando as pontas com as crianças quando tive que me dedicar mais ao estudo. Por compartilhar comigo as coisas mais importantes que temos na vida: Pedro e Lucas, por enquanto. A estas duas figuras agradeço por existirem e me encherem de felicidade e orgulho, Pedro com sua inteligência lógica e emocional e sua parceria, Lucas com sua alegria contagiante e suas 'artes'.

A todos estes pelo amor e dedicação.

Agradeço à Tânia Fischer, minha orientadora, pela confiança e pela oportunidade de convivência com a pessoa mais visionária e inovadora que já conheci.

À Sheila, gerente da área onde atuo, por permitir e acreditar que valia a pena trocar algumas horas de trabalho por horas de estudo, refletindo em uma atuação melhor.

À Rebeca e Máisa pelas sugestões, por apoiar e acompanhar o trabalho de campo e por ajudar na sistematização da etapa exploratória da pesquisa.

CALEGARO, Paulo Roberto Rosa. **Qual a parte que lhe cabe neste latifúndio?:** as representações sociais como instrumento de integração entre a responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento territorial. 126 f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

## RESUMO

Ainda que seu conceito possa abarcar diferentes perspectivas ideológicas, o desenvolvimento de um território passa, necessariamente, por interorganizações que articulam Estado, mercado e sociedade. Estudos hegemônicos sobre desenvolvimento territorial centram-se na análise de como se estruturam economicamente estes espaços, reservando lugar de destaque às organizações privadas. Em tempos contemporâneos, porém, as empresas não estão apenas no centro das discussões da dinâmica econômica dos territórios, mas também são cobradas por seu envolvimento em questões sociais e ambientais, devem levar em conta outras expectativas de seus stakeholders. É neste contexto que se enquadra o presente estudo, buscando subsídios no campo da psicologia social, na teoria das representações sociais, para estabelecer uma escuta qualificada dos stakeholders de uma organização privada de modo a possibilitar a integração da responsabilidade social empresarial ao processo de desenvolvimento territorial. Trata-se de um estudo de caso em um município do recôncavo baiano, analisando as representações sociais da sociedade civil e do poder público desta localidade sobre como se dá o desenvolvimento territorial e qual o papel de cada ator neste processo, em especial aqueles atribuídos à empresa X, uma importante corporação presente no território. O município vive um momento de efervescência de investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos públicos, além da chegada recente de uma universidade federal e da implantação de vários projetos sociais pela empresa X. Observa-se, no entanto, que as intervenções se dão de forma desordenada e fragmentada, motivo pelo qual buscou-se compreender as expectativas e crenças que balizam as ações da sociedade civil e poder público de modo a orientar as práticas de responsabilidade social da empresa. Analisando os discursos dos sujeitos coletivos a partir de entrevistas em profundidade com vinte lideranças, nota-se a desigual distribuição de poder entre os atores presentes no território, que reconhecem em certa medida os investimentos que estão sendo realizados no município mas questionam as relações ali estabelecidas. Ao propor papéis ideais para cada ator social, poder público e sociedade civil revelam a necessidade de mudança de uma relação de dependência para uma relação que proporcione maior autonomia da sociedade civil, ainda que possíveis resistências a reordenação do poder estejam presentes em alguns discursos. À empresa, os entrevistados atribuem papéis relacionados à qualificação e empregabilidade da mão de obra local, emergindo também nos discursos a vontade de ser parte do sucesso da empresa, de pertencer ao mesmo grupo, apropriar-se da riqueza produzida no território. Conhecidas as representações sociais, que revelam as crenças e expectativas dos grupos entrevistados, propõe-se a integração da atuação da empresa não somente por meio dos papéis a ela designados, mas analisando possibilidades levantadas nos discursos sobre o desenvolvimento do município como a formação empreendedora, o investimento na cultura, considerada um diferencial do município, e o fomento à capacitação e organização da sociedade civil, possibilitando uma efetiva articulação interorganizacional para o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Responsabilidade Social Empresarial. Representações Sociais.

CALEGARO, Paulo Roberto Rosa. **What's your share in this latifundium?:** the social representations as integration instrument between corporate social responsibility and the territorial development. 126 f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

### **ABSTRACT**

The development of a territory, regardless of the ideological perspective, necessarily involves inter-organizations that articulate state, corporations and society. Territorial development studies focuses on the analysis of how to structure these areas economically, with emphasis on corporations. Nowadays, companies are not involved only in discussions of the economic dynamics of the territories, but they're also charged for their involvement in social and environmental issues, they need to listen the expectations of stakeholders. It is in this context that fits this study, based on the field of social psychology, analyzing the stakeholder's social representations to integrate a corporate social responsibility to the territorial development process.

This is a case study in a city of Bahia state, at the Recôncavo region, examining social representations of civil society and government on how is the territorial development in that locality and the role of each actor in the process, especially those assigned to company X, a major corporation in this territory. The city experience a moment with a lot of public investments in infrastructure and public facilities, besides the recent arrival of a federal university and the implementation of social projects by the company X. It is observed, however, that interventions occurred on a disorderly and fragmented manner, which is why we attempted to understand the expectations and responsibility of each actor. Analyzing the discourse of collective subjects from in-depth interviews with twenty leaders, was noticed the unequal distribution of power among actors of the territory, which recognize the investments being made in the city, but question the relationships established there. By proposing ideal social roles for each actor, government and civil society reveal the need for change in a dependent relationship to a relationship that provides civil society autonomy, although it is possible to see resistance in some speeches. For the company, respondents attribute roles related to qualification and employability of local labor, also appear the will to be part of the company's success, belonging to the same group and appropriating the richness produced in the territory. Known social representations, that reveal the beliefs and expectations of the groups interviewed, we propose the integration of the companies activities not only through the roles assigned to it, but analyzing possibilities raised in the discourse on the city's development as entrepreneurial training, investment in culture, considered a differential in this territory, and promotion of empowerment and organization of civil society, enabling an effective inter-organizations articulation to the territorial development.

Key words: Territorial Development. Corporate Social Responsibility. Social Representations.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos discursos sobre o desenvolvimento atual do município, por temática seguido de ideia central.....	70
Tabela 2 – Distribuição dos discursos sobre o desenvolvimento atual do município, por ideia central .....	81
Tabela 3 – Distribuição dos discursos sobre o diferencial do município, por ideia central .....	82
Tabela 4 – Distribuição dos discursos sobre o município no futuro, por ideia central .....	84
Tabela 5 – Distribuição dos discursos sobre como de dão as relações entre os atores presentes no território, por ideia central .....	88
Tabela 6 – Distribuição dos discursos sobre a influência dentro do grupo poder público, por ideia central.....	93
Tabela 7 – Distribuição dos discursos sobre a influência dentro do grupo sociedade civil, por ideia central.....	94
Tabela 8 – Discurso sobre a necessidade das interorganizações para o desenvolvimento.....	96
Tabela 9 – Discurso sobre o papel do poder público, por ideia central.....	97
Tabela 10 – Discurso sobre o papel da sociedade civil, por ideia central. ....	100
Tabela 11 – Discurso sobre o papel das empresas. ....	103
Tabela 12 – Discurso sobre “O que a empresa X faz hoje pelo desenvolvimento”, por ideia central. ....	104
Tabela 13 – Discurso sobre o papel da empresa X, por ideia central.....	107
Tabela 14 – Discurso sobre modelo de desenvolvimento, por ancoragem. ....	111

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL</b> .....	15
<b>3</b>	<b>RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL</b> .....	28
<b>4</b>	<b>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	38
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	45
<b>6</b>	<b>O CASO</b> .....	50
1.1	MUNICÍPIO Y E O DESENVOLVIMENTO.....	50
1.2	RESPONSABILIDADE SOCIAL NA EMPRESA X.....	57
1.3	EMPRESA X E O MUNICÍPIO Y .....	63
<b>7</b>	<b>OS DISCURSOS DO SUJEITO COLETIVO</b> .....	68
1.4	DISCURSOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO .....	69
<b>1.4.1</b>	<b>Desenvolvimento atual do município</b> .....	69
<b>1.4.2</b>	<b>Diferencial</b> .....	82
<b>1.4.3</b>	<b>Município no futuro</b> .....	84
1.5	DISCURSOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES SOCIAIS.....	87
<b>1.5.1</b>	<b>Como se dão as relações entre os atores presentes no território</b> .....	87
1.5.1.1	<i>Influência dentro do grupo poder público</i> .....	92
1.5.1.2	<i>Influência dentro do grupo sociedade civil</i> .....	94
<b>1.5.2</b>	<b>Reconfiguração das relações</b> .....	96
1.5.2.1	<i>Papel do poder público</i> .....	97
1.5.2.2	<i>Papel da sociedade civil</i> .....	99
1.5.2.3	<i>Papel das empresas</i> .....	103
1.5.2.4	<i>Papel da empresa X</i> .....	104
1.6	DISCURSOS SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO.....	110
<b>1.6.1</b>	<b>O que é desenvolvimento</b> .....	111
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121
	<b>APÊNDICES A – Roteiro de entrevista (exploratória)</b> .....	125
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista (obter discursos)</b> .....	126

## 1 INTRODUÇÃO

Esta cova em que estás com palmos medida. É a conta menor que tiraste em vida. (...) É a parte que te cabe deste latifúndio (...) É a terra que querias ver dividida.

Chico Buarque de Holanda,(1966)

Com este trecho da música “Funeral de um lavrador”, de Chico Buarque de Holanda, introduzimos nosso objeto de estudo: o desenvolvimento territorial e o papel de cada ator social neste processo. A composição trata do funeral de um homem que trabalhara em um grande latifúndio, do qual sonhava ter sua justa parte; irônica e tragicamente o autor classifica a cova do lavrador como “a parte que te cabe neste latifúndio”, a terra “com palmos medida” que “querias ver dividida”. Transpondo para nosso estudo podemos refletir sobre as seguintes questões: A quem pertence e a quem serve o latifúndio (o território)? - colocando em pauta os conflitos envolvendo a posse e uso do território. Que desenvolvimento é esse e quem se beneficia dele? ou Qual a conta que tirarei? – os projetos de desenvolvimento territorial e seus beneficiários. A quem interessa ver o latifúndio dividido? - as diferentes motivações, interesses e expectativas dos atores sociais. Qual a parte que cabe a cada um dos atores sociais deste latifúndio? ou Qual a parte que lhe cabe neste latifúndio? – os papéis atribuídos a si (como instituição, como sujeito coletivo) e aos outros atores sociais.

A nosso ver, questões como estas deveriam ser colocadas para qualquer tipo de intervenção com vistas ao processo de desenvolvimento territorial, processo este que passa, necessariamente, por interorganizações que articulam Estado, mercado e sociedade. Estudos hegemônicos sobre desenvolvimento territorial centram-se na análise de como se estruturam economicamente estes espaços, reservando lugar de destaque às organizações privadas. De acordo com Dallabrida, Fernández e Siedenberg (2004) as abordagens que enfocam o desenvolvimento a partir dos territórios podem ser classificadas como globalistas ou regionalistas. A primeira tem suas bases nos princípios neoliberais, na competição entre as cidades ou regiões por investimentos privados, seja pela oferta de concessões para promover a redução de custos às empresas ou por estratégias urbanas. A abordagem regionalista, que comporta diversas variações, retoma em certa medida o enfoque clássico de Marshall, segundo o qual as aglomerações econômicas surgem em função de 3 motivos: a aglomeração proporciona o fenômeno de labor pooling (bacia de mão-de-obra qualificada); caracterizam-se

pela densidade de redes entre produtores e fornecedores especializados, atraindo outras empresas; oferece importantes externalidades tecnológicas positivas. O avanço de tais estudos reflete processos contemporâneos, como o enfraquecimento dos Estados nacionais e a quebra de fronteiras para o capital, fazendo com que as corporações tenham seu papel ainda mais fortalecido na arena sociopolítica de definição de modelos e práticas para o desenvolvimento dos territórios.

Paralelamente ocorre a re/indefinição dos chamados primeiro, segundo e terceiro setor, alterando as responsabilidades atribuídas a cada um deles no processo de desenvolvimento. Sem almejar dar conta dos aspectos que envolvem a reordenação mundial de poder, é possível fazer um recorte para demonstrar o crescimento do tamanho e influência das empresas: ganham relevância a partir das grandes unidades fabris da revolução industrial, passam pela globalização econômica que propicia o surgimento das transnacionais, e pela revolução tecnológica e informacional, inaugurando, entre tantas outras coisas, uma era de financeirização da economia, em que os valores intangíveis são tão reais quanto os tangíveis, ou até mais valorados. Crises e contra-movimentos se apresentam neste ínterim e, não por acaso, as organizações privadas passam a sofrer pressão de seus stakeholders para que se posicionem também na dimensão social do desenvolvimento. Alguns marcos históricos propiciaram mudanças significativas no posicionamento social das empresas no Brasil e no mundo: movimentos associativos das classes trabalhadoras ainda antes de 1900, desencadeando a estruturação do movimento sindical; a primeira convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919; pressões da sociedade confrontando o poder do governo e das empresas por volta de 1930, sob a forma de organizações como as ligas camponesas e comunidades eclesiais de base; a consolidação das leis do trabalho (CLT) - 1943; criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e a declaração universal dos direitos humanos em 1948; a conferência de Estocolmo em 1972 e no Rio de Janeiro em 1992; as greves trabalhistas no ABC paulista no final dos anos 70; criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em 1993 e do instituto ETHOS em 1998; o pacto global em 2000 e a publicação da norma ISO 26.000 em 2010.

Surge e amadurece a partir destes marcos o conceito de Responsabilidade Social, definido na norma ISO 26000:

Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e bem estar da sociedade; - leve em consideração as expectativas das partes interessadas; - esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; - esteja integrada em toda a

organização e seja praticada em seus relacionamentos. NOTA 1 Atividades incluem produtos, serviços e processos. NOTA 2 Relações referem-se às atividades da organização dentro de sua esfera de influência (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2010).

A função social das organizações não se limita mais à geração de riqueza e de oportunidades de trabalho, é preciso levar em conta outras expectativas das partes interessadas.

Ressaltada a importância e influência das organizações privadas nos territórios, a problemática passa a ser então como este ator social (a empresa) pode ou deve contribuir e, principalmente, como integrar-se ao processo de desenvolvimento do território em que se encontra. Esta contribuição não pode se dar a partir de uma decisão unilateral da organização em relação àquilo que acredita, mas, para que os resultados sejam eficazes e a empresa seja legitimada pelos seus stakeholders, deve levar em conta aquilo que os demais atores sociais presentes no território esperam e acreditam que seja relevante, implantando ações complementares e coerentes com os valores, interesses e expectativas não só da organização. Com o objetivo de pensar seu papel no processo de desenvolvimento territorial, ou mesmo para amenizar sobre si as pressões sociais, as corporações têm se apropriado, em especial, das metodologias participativas de indução do desenvolvimento local, a exemplo da agenda 21 local e do desenvolvimento local integrado sustentável (DLIS). Detalharemos adiante estas metodologias, interessa-nos aqui apontar, independente se capitaneada pelas organizações privadas, governamentais ou da sociedade civil, algumas das dificuldades encontradas na implantação delas, quais sejam: falta de representatividade,

desgaste conceitual; articulação de comunidades de interesse esbarram em limites de poder; descontinuidade política; construção externa de estratégias; fragilidades metodológicas de intervenções que atuam na superfície dos problemas e creditam à mobilização bem mais do que é possível obter; estruturas de interesses na constituição de agências promotoras do desenvolvimento local e consultores que substituem meios por fins, ao adotarem metodologias que se sobrepõem aos resultados e criam dependência nas comunidades apoiadas; superposição de programas e projetos; avaliação inexistente ou inadequada de processos (FISCHER, 2002);

ou ainda a “ausência de pluralidade dos fóruns e as expectativas imediatistas” (Paula, 2008). Com isso não queremos desqualificar as metodologias, pois todas elas se alimentam de ideias, princípios e valores de aceitação quase unânimes (ALVES, 2001), mas atentar para sua insuficiência na promoção do desenvolvimento territorial.

Constatada essa insuficiência, é preciso pensar estudos complementares que possam subsidiar a empresa na definição de seu posicionamento social, de seu papel no desenvolvimento de um território. Levando em conta que o desenvolvimento territorial

envolve diferentes atores, atores estes que representam também as partes interessadas na organização privada, faz-se necessário conhecer seus interesses e expectativas, em quais projetos de desenvolvimento estão engajados e quais as crenças e paradigmas que orientam suas ações, ou seja, como enxergam o território e seu desenvolvimento, o que esperam de cada uma das institucionalidades envolvidas neste processo e que papéis atribuem a elas. Para realizar esta escuta qualificada buscamos apoio no campo da psicologia social, na teoria das representações sociais, por entender que as práticas são influenciadas pelas representações sociais compartilhadas por um determinado grupo, pois este é o modo como as coletividades se apropriam de um objeto ou acontecimento e o ressignificam, como “partilham o conhecimento e deste modo constituem sua realidade comum, como transformam as ideias em práticas” (MOSCOVICI, 2012).

É neste contexto que se enquadra o presente estudo, buscando apoio na teoria das representações sociais, na tentativa de apresentar uma escuta qualificada dos stakeholders de uma organização, de modo a subsidiar a definição das práticas de responsabilidade social empresarial com vistas à promoção do desenvolvimento local. Para tanto, estabelecemos como objetivo desta pesquisa proporcionar a integração da responsabilidade social de uma empresa ao desenvolvimento de um território específico, por meio da análise das representações sociais de seus atores. Por questões éticas e legais, de modo a preservar o anonimato da empresa e do território, os nomeamos como ‘empresa X’ e ‘território Y’. Parte-se da pergunta: Quais as representações dos atores sociais do município Y sobre o desenvolvimento do território e como posicionam neste processo a si e aos outros? É como se perguntássemos aos atores sociais - qual a parte que lhe cabe neste latifúndio? E qual a parte do outro?

A escolha de uma pergunta ampla, não dirigida somente ao papel da empresa, deve-se ao fato de que é preciso compreender as diferentes representações sociais presentes no território, que refletem os diversos projetos de desenvolvimento, os paradigmas e crenças que sustentam as práticas de intervenção de todos os atores sociais e, a partir das áreas comuns, ou de possíveis consensos, avaliar como integrar a responsabilidade social empresarial ao desenvolvimento territorial.

Para aplicar a teoria das representações sociais em prol da integração empresa – território, escolhemos o município Y por tratar-se de um caso que tipifica bem a influência empresarial sobre o desenvolvimento do território, bem como por ser área de atuação do pesquisador. A dinâmica socioeconômica do município Y transforma-se, saindo de uma base agrícola extrativista para a atividade industrial com a entrada em operação de uma unidade da

empresa X. Com um dos maiores PIB per capita do Brasil (segundo IBGE, 2010) devido à arrecadação proporcionada pela atividade da empresa, o município não apresenta o mesmo desempenho no que se refere aos indicadores sociais. Braga, Serra e Terra (2007) também observam que os chamados municípios petro-rentistas não tem revertido os recursos recebidos em políticas públicas de grande benefício social. Em outra pesquisa Terra, Givisiez e Oliveira (2010) avaliam que os recursos tem sido utilizados para despesas de custeio e não de investimento.

Entende-se que esta relação entre abundância de capital e baixos indicadores sociais não é uma maldição, uma fatalidade, mas um processo socialmente construído nas assimétricas relações de poder em um território. Acredita-se que o presente projeto lança sobre o território uma análise crítica de seu modelo de desenvolvimento ao provocar importantes atores nele presentes a (re)pensar seus papéis como agentes sociais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem de estudo de caso, sobre o desenvolvimento territorial do município Y. Foram observadas as intervenções dos diversos atores para o desenvolvimento do território. Analisa-se ainda suas representações sociais, utilizando entrevistas em profundidade junto à lideranças representativas do poder público e sociedade civil. Identificou-se nas entrevistas a relação com o território, o que creem ser seu desenvolvimento e a função de cada um neste processo, em especial o papel da empresa X. Em seguida revela-se os discursos dos sujeitos coletivos. Por fim são apresentados, com base na experiência desta pesquisa, alguns caminhos possíveis para que a empresa estabeleça práticas de responsabilidade social integradas ao desenvolvimento do território.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente são apresentados os referenciais teóricos dos temas correlatos à pesquisa, a saber: desenvolvimento territorial, responsabilidade social e representações sociais. Segue-se com os procedimentos metodológicos e com a apresentação do caso objeto da intervenção, descrevendo o território, a responsabilidade social na empresa X, e a relação entre o território e esta empresa. Chegamos então aos discursos dos sujeitos coletivos e à análise do pesquisador sobre estes discursos, o metadiscorso. Nas considerações finais apresenta-se os possíveis caminhos para implantação de práticas de responsabilidade social da empresa no território, bem como é sugerida agenda para aprofundamento do estudo ou pesquisas similares.

## 2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O termo desenvolvimento é usualmente utilizado com uma conotação positiva, considerado um processo de mudança para melhor. De acordo com o dicionário Aurélio, desenvolvimento significa:

Ação ou efeito de desenvolver; crescimento. Progresso. Desenvolvimento autossustentado, modelo de crescimento socioeconômico que não agride o equilíbrio ecológico (Dicionário Aurélio, 2014).

Desta definição podemos apreender que o vocábulo abarca diversos significados, a depender da perspectiva ideológica que carrega consigo. Relaciona-se, considerando a influência das ciências biológicas, em especial de Charles Darwin, com evolução, mudança para aperfeiçoamento; é como se o desenvolvimento fosse uma passagem evolutiva por estágios cada vez melhores ou mais adaptados ao contexto, desenvolver-se é buscar melhores condições de sobrevivência. A associação com a ideia de crescimento e progresso tem como influência a revolução industrial que inaugura uma nova era do capitalismo, pós-mercantilismo, em que se faz necessária a expansão das fronteiras comerciais devido ao início da produção de bens em escala. A lógica do desenvolvimento como progresso e modernização perdura por muito tempo e influencia as políticas desenvolvimentistas em que a ordem do dia era investir fortemente em infraestrutura e na industrialização dos países, almejando aproximar-se do estágio de desenvolvimento das potências mundiais, e concomitantemente permitindo aos países desenvolvidos expandir suas fronteiras e alcançar novos patamares de acumulação de capital. Com o desgaste deste modelo, já em tempos recentes de crise econômico-financeira, superpopulação, desigualdade extrema e escassez de recursos naturais, o desenvolvimento passa a estar associado também à preocupações sociais e ambientais.

Como o termo *per se* não revela o propósito ou a ideologia, vários adjetivos são introduzidos para qualificar o que seria o desenvolvimento, ou seja, o que se espera dele, se econômico, sustentável, autossustentado, local, territorial, entre outros. Esteve (apud FISCHER, 2002) nos aponta a flexibilidade do conceito e sua centralidade:

o desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humano. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar significado e substância ao pensamento e ao comportamento (ESTEVEZ apud FISCHER, 2002)

Ao tempo em que é um conceito central e abrangente - é em seu nome que muitas



ações são implantadas, Esteve constata sua fragilidade ao demonstrar que o desenvolvimento não diz muito, serve a propósitos diversos ou até contraditórios. Não por acaso existe essa confusão semântica, ela reforça a centralidade do conceito na arena de disputa política em sociedade, demonstra que diferentes grupos anseiam por modelos diversos de desenvolvimento para legitimar sua posição de dominância ou para inverter essa relação de poder.

Limonad (2013) classifica o desenvolvimento como uma manifestação concreta para manter o *status quo*:

O discurso do desenvolvimento de certa forma substitui o colonialismo, no entanto, de forma ampliada pode ser entendido como uma manifestação histórica concreta da capacidade do pensamento hegemônico de cada período em fazer aparecer e prevalecer uma visão, a sua. Não por acaso o termo desenvolvimento é associado a ideia de modernidade, de progresso e de processo civilizatório. Todos estes processos, modernização, civilização, etc. dizem respeito às necessidades impostas para a reprodução hegemônica, qual seja a do capital (LIMONAD, 2013).

Neste sentido, desenvolvimento é a manutenção das assimétricas relações de poder estabelecidas em favor do capital; é um discurso construído para legitimar as políticas de expansão e transnacionalização do capital. Sachs apud Limonad (2013) demonstra que décadas de intervenções de ajuda dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos se mostraram ineficazes, ao menos para estes últimos, uma vez que em 1960 os países do Norte eram vinte vezes mais ricos que os do Sul, enquanto em 1980 eram quarenta e seis vezes. Este desenvolvimento do qual falamos é então um discurso legitimador da reprodução e manutenção das relações de poder, é o desenvolvimento que serve ao poder hegemônico.

Constatações como esta provocam o questionamento do modelo de desenvolvimento e a que ou a quem ele deve servir. Discursos contra-hegemônicos sobre o conceito são criados buscando outras lógicas; para Celso Furtado (apud BRANDÃO, 2007) o “verdadeiro desenvolvimento é um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva, tratando-se de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico”. A lógica do capital não deve suplantar o que deveria ser o desenvolvimento, que carregaria em si uma menor assimetria nas relações de poder, possibilitando um avanço na capacidade de organização da vida em sociedade, avivando forças sociais, e não econômico-financeiras, e permitindo o exercício da iniciativa. A coletividade como pressuposto do desenvolvimento é reforçada por Fischer, Melo e Codes (2004):

Desenvolvimento compreende, ao mesmo tempo, processos compartilhados e resultados atingidos; visões de futuro ou utopias construídas por coletivos organizacionais e ações concretas de mudança (FISCHER; MELO; CODES, 2004)

Tanto a capacidade associativa quanto os coletivos organizacionais revelam a condição do desenvolvimento como um processo construído por um conjunto de atores que estabelece objetivos comuns e busca ações concretas para alcançar os resultados esperados. É então inerente ao processo o conflito, seja ele para manutenção do *status quo* ou para subjugar o capital às dimensões socioambiental e cultural. Brandão (2011) destaca também as relações de poder e o conflito – “precisamos entender que, ao contrário da preservação de privilégios que representa o processo de crescimento econômico, o desenvolvimento é tensão; é distorcer a correlação de forças”. Para ele o desenvolvimento é um “processo de exercitar opções alternativas frente a uma temporalidade construída e não-imediata, apta a sustentar escolhas, apresentando trajetórias abertas, sujeitas a decisões estratégicas e embates em contexto de incontornável diferenciação de poder”,

Mesmo não tratando diretamente a questão do conflito e do poder, Amartya Sen acredita que exercitar opções e sustentar escolhas também está na base do conceito de desenvolvimento. Para Sen (2010) a condição de agente do indivíduo é central, uma vez que a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento, que “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas”. O autor elenca cinco tipos de liberdade que se inter-relacionam e das quais os indivíduos devem desfrutar para que se dê o desenvolvimento: a liberdade política na forma de liberdade de expressão e eleições livres, as facilidades econômicas com a participação no comércio e na produção, as oportunidades sociais a exemplo dos serviços de educação e saúde, as garantias de transparência e a segurança protetora ou rede de segurança social. O exercício dos diferentes tipos de liberdade leva à eliminação das privações e portanto à possibilidade de escolha, à liberdade substantiva, que é o propósito do desenvolvimento.

Sen ressalva, no entanto, que a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Também Limonad (2013) reforça que o desenvolvimento não se resume a melhorar as condições de vida da população, com uma maior acessibilidade a bens e serviços; significa investir em educação, saúde, geração de empregos, infraestrutura de abastecimento, comunicação e transporte; mais que isso, implica em formar cidadãos e construir uma consciência cívica.

O acesso a bens e serviços como condição *sine qua non* para a melhoria da qualidade de vida não só é insuficiente como também nos parece impossível (como nos demonstra Celso Furtado em “O mito do desenvolvimento econômico”, 1973), ou mesmo ludibriador, pensar

que a população dos países ditos subdesenvolvidos tenham acesso ao padrão de consumo das chamadas grandes potências mundiais. De modo simplista o modelo capitalista liberal poderia ser rotulado de desenvolvimento econômico, enquanto aquele que reforça a questão política e institucional, a cultural, a necessidade da autonomia e da capacidade associativa, poderia ser adjetivado como desenvolvimento social. Adjetivar o desenvolvimento é lançar luz sobre a dimensão até então negligenciada ou sobre aquilo que se acredita mais relevante destacar a serviço de um propósito, em um certo espaço e tempo.

A questão ambiental adquire maior relevância no discurso sobre o desenvolvimento a partir de 1987, quando se cunha o termo desenvolvimento sustentável, definido no documento ‘Nosso Futuro Comum’ - Relatório Brundtland, como o “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”. Tendo como antecedentes a fundação do Clube de Roma, o relatório “Os limites do Crescimento” e a Conferência de Estocolmo, o desenvolvimento sustentável elucida a preocupação com a destruição e a escassez dos recursos naturais, procurando impor limites ao crescimento populacional, preservar a biodiversidade e ecossistemas, diminuir o consumo de energia e buscar fontes renováveis, adaptar tecnologias de produção, entre outros. Com o passar do tempo tal conceito é ampliado para além da questão ambiental e pretende-se que seu resultado seja a sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental, assim explicado na norma internacional de responsabilidade social - ISO 26.000:

Desenvolvimento sustentável refere-se à integração de objetivos de alta qualidade de vida, saúde e prosperidade com justiça social e manutenção da capacidade da Terra de suportar a vida em toda a sua diversidade. Esses objetivos sociais, econômicos e ambientais são interdependentes e reforçam-se mutuamente. Desenvolvimento sustentável pode ser tratado como uma forma de expressar as expectativas mais amplas da sociedade como um todo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2010).

Busca-se um equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental, entendidas como interdependentes e integradas. O adjetivo ‘integrado’ é outra palavra-chave comumente associada ao conceito de desenvolvimento, utilizado de modo a reforçar a necessidade de uma visão holística do processo (contemplando as três dimensões), bem como atentar para suas múltiplas escalas e multiatorialidade:

Uma variedade de instituições sociais contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais. A análise do desenvolvimento requer uma compreensão integrada dos papéis respectivos dessas diferentes instituições e suas interações (SEN, 2010).

As relações interorganizacionais e os diferentes papéis assumidos no processo de desenvolvimento serão tratados de forma transversal neste trabalho, ao explorarmos a questão da re/indefinição dos papéis dos diferentes atores sociais que se articulam e interagem neste processo, com atenção especial às organizações privadas. Aprofundaremos agora a questão das múltiplas escalas, o *locus*, se territorial, regional, local e/ou endógeno, adjetivos que também trazem sua carga ideológica para classificar o desenvolvimento.

Dallabrida (2012) classifica o desenvolvimento (territorial, regional, local) como

um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2012).

O território passa a ser considerado central no processo de desenvolvimento e dotado de recursos e ativos que sustentam uma mudança visando a melhoria da qualidade de vida dos que nele habitam.

Dois matizes ideológicas antagônicas, que entendem o território de maneira diferente, são apresentadas por Brandão (2007): para uma delas o território é estático, inerte e deve mercadejar sua plataforma de locação propagandeando suas vantagens comparativas e disputando a atração de capitais modernos; é o que Braga (2002) denomina *city marketing*, a competição entre cidades/regiões como principal ferramenta para atingir os objetivos de crescimento econômico em uma economia globalizada. Já a outra vertente vê o espaço dinamicamente como uma construção social, produto de conflitos em torno do espaço construído pela ação das classes sociais em seu processo de reprodução histórica, “buscando a convergência entre os objetivos econômicos e aqueles relativos à cidadania, incremento da participação popular e melhoria da qualidade de vida” (BRAGA, 2002). Na primeira o desenvolvimento depende da performance do território, de seu acúmulo de relações e sua capacitação institucional, sendo o subdesenvolvimento a insuficiência de conectividade ou acessibilidade. Este tipo de abordagem, classificada por Brandão (2012) como locacional, é questionada pelo autor por transformar tudo em uma questão de distribuição, como se bastasse avaliar os recursos existentes em um território e realizar os cálculos da correta medida dos custos de deslocamento para definir a ótima localização das firmas; “as empresas se repartiriam regularmente no espaço fugindo da concorrência e buscando a proximidade dos clientes” (BRANDÃO, 2012).

Amaral Filho (2001) salienta que as questões de concentração e aglomeração industrial ocupam lugar central nas teorias e modelos tradicionais que dominaram a Ciência Econômica Regional. Para Weber (1929 apud DALLABRIDA et al., 2011), três fatores

determinariam a localização da empresa industrial: custo de transporte, do trabalho e vantagens associadas à aglomeração. A teoria de anéis de Thunen (1966 apud DALLABRIDA et al., 2011) analisava a distância do custo de transporte e da localização do mercado como variáveis explicativas do padrão de ocupação do solo agrícola; preços elevavam-se com o aumento da distância de produção em relação ao mercado de consumo. Isard (1956 apud DALLABRIDA et al., 2011) introduz o conceito de um insumo de distância, que é a taxa de transporte; uma redução nesta taxa causaria um efeito de escala e de substituição. De modo geral estas teorias limitam-se, de acordo com Amaral Filho (2001), a “quantificar os custos e os lucros a fim de assim definirem a localização ótima da firma numa determinada região”.

Outros estudos compreendem o desenvolvimento como um processo necessariamente desequilibrado e incorporam como fator de localização a complementaridade entre firmas e setores: Myrdal (1957 apud AMARAL FILHO, 2001) desenvolve a teoria da causação circular cumulativa, demonstrando os efeitos cumulativos na realização de investimentos produtivos, ou seja, o primeiro empreendedor cria facilidades para a implantação de novos empreendimentos, que por sua vez amplificam as perspectivas de sucesso de outros projetos. Hirschmann (1958 apud AMARAL FILHO, 2001) revela que a principal fonte de desenvolvimento seria dada por atividades com alto poder de gerar encadeamentos, para trás e para frente. Também levando em conta a complementaridade entre empresas, o pólo de crescimento de Perroux (1964 apud DALLABRIDA et al., 2011) tem como foco os processos acumulativos e de localização que podem ser gerados pelas interdependências do tipo input-output em torno de uma indústria líder e inovadora.

Com a crise e o declínio de regiões tradicionalmente industriais e a emergência de regiões portadoras de paradigmas produtivos diferentes, surgem as novas teorias que irão embasar o modelo endógeno de desenvolvimento, como o distrito industrial, o *milieu innovateur* e o cluster.

Não basta uma estratégia de desenvolvimento local buscar a criação de fatores locais, e com isso provocar uma aglomeração de empresas; é preciso mais, ou seja, é preciso que se crie um sistema produtivo sustentável no tempo. A dependência entre rendimentos crescentes das empresas e externalidades (intrafirma, interfirma e territoriais) fica ainda mais reforçada (AMARAL FILHO, 2001).

É justamente na criação de externalidades positivas pela interdependência entre as empresas que se baseia o distrito industrial, “uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado território...tende-se a criar uma osmose perfeita entre a comunidade local e as

empresas” (BECATTINI, 1994). É um sistema produtivo local com uma aglomeração de empresas normalmente de pequeno porte e pertencentes a um mesmo ramo industrial, permitindo alta adaptabilidade e capacidade de inovação com base em redes de produção flexível, sendo que sua coletividade lhe credencia à obtenção de economias de escala. O milieu innovateur ou meio inovador (AYDALOT, 1985; MAILLAT, 1995) caracteriza-se, de acordo com Lopes (apud DALLABRIDA; FERNANDÉZ; SIEDENBERG, 2004), como um coletivo de organizações que possui um capital de conhecimento de natureza técnica, organizacional, comercial ou relacional, associado ao processo de produção local. Difere do distrito industrial por sustentar-se mais na identidade tecnológica e nas relações sociais e profissionais que suportam a inovação e não tanto na sinergia resultante da identidade social-familiar que ocorrem entre pequenas e médias empresas de uma determinada aglomeração, destacando-se às vezes o papel das grandes empresas na dinâmica territorial. O cluster é uma aglomeração de empresas interdependentes em um território, ligadas por meio de “transações comerciais, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas” (ROSENFELD apud AMARAL FILHO, 2001). Forma-se uma ou mais indústrias-chave, transformando-as em líderes de seu mercado e ponta de lança do desenvolvimento da região.

Ainda que façam parte dos modelos tradicionais de desenvolvimento regional, pode-se dizer que estas teorias de aglomeração lançam a semente do modelo endógeno, pois baseiam-se em dinâmicas de externalidades provocadas conscientemente por uma ação conjunta da coletividade local. Amaral Filho (2001) entende que os novos modelos de desenvolvimento estão identificados com as ações descentralizadas das empresas e das instituições públicas:

A interação entre os agentes assume posição de destaque; essa interação só é possível na presença de 3 elementos: construção da confiança; criação de bases concretas capazes de permitir a montagem de redes de comunicação e proximidade organizacional. (AMARAL FILHO, 2001)

Ao assumir a interação e a interorganização como pressupostos do desenvolvimento, agrega-se o *locus*, a questão territorial, à capacidade associativa dos coletivos organizacionais. O desenvolvimento que tinha um viés, ou econômico, ou social, ou ambiental, ou territorial, passa a agregar mais de um adjetivo, tendo que ser local, integrado e sustentável ao mesmo tempo, uma tendência que torna-se hegemônica, como constata Fischer (2002) ao afirmar que o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS) é a utopia mobilizadora da década de 2000. Tal junção de atributos é também destacada por Augusto de Franco (1999) ao defender que o desenvolvimento “deve significar melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que

viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)”.

Mais que uma utopia o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS) é uma estratégia de indução do desenvolvimento local, “uma metodologia para desencadear o processo de promoção do desenvolvimento local” (FRANCO, 1999), transformado pelo governo brasileiro em um programa de governo em 1999, o Comunidade Ativa. Seu objetivo era promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável, da capacitação das comunidades carentes para a descoberta de suas vocações e potencialidades e para a elaboração de suas agendas de prioridades, da articulação e da convergência de ações do governo e da celebração de parceria com a sociedade. A indução do desenvolvimento se dá por meio da transferência ou construção de capital social ou humano que aquela localidade não dispõe ou que se encontra latente. A metodologia do DLIS conta com alguns passos previamente definidos (ALVES, 2001):

1. Mobilização e convocação dos atores locais para a sensibilização;
2. Início da capacitação local com a sensibilização – indicação e seleção dos membros do fórum;
3. Celebração do termo de parceria inicial
4. Constituição e capacitação do fórum de desenvolvimento local
5. Constituição e capacitação da equipe gestora local
6. Elaboração do diagnóstico participativo local;
7. Elaboração do plano de desenvolvimento local
8. Elaboração da agenda local
9. Articulação da oferta e programas e ações governamentais e não-governamentais com a demanda pública expressa na agenda.
10. Celebração do pacto de desenvolvimento local;
11. Implantação da agenda local;
12. Capacitação para atividades finalísticas de implementação da agenda local.
13. Realização de avaliação de desempenho.
14. Premiação ou descredenciamento.

Trata-se então de uma metodologia de indução do desenvolvimento a partir do planejamento territorial participativo, fundamentado na organização da comunidade local, na capacitação continuada, na difusão da cultura empreendedora e no microcrédito, e na oferta articulada de investimento governamentais e não-governamentais. Para Lustosa ([2005?]), o próprio fato do governo aparecer como agente indutor deste processo traz riscos como a prefeiturização do processo, colocando sob o controle do poder municipal entidades como o

fórum ou equipe gestora da agenda, a reprodução das relações de clientela e o uso por parte das elites políticas locais, a não compreensão ou ceticismo da proposta de relação Estado/sociedade preconizada pelo Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS), convertendo o programa em um canal para a vocalização de demandas, a partidarização do movimento comprometendo a pluralidade e democratização da participação, a redução da importância do empreendedorismo e das potencialidades locais, eclipsada pela expectativa de uma solução global oriunda do Estado. Como resultado, os planos parecem-se mais com rol de demandas que uma estratégia para melhor aproveitar as potencialidades locais.

Ao avaliar o programa Comunidade Ativa a partir de entrevistas com os diversos atores envolvidos, Alves (2001) levanta diversos desdobramentos práticos incongruentes com a proposta do programa; observou-se uma grande empolgação inicial, uma boa aceitação e a geração de muitas expectativas junto aos envolvidos, frustradas no decorrer do programa pela insuficiência no retorno das informações, falta de apoio à equipe gestora / fórum após a capacitação, considerada insuficiente, desvalorização do trabalho dos membros do fórum, indução de atitudes passivas, utilizando as reuniões apenas para registrar demandas, limitação do programa pelos conflitos locais e vaidades pessoais, pouca divulgação do plano para a população e baixo nível de apoio do poder público, tornando a agenda um documento subutilizado. A falta de flexibilidade é também apontada como fator crítico para o programa:

O programa é identificado com a efetivação de um cardápio com etapas e produtos bem definidos, em uma tentativa de controlar o processo. Ainda que se diga contra o uso indiscriminado de modelos homogeneizadores e que pretende dar respostas diferenciadas para situações singulares, centra-se na planificação e implementação de um modelo que é acusado de não possuir flexibilidade para se adaptar às realidades regionais e locais (ALVES, 2001).

A ênfase no modelo é amenizada no discurso do Programa Agenda 21, derivado da publicação da Agenda 21 brasileira em 2002 e atualmente coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil. O documento ‘Construindo uma Agenda 21 Local’, do MMA, ressalta que a

Agenda 21 Local é um processo que varia de acordo com as particularidades de cada lugar onde está sendo desenvolvido. Em geral, entende-se que é mais importante manter em vista os princípios do desenvolvimento sustentável do que seguir uma metodologia determinada (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002).

No entanto, também é disponibilizado um passo-a-passo, que propõe um roteiro organizado em seis etapas: mobilizar para sensibilizar governo e sociedade; criar um Fórum de Agenda 21 Local; elaborar um diagnóstico participativo; e elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável. De modo similar ao programa Comunidade Ativa, o Agenda 21 é um



processo participativo multisetorial de construção de um programa de ação estratégico dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local, tendo como objetivo a formulação e implementação de políticas públicas que produza um plano de ação para o alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade local, que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002).

Nota-se que, com uma simplificação e um discurso mais voltado ao processo, o programa Agenda 21 apresenta etapas similares ao Comunidade Ativa. Similaridade também encontrada em outras metodologias de planejamento participativo conclamadas para a promoção do desenvolvimento local; a *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL), por meio do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), propõe em um de seus manuais uma metodologia para elaboração de estratégias de desenvolvimento local com as seguintes etapas (LIRA; ESCUDERO, 2012):

1. Diagnóstico;
2. Vocação territorial;
3. Análise de problemas e definição de objetivos de desenvolvimento;
4. Formulação de estratégias de desenvolvimento local;
5. Formulação de plano de ação;
6. Formulação de estratégias e indicadores de avaliação.

Com sensíveis diferenças, as metodologias focam na participação e organização comunitária para a construção de um plano ou agenda local de desenvolvimento sustentável, envolvendo a sociedade civil, governo e, em alguns casos, empresas. Não basta, porém, criar e estimular canais de participação da sociedade, é preciso saber se ela deseja e se sabe participar.

[...] comportamentos fortemente arraigados na cultura política de uma determinada sociedade podem ser sério fator limitador da concretização dos comportamentos e princípios democráticos perseguidos, mesmo que se obtenha sucesso na implantação de instituições consoantes com aquelas finalidades (ARRETCHE apud LUSTOSA, [2005?]).

É necessário levar em conta que a cultura política de participação é recente no país e que este é um fator preponderante para o sucesso deste tipo de metodologia. Não obstante, creditar à falta de capital social ou à pobreza política das localidades a responsabilidade pelo insucesso dos programas é, conforme Lustosa ([2005?]), minimizar de forma significativa a relevância das resistências internas ao processo e declarar, perigosamente, que a estratégia fundamental do Estado seria a capacitação das comunidades para a participação democrática. O risco de creditar à falta ou insuficiência de participação a não consecução dos objetivos das

agendas locais, é abordado por Alves (2001), em análise sobre o programa Comunidade Ativa, ao dizer que se parte do pressuposto de que a comunidade é menos atuante do que deveria, definindo então uma receita, um modelo de como se deve ser atuante e responsável, como se deve resgatar a cultura e desenvolver as potencialidades locais, que terminam por ser reduzidos à definição e ao desenvolvimento de uma vocação ou vantagem comparativa. Para a autora a novidade não são as ideias que o programa utiliza para se justificar, mas a incorporação dessas ideias ao discurso daqueles que detêm o poder. Braga (2002) afirma que as metodologias de desenvolvimento local endógeno, apesar de propor a criação de fóruns de discussão e articulação, o fazem segundo uma ótica, composição e regras de funcionamento que funcionam como arenas de legitimação dos interesse dominantes, expurgando o conflito ao pressupor ser o interesse local algo monolítico.

A apropriação do discurso do local como a escala mais adequada para a promoção do desenvolvimento não ocorre por si só, mas reflete as reconfigurações de poder decorrentes da nova ordem econômica mundial, com o enfraquecimento dos Estados nacionais, a descentralização administrativa e a eliminação de fronteiras para o capital, mesmo servindo à propósitos diversos. É neste sentido que Martins, Vaz e Caldas (2010) apresenta diferentes interpretações sobre o desenvolvimento local: como expressão espacial de um novo arranjo industrial pós-fordista (BENKO; LIPIETZ, 1994), com suas dinâmicas próprias e não apenas o reflexo da reorganização internacional do capital (BECATTINI, 1994) ou como espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas. O discurso do desenvolvimento local “chega tanto às praias da guerra de lugares, na expressão de Milton Santos, quanto aos que comungam os princípios do dom e da solidariedade” (FISCHER, 2002), servindo tanto ao *city marketing*, à competição entre cidades, quanto ao entendimento do território como um construto social a partir dos conflitos de poder, congregando modelos competitivos e cooperativos. Brandão (2007) também chama a atenção para a ‘panaceia’ que se tornou o território, coisificado como um sujeito coletivo que toma decisões, representando uma nova condensação de forças sociais e políticas em substituição ao Estado. A reificação do local como sujeito do desenvolvimento não leva em conta que esta escala não possui, segundo Brandão (2012), algumas das prerrogativas necessárias à formulação e execução de uma política de desenvolvimento, que são os instrumentos básicos da política econômica – o comando sobre a taxa de juros, de cambio, do crédito e da fiscalidade necessária. Outro aspecto negligenciado na literatura localista são as desigualdades estruturais dos países subdesenvolvidos, sendo necessário “uma repactuação federativa e a construção de um novo patamar mínimo de homogeneidade social, como pré-requisitos de um verdadeiro processo de

desenvolvimento nacional” (BRANDÃO, 2012). É necessário então que se pense ações multiescalares, não somente focadas no local, mas em sua relação com o âmbito regional, nacional e até internacional. Para Milton Santos (1996), selecionar a escala mais conveniente dos problemas facilita melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los; não servem nem as soluções centralizadas nem o localismo atomizante.

Como vimos até aqui, o discurso do desenvolvimento abarca diversos significados e ideologias. O trataremos, com base nas teorias acima descritas e levando em conta nosso objeto de pesquisa, como um processo de exercitar escolhas com vistas à eliminação das privações e à melhoria da qualidade de vida e da consciência cívica. Este processo é compreendido como um complexo de variadas dimensões e, sobretudo, como um construto social entremeadado por interesses, conflitos e relações assimétricas de poder, localizado em um tempo e espaço. Para efeito de delimitação do estudo utilizaremos a escala local, entendendo-a como um espaço que permite uma margem, ainda que pequena, de experimentação e inovação, sem no entanto, nos deixar seduzir pela coisificação do território como um sujeito autônomo, mas entendendo-o como a materialização de projetos elaborados por sujeitos individuais e/ou coletivos.

As formas espaciais são produto de intervenção teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas...estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias. Trata-se de ação dotada de um sentido, atribuído pelo executante. Um movimento que necessariamente se realiza através de sujeitos, individuais e/ou coletivos, que, ao agirem, desencadeiam séries causais. Isso coloca o imperativo de se compreenderem as motivações envolvidas para dar conta da produção do espaço, pois são elas que impulsionam os sujeitos. Os atores são movidos por necessidades, interesses, desejos e sonhos (MORAES, 2002).

Aprofundaremos desta definição dois aspectos em particular: a diversidade de sujeitos e as motivações e sentidos atribuídos ao processo de desenvolvimento do território. Para investigar os sentidos atribuídos ao desenvolvimento do território pelos atores sociais nele presentes, nos embasaremos na teoria das representações sociais, tratado adiante neste trabalho como um caminho complementar ou preliminar às metodologias participativas de indução do desenvolvimento local (DLIS, Agenda 21, CEPAL/ILPES, etc). A diversidade de sujeitos nos remete à multiatorialidade do desenvolvimento, às interorganizações, à coletividade e à capacidade associativa. A intervenção do Estado, segundo Augusto de Franco (1999), é necessária, imprescindível e insubstituível, mas não suficiente para promover o desenvolvimento; para Fischer, Melo e Codes (2004) a construção do desenvolvimento é

forjada por interorganizações que refletem os interesses plurais de instituições que operam no espaço público - governo local, empresas e sociedade civil. Dentro deste múltiplo de atores, é objeto de nosso estudo a transformação do papel atribuído a um deles no processo de desenvolvimento, a organização privada; tal escolha nos leva ao aprofundamento das teorias de responsabilidade social empresarial que trataremos a seguir.

### 3 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A reflexão sobre o papel das empresas perante a sociedade e questões éticas relacionadas às suas atividades podem ser identificadas desde os primórdios do capitalismo. Schommer e Rocha (2007) nos trazem um panorama histórico: líderes empresariais dos Estados Unidos eram grandes doadores já no século XVII, sendo que as doações estavam relacionadas às motivações individuais e não ao papel das empresas; tais questões também permeiam obras como a teoria dos sentimentos morais, de Adam Smith (1759 apud BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012), e a publicação “Situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, de Friederich Engels (1845 apud SHOMMER; ROCHA, 2007), que reflete as precárias condições de trabalho pós-revolução industrial inglesa e o início dos movimentos associativos da classe trabalhadora, culminando no surgimento dos sindicatos.

No ano de 1919 é realizada a primeira convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mesmo ano em que o caso Dodge vs Ford abala o paradigma de que o propósito das empresas era apenas a realização do maior lucro possível para seus acionistas. Ford contrariou interesse dos acionistas John e Horace Dodge, não distribuindo parte dos dividendos esperados, revertendo-os para investimentos na capacidade de produção e aumento de salários e de fundo de reserva da empresa. Ainda que os Dodge tenham saído vencedores na Suprema Corte, e que a ação de Ford representasse suas crenças e interesses pessoais, estava lançado o questionamento sobre o papel unidimensional das corporações.

Em 1924 Mary Parker Follet defendia um amplo espectro de questões relativas ao papel das empresas na sociedade, para além de suas funções econômicas tradicionais, como a produção e o lucro (SCHOMMER; ROCHA, 2007). No Brasil, na década de 1930, as ligas camponesas e as comunidades eclesiais de base questionam o poder das empresas e do governo e em 1943 é publicada a Consolidação das Leis do Trabalho. Também na década de 1940 se dá a Declaração Universal dos Direitos Humanos, enquanto um manifesto assinado por 120 empresários ingleses do setor industrial aponta:

A responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses do público, como consumidor, dos funcionários e dos operários, como empregados, e dos acionistas, como investidores. Além disso, dar a maior contribuição possível ao bem-estar da nação como um todo (DUARTE; DIAS, 1996).

Na década de 1950 cresce a reflexão sobre a função social da empresa, com convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre direito de organização e

negociação coletiva (1949), remuneração (1951) e discriminação no trabalho (1958), e o julgamento de mais um caso emblemático na Suprema Corte Norte Americana; em 1953 a A. P. Smith Manufacturing Company, produtora de hidrantes e válvulas, obteve ganho de causa frente a alguns acionistas (A.P. Smith vs Balow) após doar U\$ 1,5 milhão à universidade de Princeton. Para Barbieri e Cajazeira (2012) o princípio da primazia do acionista não foi derrotado nesse julgamento, mas deu-se uma nova interpretação, a de que o interesse do acionista se protege melhor dando suporte ao sistema social do país.

As críticas em relação aos complexos industriais-militares, a marcha da Paz em abril de 1967 nos Estados Unidos da América (Make love, not war) e o movimento de maio de 1968 na França - É proibido proibir – são alguns marcos da década de 1960, assim como o fortalecimento do movimento dos consumidores a partir da publicação do livro “Unsafe at any speed”, de Ralph Nader, criticando a empresa General Motors e exigindo leis que determinassem que os carros fossem mais seguros. No Brasil é criada a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), que começa a discutir o papel social das empresas. A conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente em Estocolmo, a fundação do Greenpeace colocam em evidencia a questão ambiental. No mesmo ano, em 1972, a empresa Singer lança seu relatório que pode ser considerado o primeiro balanço social da historia das demonstrações anuais corporativas, que passa a ser obrigatório na França em 1977 para empresas com mais de 700 funcionários.

Reformas neoliberais empreendidas na Inglaterra e depois expandidas para outros países, o avanço da globalização e a financeirização da economia marcam a década de 1980. Ironicamente, o Estado mínimo pregado pelo neoliberalismo acaba por ser um reforço ao movimento da responsabilidade social empresarial, pois traz para o debate a redistribuição dos papeis de cada um dos atores sociais na promoção do desenvolvimento. Em 1981 é criado o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e em 1984 é publicado o primeiro balanço social no Brasil, na década em que o país passa por grandes mudanças com a redemocratização, fortalecimento dos sindicatos e a chamada Constituição Cidadã. O relatório de Brundtland é publicado em 1987 cunhando o termo desenvolvimento sustentável.

A conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), Eco 92, têm como foco o meio ambiente e cria a Agenda 21; na mesma década surge a norma internacional ISO 14.000, norma internacional de gestão ambiental, a World Business Council for Sustainable Development, união de 150 multinacionais pelo desenvolvimento sustentável, é criado o Global Reporting Initiative (GRI), uma organização internacional multistakeholder que propõe e atualiza periodicamente um modelo de relatório de sustentabilidade com diversos

indicadores de desempenho econômico, social e ambiental. No Brasil destaque para o surgimento do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), referência em investimento social privado, e do Instituto Ethos, que tem como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, criando diversas ferramentas e indicadores. Em 1999 é criado o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), primeiro índice global de ações composto somente por companhias social e ambientalmente responsáveis.

A Carta da Terra, concluída em 2000 como uma declaração de princípios éticos de iniciativa da sociedade civil, está dividida em quatro partes: respeitar e cuidar da comunidade da vida, integridade ecológica, justiça econômica e social e democracia, não violência e paz. Ano também em que se dá Declaração do Milênio da ONU, que parte da definição de problemas que necessitam ser priorizados e estabelece oito objetivos a serem atingidos pelos países até 2015. Apesar de dirigido aos Estados nacionais, diversas empresas inserem em suas metas um ou mais objetivos. Já o Global Compact, também lançado pela ONU em 2000, tem como objetivo mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. A publicação da norma ISO 26.000, que apresenta diretrizes de responsabilidade social, é realizada em 2010, após seis anos de debates coordenados por um grupo de trabalho presidido pelo Brasil e pela Suécia, por meio de seus organismos de normalização.

Tais marcos revelam uma grande mudança nos papéis atribuídos a cada um dos atores sociais na promoção do desenvolvimento, com notável expansão das responsabilidades atribuídas às organizações privadas. Segundo Barbieri e Cajazeira (2012) a responsabilidade das empresas, mesmo sendo considerada importante, não é assunto pacificado, para o qual identificam três enfoques teóricos que fundamentam diferentes posturas em relação à função social das corporações: a teoria do acionista, a teoria dos stakeholders e a teoria contratualista.

Para os autores, a teoria do acionista e a discussão sobre a responsabilidade social das empresas ganha força com um texto de Milton Friedman em 1962, quando afirmou que “há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para os acionistas” (FRIEDMAN apud BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012), crença reforçada em sua frase célebre - “the only business of business is business”, limitando o papel das corporações à geração do maior retorno possível aos

acionistas. Tal teoria é normalmente associada à influência de Adam Smith, para quem

ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo, muitas vezes, promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando o bem público (apud BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012).

Schommer e Rocha (2007) classificam este posicionamento como liberal, para o qual as empresas produzem benefícios à sociedade gerando empregos, pagando impostos e ofertando bens e serviços demandados por ela. Outro posicionamento defendido por esta abordagem é que lidar com as questões sociais não se trata de uma competência típica empresarial. Algumas críticas relacionadas a esta teoria devem passar, de acordo com Barbieri e Cajazeira (2012), pelo fato de que os acionistas não são os únicos interessados na corporação e o lucro e os benefícios econômico-financeiros podem ser insuficientes para das conta das expectativas da sociedade em relação às empresas; concluem argumentando que a maximização do lucro é socialmente ineficiente, por exemplo, quando os custos não são pagos, como no caso da poluição e do congestionamento, bem como socialmente injustificada em mercados imperfeitos (a concorrência perfeita era uma premissa da teoria liberal de Adam Smith). Para Ferreira, Afonso e Bartholo (2008) mesmo em uma perspectiva essencialmente restrita à esfera econômica, é possível questionar este modelo por não prover o equilíbrio entre o curto e o longo prazo, não levar em conta o lucro adequado para assegurar o valor futuro dos investimentos.

Outra abordagem que impõe limites à atuação social da empresa, mas com uma linha argumentativa totalmente diferente, é denominada por Schommer e Rocha (2007) de visão crítica, para a qual a responsabilidade social empresarial é uma ideologia que conservaria o status quo, pois as corporações são as principais beneficiárias do sistema atual; dar ênfase ao papel social das empresas seria reforçar as teses neoliberais, levantar falsas expectativas e reduzir as pressões por transformações mais profundas.

A teoria do stakeholder ou partes interessadas tem influência direta da visão sistêmica das empresas; Oswald e Cruz (2009) apresentam a classificação das organizações como sistemas abertos que sofrem e causam influência condicionadas as demandas do ambiente por fornecer recursos e absorver outros (CAMPBELL, 1997). Sustentam esta perspectiva Rosseto e Cunha (1999), ao afirmar que as organizações estão inseridas em ambientes dinâmicos e suas decisões estratégicas são adaptáveis ao ambiente. Para a teoria do stakeholder então, que tem em Freeman seu precursor, a organização deve tomar suas decisões levando em conta as expectativas e interesses dos diversos grupos afetados ou que possam afetar suas operações. O termo, encontrado pela primeira vez em um memorando interno do Stanford Research



Institute em 1963, pode ser entendido como “pessoa ou grupo com interesse na empresa ou que afeta ou é afetada por ela” (THOMPSON apud BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012). Clarkson (1995) define como “as pessoas ou grupos que têm, ou reivindicam, propriedade, direitos ou interesses em uma empresa e nas suas atividades presentes, passadas e futuras”.

Hasnas (1998, apud BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012) diferencia a teoria do stakeholder da teoria empírica da administração; enquanto esta prega a ideia de que o melhor meio para aumentar o retorno sobre o investimento é dar atenção aos interesses legítimos das partes interessadas (o que classifica como a teoria do acionista revisitada), a primeira parte dos princípios fiduciário e da legitimidade, evocando uma ética kantiana, pela qual os seres humanos não podem ser tratados como meios para alcançar os objetivos de outros, mas como um fim em si mesmos. A teoria empírica da administração assemelha-se ao que Kreitlon (2004, apud SCHOMMER; ROCHA, 2007) denomina escola da Social Issues Management (gestão das questões sociais), caracterizada por sua natureza utilitária, sendo os problemas sociais variáveis a serem levadas em conta nas estratégias das empresas como ameaças, custos ou oportunidades de negócio, sendo o comportamento socialmente responsável adotado na medida em que é útil para que a empresa atinja seus objetivos.

Kreitlon distingue ainda outras duas escolas de pensamento que fundamentam as diferentes posturas em relação à responsabilidade social empresarial: a Business Ethics (ética empresarial), que se aproxima da teoria dos stakeholders ao entender que a ação das empresas é uma questão normativa, baseada em valores e julgamentos morais, ou seja, é intrinsecamente bom, desejável e promotor do bem comum, independente de gerar bons resultados; e a Business & Society (mercado e sociedade), que entende a responsabilidade das empresas como legítima, uma questão contratual que parte da definição dos direitos e deveres associados a cada ator social, em cada época, de acordo com uma abordagem sociopolítica. Nesse sentido, as empresas devem estar a serviço da sociedade que as legitima. É o que Barbieri e Cajazeira (2012) chamam de teoria contratualista, considerando que a sociedade e o governo tem suas origens em um contrato hipotético entre os indivíduos. Influenciada por Hobbes, John Locke, Rousseau e mais recentemente John Rawls, a aplicação da teoria contratualista ao campo da responsabilidade social empresarial surge em 1982 com Donaldson, para quem os termos centrais do contrato hipotético entre as empresas e a sociedade são o bem-estar social e a justiça; enquanto o primeiro refere-se ao fato de que os membros da sociedade estão dispostos a autorizar a existência das empresas somente se eles ganham com isso, o segundo relaciona-se com a autorização pela sociedade somente se a empresa concordar em permanecer nos limites dos cânones legais. Tal teoria apresenta

argumentos similares à abordagem que Schommer e Rocha (2007) denominam de visão política da responsabilidade social, para a qual as empresas são as principais beneficiárias do atual sistema e pelo poder que concentram não podem estar fora do debate político e social da atualidade; portanto, as empresas precisam ser pressionadas politicamente pela sociedade, que irá definir o que autoriza e o que não autoriza.

Independente da abordagem que se venha a adotar, é inegável o crescente peso das empresas na arena sociopolítica e econômica, assim como as cobranças e expectativas da sociedade em relação às organizações privadas. O movimento da responsabilidade social empresarial é, acima de tudo, uma resposta à reordenação do poder entre os agentes sociais – Estado, sociedade e empresas. Para Schommer e Rocha (2007), mesmo com diferentes posicionamentos, há um certo consenso de que as empresas concentram muito poder na atualidade e, por isso, precisam engajar-se mais no enfrentamento aos desafios coletivos da atualidade, tanto no campo produtivo, quanto social e ambiental. Oded Grajew (apud BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012) afirma que vivemos tempos ameaçadores e as empresas têm grande responsabilidade nessa questão, já que possuem um enorme poder econômico (das 100 maiores economias do mundo, mais da metade são empresas), financeiro (movimentam enormes recursos), tecnológicos, políticos (financiam campanhas eleitorais e portanto exercem enorme poder sobre as políticas públicas) e culturais (a mídia e o setor de anunciantes estão praticamente na totalidade nas mãos do setor privado). Grajew reforça ainda que a empresa que não aumentar suas políticas e não for socialmente responsável não terá espaço no mercado, sendo a responsabilidade social parte do negócio da empresa contemporânea, uma nova forma de gestão.

Para embasar a aplicação de uma gestão socialmente responsável é preciso buscar definições conceituais que sintetizam seu *modus operandi*. Barbieri e Cajazeira (2012) trazem a etimologia da palavra responsabilidade, derivada de responder, originada do verbo latino *respondeo*, que significa, produzir efeito, satisfazer, justificar, pagar, comprometer-se de sua parte e prometer; refere-se então à obrigação de responder pelas consequências previsíveis de suas ações em virtude de leis, contratos, normas de grupos sociais ou de sua convicção íntima. Bowen (1957 apud MACHADO et al., 2012) afirma que a responsabilidade social corporativa emergiu da obrigação do homem de negócios em adotar orientações, tomar decisões, definir caminhos ético-social para a implementação das suas práticas empresariais, cunhada por ação que seja conciliável com os fins e valores da sociedade. Ainda na linha do comprometimento com as consequências das decisões empresariais, a norma internacional de responsabilidade social, ISO 26000, define assim o termo:

Responsabilidade de uma organização pelos impactos de decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que: contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive para a saúde e o bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2010).

Na norma brasileira sobre o tema, NBR 16001, lê-se que a responsabilidade social se caracteriza pela relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando ao desenvolvimento sustentável. Complementarmente, o Instituto ETHOS (2014) a explica como a

forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2014).

Já Ashley (2005) traz à tona as responsabilidades éticas:

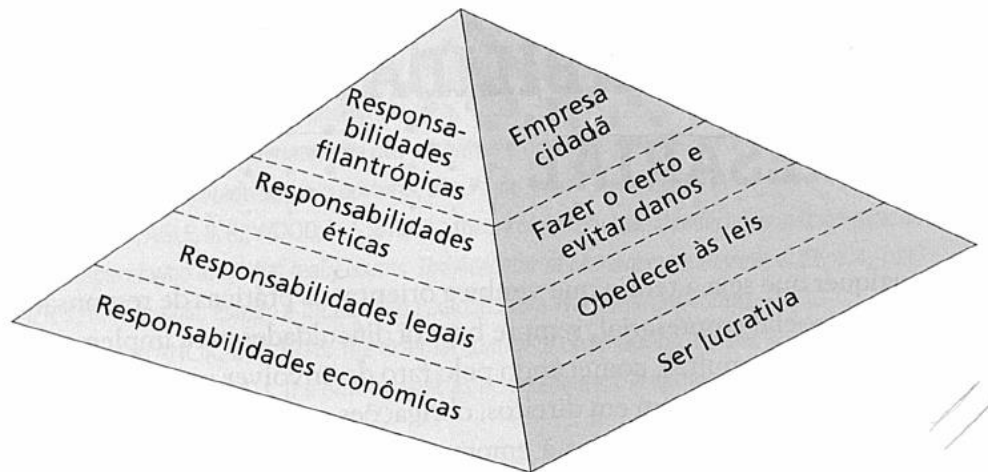
As responsabilidades éticas envolvem uma série de normas, padrões ou expectativas de comportamento para atender àquilo que os diversos públicos (stakeholders) com os quais a empresa se relaciona consideram legítimo, correto, justo ou de acordo com seus direitos morais ou expectativas (ASHLEY, 2005).

Elementos como ética, transparência e assunção de compromissos consensuados socialmente fazem parte de todas as definições, que englobam um caráter legal, normativo (fazer o que é certo), contratual (fazer o que a sociedade autoriza) e instrumental (modelos de gestão, estratégias e metas).

Se o conceito é multifacetado e envolve tantas dimensões, é de se esperar que as corporações enfrentem uma grande complexidade ao tentarem implantar uma gestão socialmente responsável. Para Barbieri e Cajazeira (2012), um modo de lidar com essa complexidade é construir modelos de gestão a partir da desagregação dos seus componentes, como fez Carroll (1979), dividindo a responsabilidade social empresarial em quatro perspectivas: a responsabilidade econômica, cujo principal objetivo é maximizar o lucro para os proprietários e acionistas, a produção de bens e serviços a preço justo e o provimento de remuneração justa aos investidores e parceiros. A responsabilidade legal, que se refere à consciência de sua obrigação em atender leis como padrões de segurança e regulamentações ambientais estabelecidas pelo governo. A responsabilidade ética, que se refere ao compromisso de fazer o que é certo e evitar danos em qualquer esfera, ou seja, adotar comportamento e normas éticas que a sociedade espera dos negócios envolvendo uma reflexão ética que exige que a tomada de decisões considere as consequências das ações,

procurando justiça e equilíbrio nos interesses de vários grupos. E a responsabilidade discricionária ou filantrópica, que se refere à contribuição para a comunidade e à qualidade de vida, consistindo em patrocínios, doações e financiamentos de programas, projetos e causas sociais de interesse da comunidade e da sociedade como um todo. Esta perspectiva envolve papéis voluntários, em áreas onde a sociedade não provê uma clara e precisa expectativa.

Figura 1 – Pirâmide da Responsabilidade Social de Carroll



Fonte: Barbieri e Cajazeira (2012)

Wood (1991, apud ASHLEY, 2005) desenvolveu um modelo de desempenho social baseado nos princípios:

RSC1 – responsabilidade social corporativa.

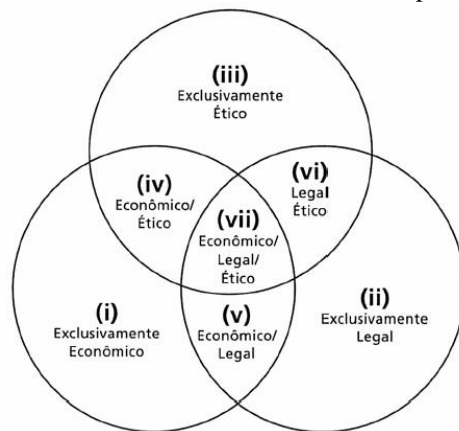
RSC2 – responsividade social corporativa, de caráter normativo.

RSC3 – retitude social corporativa: ética normativa para que a RSC vigore na prática.

RSC4 – cosmo, ciência e religião, estabelecido como uma tentativa de sair da visão da corporação como centro de tudo para uma visão transdisciplinar da ciência, bem como a incorporação da predisposição humana para religião, já comprovada por geneticistas.

Schwartz e Carroll (2003, apud BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012) avaliam criticamente o modelo da pirâmide, chegando à conclusão de que a figura sugeria uma hierarquia, para eles inexistente, e provocava o equívoco de que a responsabilidade filantrópica seria mais importante por estar no topo. Criam então um novo modelo que suprime a filantropia como uma dimensão específica, por ser de difícil distinção em relação à dimensão ética.

Figura 2 – Modelo do Três Domínios da responsabilidade social empresarial



Fonte: Barbieri e Cajazeira (2012)

O modelo trabalha com as dimensões econômica, ética e legal sem estabelecer hierarquia entre elas, possibilitando demonstrar a interseção dos domínios e a realização de diversas combinações de modo a avaliar a responsabilidade social da empresa, sendo o ideal o equilíbrio entre as três dimensões. Barbieri e Cajazeira (2012) apontam como principal limitação o fato de não incorporar a questão ambiental como uma dimensão específica. Tal questão é, como vimos, incorporada a maior parte das definições de responsabilidade social, assim como em Ashley (2005), para quem a Responsabilidade Social “está pautada no desenvolvimento de ações empresariais que contribuam para garantir a melhoria da qualidade de vida da comunidade, exigindo que a empresa tenha competência técnica para equilibrar as vertentes de cunho econômico, social e ambiental de forma ética e comprometida com o futuro da humanidade”. Reforçando a relevância não só da questão ambiental, mas dela em conjunto com a econômica e a social, Schommer e Rocha (2007) afirmar que responsabilidade social rima com desenvolvimento sustentável, enquanto Barbieri e Cajazeira (2012) conceituam a empresa sustentável como aquela que procura relacionar os conceitos e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente, concluindo que o objetivo desta empresa é contribuir para o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social é o meio para tornar sua contribuição efetiva. De forma similar o Instituto Ethos diz que sustentabilidade empresarial consiste em assegurar o sucesso do seu negócio no longo prazo e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável.

Dentro desta correlação entre desenvolvimento sustentável e responsabilidade social retornamos à necessidade das alianças e articulações interorganizacionais para que “sejamos capazes de responder aos desafios que se impõem na atualidade, construindo mecanismos

institucionais e organizacionais de relação entre os diferentes atores” (SCHOMMER; ROCHA, 2007). Os autores sinalizam que não se trata de uma defesa de que as empresas devem ser as responsáveis pelas questões sociais e ambientais, mas que não podem estar de fora do debate público e da renegociação do pacto social. Para Ferreira, Afonso e Bartholo (2008) uma ação socialmente responsável está vinculada ao papel de cada um dos diversos atores sociais e à interação entre eles.

As alianças interorganizacionais podem se formar em diversas tipologias e recortes, sendo o recorte territorial um exemplo, utilizando metodologias como as já descritas na seção anterior (Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, Agenda 21, ILPES/CEPAL). Aqui sugerimos que, levando em conta a multiatorialidade do desenvolvimento, sendo este um construto social permeado de interesses e um processo de reordenação de poder, seja realizada, de modo complementar às metodologias participativas de indução do desenvolvimento local, uma escuta qualificada da expectativa dos stakeholders presentes no território, por entendermos a responsabilidade social empresarial como uma questão ética (porque é correto e justo ouvi-los), contratual (porque a empresa precisa da legitimação e da licença social de seus stakeholders) e instrumental (porque é a melhor estratégia para a organização alcançar seu objetivos). Na tentativa de fazer emergir as expectativas e interesses dos stakeholders presentes no território, nos apoiamos no campo da psicologia social, na teoria das representações sociais explorada na seção seguinte.

#### 4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conhecimento surge das paixões humanas e, como tal, nunca é desinteressado; ao contrário, ele é sempre produto de um grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais elas estão engajadas em projetos definidos.

Bauer e Gaskell (1999 apud MOSCOVICI, 2012)

Se neste trabalho entendemos o desenvolvimento como um construto social entremado por interesses e conflitos, localizado em um tempo e espaço, local este onde se dá a materialização de projetos individuais e coletivos; e, ao inserir os múltiplos atores deste processo, consideramos que é necessária uma articulação interorganizacional que compreenda e leve em conta os interesses e expectativas de cada um deles, é coerente que caminhemos para uma abordagem de construção do conhecimento como a que nos apresentam acima Bauer e Gaskell, sendo uma construção interessada, que acontece em circunstâncias definidas e atendem a projetos definidos. Visando conhecer quais os projetos definidos pelos atores presentes no território objeto deste estudo e quais motivações e interesses são revelados nestes projetos, justifica-se nosso caminho pela teoria das representações sociais. A escolha deste itinerário investigativo é para nós relevante na medida em que as práticas que se dão cotidianamente nas relações interorganizações influenciarão e serão influenciadas pelas representações sociais que estes atores constroem uns sobre os outros e sobre o processo de desenvolvimento do território. Mergulhemos então na teoria das representações sociais de modo a entender os subsídios que ela nos dará para respondermos à questão colocada nesta pesquisa.

Credita-se ao romeno radicado na França, Serge Moscovici, o pioneirismo em relação ao estudo das representações sociais. O autor publicou sua tese de doutorado em 1961, revisada em 1976, “La psychanalyse, son image et son public”, em que estudou as diversas maneiras pelas quais a psicanálise era percebida (representada), difundida e propagandeada ao público parisiense. Oliveira (2004) sintetiza as conclusões desta tese em três pontos fundamentais: 1. entre o que a sociedade francesa entendia por psicanálise e o que se acreditava cientificamente a respeito dela existia um intermediário de peso, as representações sociais; 2. essas representações variavam entre os membros da sociedade, pois dependiam tanto do conhecimento de senso comum (ou popular), como do contexto sociocultural em que

estavam inseridos os indivíduos e; 3. quando os indivíduos se deparam com novas situações ou objetos, como, por exemplo, a psicanálise, o processo de representar apresentava uma sequência lógica: tornar familiares objetos desconhecidos (novos) por meio de um duplo mecanismo, então denominado amarração – conceito que evoluiu para ‘ancoragem’ -, e objetivação, processo pelo qual os indivíduos ou grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar.

Antes de nos aprofundar em cada um dos pontos, é importante resgatar a visão de Durkheim sobre as representações coletivas, cuja filiação é assumida por Moscovici, ainda que defenda algumas diferenças em relação a ela. Segundo Moscovici (2012), Durkheim entendia as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, como um guia de comportamento que ajudava a integrar e conservar a sociedade, manter uma coesão; eram representações homogêneas, uniformes e partilhadas por todos os membros de uma sociedade (CHAMON, 2007), sendo seu surgimento restrito à grandes instituições e permanecendo imutáveis. Para Durkheim há uma separação radical entre as representações individuais e coletivas, sugerindo que as primeiras fossem objeto da psicologia, enquanto as últimas formariam o objeto da sociologia, revelando seu esforço para estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma. Já para a psicologia social as representações são ferramentas sociais que efetivamente dão sentido a um determinado comportamento, orientando seus estudos para como as coisas mudam na sociedade, e não como permanecem estáticas.

Moscovici (2012) classifica as representações sociais como estruturas dinâmicas, operando em um conjunto de relações e de comportamentos que surgem e desaparecem, junto com as representações. Exemplifica como a extinção de uma palavra do dicionário poderia banir também certos sentimentos, certos tipos de relacionamento para com algumas pessoas determinadas, uma maneira de julgá-las e, conseqüentemente, de julgarmos a nós mesmos. Ainda em contraponto a Durkheim, o autor defende que há uma dinâmica de transformação das ideias coletivas e uma distribuição desigual de poder na modernidade, que gera uma heterogeneidade de representações. É pensando nas características da modernidade que o fenômeno das representações sociais pode ser visto como a forma como a vida coletiva se adaptou às condições descentradas de legitimação (MOSCOVICI, 2012); se até a sociedade feudal os centros de poder eram poucos, centrados nas figuras do bispo e do rei, e a legitimação era garantida pela intervenção divina, na idade moderna os centros de poder são mais diversos, a legitimação se torna parte de uma dinâmica mais complexa e contestada, em que as representações de vários grupos na sociedade procuram estabelecer uma hegemonia. A



ciência foi uma fonte importante do surgimento de novas formas de conhecimento e crença no mundo moderno, mas também o senso comum.

A relação entre ciência e representações sociais pode ser melhor entendida a partir da denominação por Moscovici dos universos reificado e consensual. O universo reificado é aquele compreendido pelas ciências, em que a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, os membros são desiguais, há uma hierarquia de conhecimentos. Já no universo consensual a sociedade é um grupo de pessoas iguais e livres, cada um com a possibilidade de falar em nome do grupo, todos podendo agir como um amador responsável, um observador curioso. São os políticos, filósofos, doutores e educadores amadores que expõem seus pontos de vista e expressam suas opiniões nos locais públicos de encontro, fazendo prosperar a arte da conversação, essencial para manter e encorajar as relações sociais. Trata-se de um conhecimento elaborado por meio da interação de pessoas e ambiente que, em longo prazo, cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes. É a este universo que pertencem as representações sociais, restaurando a vida coletiva e dando-lhe forma, tornando acessível a qualquer um os significados dos objetos e acontecimentos. Aqui se abandona a ideia de ascensão do pensamento, que entendia o senso comum, o conhecimento popular, como primitivo ou abstrato e o conhecimento científico como concreto e racional; pelo contrário, as representações sociais diariamente e espontaneamente se tornam senso comum e as representações do senso comum se transformam em representações científicas. Para Moscovici (2012) representação social é uma forma de conhecimento em que o sujeito procura adaptar o conhecimento científico às suas necessidades, por meio dos recursos de que dispõe.

Ainda comparando as diferentes concepções da sociedade, em favor do universo consensual, o autor salienta que a simples presença de um coletivo que reúne indivíduos através de uma hierarquia de poder ou através de intercâmbios baseados em interesses mútuos, não definem uma sociedade. Conclui que certamente existem poder e interesses, mas para serem reconhecidos como tais na sociedade devem existir representações ou valores que lhes deem sentido e, sobretudo, que se esforcem para que os indivíduos convirjam e se unam através de crenças que garantam sua existência em comum. Para Jodelet (2001) a sociedade é constituída por um plano simbólico que pode ser configurado como um sistema de crenças ou representações sociais compartilhadas que permitem a comunicação ou troca de sentidos entre seus membros, conferindo-lhe coesão.

Esta é uma das funções das representações sociais elencadas por Santos (2005), a de prover uma identidade coletiva, diferenciando os grupos e os colocando como únicos. As

outras três funções são a do saber, onde se busca a explicação, compreensão e o sentido necessários à realidade social, a de orientação, um indicador de conduta própria para a consecução das práticas sociais, e a função justificadora, que baliza as condutas em sociedade. Representar algo é então explicar, dar sentido à realidade social, produzir efeito identitário, organizar as comunicações e orientar as condutas. As representações sociais podem ser entendidas como meios de recriar a realidade (MOSCOVICI, 2012), são elas que vêm à nossa mente para dar sentido às coisas ou explicar a situação de alguém.

Um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2012).

As representações trazem consigo uma orientação prática, surgem como resposta ao medo do desconhecido, à necessidade humana de controle, de tornar familiar aquilo que não é familiar, “constitui uma forma de compreender e dominar o mundo” (JODELET, 2001). Abric (2001) define-as como um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças, e de informações referentes a um objeto ou situação, conjunto este de significados compartilhados que constitui o modo de pensar de determinada sociedade, sob a forma de “discursos coletivos que os indivíduos internalizam e vivem como seus” (JODELET, 2001).

Celso Pereira de Sá (1998) apresenta três condições para emergência das representações sociais:

1. Dispersão da informação: existe algum conhecimento do objeto, mas não o suficiente para a compreensão pelo coletivo. Quando há diferença entre a informação advinda dos atores sociais e aquela necessária para atingir o ponto de vista objetivo, é instaurada a ambiguidade, propiciando o surgimento de um processo de reconstrução social.
2. Focalização: trata-se do interesse sobre alguns aspectos específicos do objeto ou acontecimento, algo que ameaça e coloque o indivíduo e o meio social em alerta, em detrimento de outros pontos de análise possíveis sobre um objeto.
3. Pressão à inferência: necessidade de reagir frente a um objeto, quando o indivíduo se vê obrigado a posicionar-se perante o objeto sem possuir dados suficientes para tal, emergindo condutas e discursos coerentes.

Reforça-se a orientação prática das representações como uma forma de resposta à necessidade de tomada de decisão cotidiana em nossas vidas; ainda que não tenhamos as

informações suficientes em mãos, somos forçados a inferir para decidir e, obviamente, este processo de decisão será influenciado por aquilo que achamos mais relevante no momento, o que nos apresenta risco, vantagem, ameaça ou oportunidade, relegando a segundo plano outras análises possíveis. Ativamos para tal processo, como afirma Jodelet (2001), elementos afetivos, mentais e sociais de forma a integrar cognição, a linguagem e a comunicação, considerando as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm.

Além das condições de emergência e estruturação das representações, é importante identificar dois processos que tem por objetivo transformar o não-familiar em familiar: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem o faz por meio da classificação e enquadramento de um novo objeto ou acontecimento dentro de um repertório familiar; para Arruda (2002) significa dar sentido ao objeto, é o momento em que este é identificado, no mundo do indivíduo, por meio da aproximação de categorias já conhecidas. Possibilita ao indivíduo a familiarização e integração de um pensamento a partir da comparação com os valores sociais, de modo a garantir a coerência com os sistemas sociais existentes, ou seja, trata-se de um ajustamento do desconhecido às categorias preexistentes no repertório do indivíduo, classificando, categorizando e nomeando o objeto, formando uma “rede de significações que permite situá-lo face aos valores sociais e dar-lhe coerência” (JODELET, 2001). Chamon (2009) define a ancoragem como o enraizamento social da representação, com o objetivo de operar e integrar de forma cognitiva o objeto representado dentro de um sistema pré-definido, integrando esses novos elementos de saber numa rede de categorias familiares.

A objetivação é um operação imageante e estruturante por intermédio da qual se dá uma forma, ou figura, específica ao conhecimento sobre o objeto, tornando, assim, concreto, quase tangível, o conceito abstrato, tal como se materializa a palavra. Objetivar é portanto achar a qualidade icônica de uma ideia, é reproduzir um conceito em uma imagem (SÁ, 1998).

Por meio da objetivação se transforma o subjetivo, abstrato, em algo concreto e passível de ser apreendido. É o processo pelo qual se investiga as relações de causa e efeito, estabelecendo conexões e referenciais do que se mostra como desvio da normalidade. Aqui o indivíduo recorre à sua memória na procura de imagens que melhor classifiquem o que está sendo observado, transformando o conceito em coisa e os tornando intercambiáveis, agregando com isto um valor funcional para a interpretação e gestão do ambiente. Moscovici (apud CHAMON, 2009) separa o processo de objetivação em 3 etapas:

1. Seleção e descontextualização do objeto de representação: o objeto passa por uma seleção em função dos critérios culturais e normativos e é descontextualizado do

campo científico, ideológico ou outro ao qual ele pertence e passa a ser apropriado pelo indivíduo ou grupo.

2. Focalização em alguns aspectos da informação: estes aspectos se tornam o núcleo ou esquema figurativo da representação, uma estrutura imaginária que busca representar um conceito, sendo que os elementos selecionados são agrupados dentro desse núcleo e interligados entre si.
3. Naturalização: refere-se à familiarização com o objeto, que se torna mais próximo do conhecimento já existente.

O resultado da objetivação, segundo Moscovici (2012) é sempre arbitrário, mas, desde que um consenso seja estabelecido, a associação da palavra com a coisa se torna comum e necessária para sua compreensão. O autor afirma que tanto a ancoragem quanto a objetivação são maneiras de lidar com a memória, sendo que o pensamento social deve mais à memória e à convenção que à razão; deve mais às estruturas tradicionais que às intelectuais. Enquanto a ancoragem mantém a memória em movimento

colocando e tirando objetos, pessoas ou acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e rotula com um nome, a objetivação tira da memória conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2012).

É neste sentido de apropriação e re-apresentação que Chamon (2009) atribui ao conceito de representação social um caráter construtivo, na medida em que não é o reflexo de uma realidade exterior nem a imposição de uma ideologia. A autora ressalta ainda o caráter social da representação, pois esta não representa a soma das consciências individuais nem a média das opiniões dos indivíduos, mas sim uma totalidade estruturada, em que é impossível segregar a contribuição de cada crença ou opinião; “ainda que exista a apropriação e reconstrução individual das representações, elas transbordam a vida mental do indivíduo isolado e formam uma realidade própria, compondo a identidade de um grupo social, orientando e justificando suas práticas sociais”(CHAMON, 2009).

Coloca-se então a pergunta: em que medida e em quais circunstâncias as representações sociais determinam as práticas sociais ou são determinadas por elas? Para Chamon (2009) não há respostas definitivas, e sim hipóteses – Moscovici e Jodelet entendem que entre representações e práticas há um processo dinâmico de codeterminação. Moscovici e Hewstone (1984 apud CHAMON, 2009) afirmam que uma vez constituída uma representação, os indivíduos procurarão criar uma realidade que legitime as previsões e explicações oriundas dessa representação. Autés (apud CHAMON, 2009) acredita que “não se

pode dissociar a representação, o discurso e a prática. Eles formam um todo. Seria vão buscar se é a prática que produz a representação ou o inverso”. Comungando desta crença, fomos, empiricamente, conhecer as práticas dos diversos atores sociais para o desenvolvimento de um território e, através do discurso destes atores como sujeitos coletivos, conhecer suas representações sociais. O caminho que trilhamos para tal é a seguir detalhado, nos procedimentos metodológicos.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma vez que a investigação se baseia nas representações dos atores sociais de um território sobre seu desenvolvimento, foi realizada uma pesquisa qualitativa, entendendo-a, de acordo com Denzin e Lincoln (2010), como uma atividade situada que localiza o observador no mundo, uma abordagem interpretativa tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. A pesquisa qualitativa ressalta a natureza socialmente construída da realidade, o modo como a experiência social é criada e adquire significado. Como abordagem optou-se pelo estudo de caso, que possibilita compreender o fenômeno em seu contexto (YIN, 2001) e conhecer uma situação em profundidade enfatizando seu significado para os vários envolvidos, características essenciais para o presente trabalho, que visa aprofundar o conhecimento das percepções sobre um determinado território.

As técnicas metodológicas foram distribuídas da seguinte forma (lembrando que, por questões éticas, a organização e o território foram denominados, respectivamente, como empresa X e município Y):

Quadro 1 – Objetivos específicos e técnicas metodológicas empregadas

Objetivos Específicos	Técnicas
Conhecer as práticas - que influenciam e são influenciadas pelas representações sociais, dos diversos atores para o desenvolvimento do território	Pesquisa documental - documentos oficiais órgãos públicos Pesquisa documental – Empresa X Entrevistas semiestruturadas com poder público e sociedade civil
Obter os discursos que revelam as representações sociais sobre o desenvolvimento do território e os papéis atribuídos a cada ator social neste processo	Entrevista semiestruturada (Poder Público e Sociedade Civil)
Analisar as representações sociais subsidiando a definição de estratégias da empresa X para o desenvolvimento territorial.	Análise do Discurso do Sujeito Coletivo

Fonte: Elaboração própria

A primeira etapa, exploratória, foi feita a partir de pesquisa documental utilizando fontes secundárias como o censo municipal realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), documentos oficiais da prefeitura e secretarias municipais, com vistas à aprofundar o conhecimento sobre o território e seu desenvolvimento, realizando uma caracterização socioeconômica do município e descrevendo as políticas públicas, programas e projetos governamentais implantados. Do mesmo modo utilizou-se a pesquisa documental a

partir de documentos institucionais da Empresa X para analisar o posicionamento social da companhia no território por meio de políticas, programas, práticas sociais, histórico de relacionamento e investimento social privado. Ainda nesta etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) com 10 representantes da sociedade civil e 10 do poder público para conhecer as práticas e projetos desenvolvidos por estes atores no município.

Para obtenção dos discursos dos atores sociais foram realizadas outras entrevistas individuais em profundidade, partindo do entendimento de que as representações sociais são um pensamento coletivo que se caracteriza, conforme Lefevre, F. e Lefevre, A. (2005), pela presença, internalizada no pensar de cada um dos membros da coletividade, de esquemas sociocognitivos ou de pensamento socialmente compartilhado.

Para obter o pensamento coletivo é preciso convocar os indivíduos, um a um, para que cada indivíduo possa expor seu pensamento social internalizado, livre da pressão psicossocial do grupo, para que o conjunto dessas individualidades possa representar uma coletividade (LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A., 2005).

Estas entrevistas foram realizadas com dez pessoas do poder público municipal e dez representantes da sociedade civil. A escolha se deu com base em indicações realizadas por trinta e nove lideranças do município – consulta à diretores das associações de moradores e outras organizações da sociedade civil, incluindo a universidade, bem como autoridades políticas e funcionários de carreira da prefeitura municipal. As dez pessoas (de cada parte interessada) que tiveram o maior número de indicações para falar sobre o desenvolvimento do território foram entrevistadas. As variáveis inicialmente consideradas para segmentação do público pesquisado foram: pertence a qual parte interessada (poder público ou sociedade civil), escolaridade, tempo de convivência com o território, comunidade / bairro em que vive / convive. No entanto, após traçar perfil dos entrevistados verificou-se que as variáveis escolaridade e tempo de convivência com o território não seriam relevantes, uma vez que havia muita similaridade nestes critérios entre as pessoas indicadas para as entrevistas, quase todos conviviam com o território há dez anos ou mais e todos tinham ensino médio ou superior (cujo discurso não foi marcadamente diferente). Sendo assim, a segmentação levou em conta se o entrevistado representa o poder público ou sociedade civil e se vive na sede do município ou em algum distrito, haja vista que o relacionamento da empresa difere entre estes segmentos de públicos; há uma maior proximidade entre a empresa e a sociedade civil em contraponto à um distanciamento da empresa em relação ao poder público. A divisão entre os que vivem na sede do município ou nos distritos está relacionada à proximidade geográfica com a organização, o que gera percepções diferentes sobre eventuais impactos da operação da

empresa sobre o cotidiano das comunidades. No roteiro da entrevista constaram as seguintes dimensões (Apêndice B): Dimensão 1. Percepções sobre o território e seu desenvolvimento. Dimensão 2. Papel de cada ator social. Dimensão 3. Modelo de Desenvolvimento.

Tendo como subsídio as entrevistas semiestruturadas, aplicou-se a metodologia de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC), de Lefèvre e Lefèvre, de modo a sintetizar as representações sociais dos diversos atores sobre o desenvolvimento territorial e o papel de cada um neste processo, possibilitando identificar necessidades, oportunidades e responsabilidades, bem como encontrar possíveis consensos para o desenvolvimento do território. Segundo os autores, esta metodologia pode ser utilizada para um problema cujo conhecimento, solução ou equacionamento passe necessariamente pelos sentidos a ele atribuídos pelos atores sociais envolvidos. É deste modo que enxergamos nosso problema de pesquisa, é essencial compreender as expectativas que norteiam as ações de cada um dos atores para só então buscar soluções possíveis de serem implantadas; consensos possíveis que seriam as áreas de ‘sombreamento’, de sobreposição dos discursos que revelam suas crenças.

O método de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC) é baseado na teoria das representações sociais e expressa um discurso-síntese, ou melhor, vários discursos-síntese, que representam a opinião de uma coletividade sobre determinado tema. Seu pressuposto é que se a opinião individual é emitida em forma de discurso, ela deve ser reproduzida da mesma forma para o(s) sujeito(s) coletivo(s); os autores apresentam uma crítica ao que afirmam ser três formas de negação da existência do pensamento coletivo como entidade empírica de natureza discursiva: a não-discursividade dos questionários fechados; a redução da discursividade do pensamento coletivo à categorias; e a negação do discurso coletivo da realidade mediante a instituição do discurso sobre a realidade, por meio de um metadiscurso teorizado pelo pesquisador.

Ainda que o método tenha como característica a fusão dos aspectos qualitativo e quantitativo, optou-se neste trabalho por utilizá-lo somente para o estudo qualitativo (ainda que com variáveis quantitativas) por entender, como afirma Gondim e Fischer (2009), que a força do discurso está na amplitude de significado (variados sentidos) que aparece quando um grupo de pessoas responde a um determinado tema. O critério para a composição do discurso coletivo não é a quantidade, mas a semelhança de sentido. As autoras reforçam que todo discurso individual representa um discurso socialmente compartilhado, é sempre socialmente implicado, pois seu sentido está atrelado aos contextos sociais de produção; mesmo que sejam poucas pessoas a formularem seus discursos, elas emitem um discurso que não representa somente um ponto de vista pessoal, pois a sua subjetividade é construída no contexto social.



Foram seguidas as etapas de construção do DSC indicadas na metodologia de Lefevre, F. e Lefevre, A. (2005, 2012), desde a seleção das expressões-chave e ideias centrais, identificando, quando existente, as ancoragens, até chegar no discurso; durante o processo utilizou-se o sistema qualiquantisoft, software desenvolvido para apoio à metodologia de análise do DSC. As entrevistas são transcritas e lidas uma a uma selecionando as expressões-chave, que são trechos destacados de cada material verbal, que melhor descrevam seu conteúdo, que revelem a essência do seu conteúdo, depurando o discurso do que é acessório. A partir delas (as expressões-chave) são descritas as ideias centrais – formulas sintéticas que descrevem o sentido presente nas expressões-chave; as ideias centrais que apresentem sentidos semelhantes ou complementares são agrupadas e suas respectivas expressões-chave formam um discurso-síntese.

As expressões-chave são basicamente concretas, expressivas, descritivas, abundantes, afetivas, literárias; em contraste as ideias centrais são abstratas, conceituais, sintéticas, frias e poucas. Ideias centrais são o que o entrevistado quis dizer e as expressões-chave como isso foi dito. O “quê” e o “como” se complementam (LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A., 2012).

A identificação das expressões-chave e a subsequente nomeação da ideia central constituem, segundo Gondim e Fischer (2009), o processo da objetivação no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), quando o conceito ou noção abstrata se materializa em imagens e ideias inter-relacionadas e ordenadas em uma espécie de rede conceitual. Já o processo de ancoragem, que se trata de classificar novas informações ajustando-as às estruturas de conhecimento pré-existent e constitutivas da memória coletiva, assume no DSC o sentido de princípios, hipóteses e teorias que dão sustentação às expressões-chave que se agrupam em ideias-centrais (GONDIM; FISCHER 2009). As ideias centrais e ancoragens, que são, na técnica do DSC, o equivalente das categorias, têm a função paradigmática de identificar, nomear e distinguir um posicionamento, ou opinião, de outro. As ancoragens revelam a expressão de uma dada teoria ou

ideologias, valores e crenças presentes no material verbal das respostas individuais ou das agrupadas, sob a forma de afirmações genéricas destinadas a enquadrar as situações particulares. Na metodologia do DSC considera-se que existem ancoragens apenas quando há, no material verbal, marcas discursivas explicitas dessas afirmações genéricas (LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A., 2005).

As ideias centrais e ancoragens de sentido semelhante ou complementar devem ser agregadas em uma única ideia central ou categoria. Finalmente, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é a reunião, em um discurso-síntese enunciado na primeira pessoa do

singular, das expressões-chave que tem a mesma ideia central ou categoria; cada categoria ou ideia central gera um DSC. Para os autores do DSC, o depoimento na primeira pessoa do singular, pela boca de um único sujeito de discurso é sociologicamente possível na medida em que “se entendam as representações sociais, em conformidade com a teoria das representações sociais (Jodelet, 1989), como entidades compostas por representações sociais sob a forma de discursos coletivos que os indivíduos internalizam e vivem como seus” (LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A., 2005).

## 6 O CASO

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa exploratória, que teve como objetivo conhecer as práticas, que influenciam e são influenciadas pelas representações sociais, dos diversos atores para o desenvolvimento do território. Com base na análise de entrevistas da sociedade civil e poder público, além de dados oficiais sobre o município (fontes: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, Prefeitura e Secretarias Municipais), apresenta-se em ‘Município Y e o Desenvolvimento’ um breve diagnóstico municipal, elencando ainda algumas das principais ações recentes que visam a promoção do desenvolvimento territorial. A subseção ‘Responsabilidade Social na empresa X’ foi subsidiada por informações constantes em documentos da organização e apresenta a estrutura, políticas e ferramentas por ela utilizadas com vistas à uma atuação socialmente responsável. Findando a apresentação do caso, ‘Empresa X e o Município Y’ traz um panorama das práticas da empresa voltadas para o desenvolvimento do território em questão.

### 1.1 MUNICÍPIO Y E O DESENVOLVIMENTO

O município Y está localizado no Recôncavo Baiano, a 66 km da capital do Estado e conta com uma área de aproximadamente 263 km<sup>2</sup>. Em 1560, o terceiro governador-geral do estado do Brasil, Mem de Sá, concedeu uma sesmaria perto de Salvador a seu filho, Francisco de Sá. Em 1572 Francisco morreria, deixando a sesmaria para a irmã Dona Filipa de Sá, casada com Dom Fernando de Noronha, Conde de Linhares. Em 1629, as terras são vendidas para o casal Gaspar Pinto dos Reis e Isabel Fernandes. Estes, por sua vez, doaram aos frades franciscanos, que ergueram ali um convento dedicado ao Seráfico São Francisco. Em 27 de novembro de 1697, em uma visita do então governador-geral Dom João de Lancastre, o povoado ganhou status de vila; após algumas alterações, em 1931 é elevado à categoria de município e em 1942 passa a ter a denominação atual.

Até a crise de 1929 a economia local baseava-se principalmente nos engenhos de cana-de-açúcar, seguido por outras culturas agrícolas e pela atividade pesqueira artesanal. Com a entrada em operação da unidade da empresa X em 1950, o setor industrial passa a ser a principal atividade econômica do município, trazendo ainda empresas fornecedoras e clientes da empresa X. A vinda de trabalhadores entre as décadas de 1950 e 1970 faz com que a população do município triplique de tamanho, alcançando a marca de aproximadamente 27

mil habitantes no final dos anos 1970, refletindo em um crescimento da infraestrutura no entorno da empresa, com a construção de casas, pequenos comércios e rodovias de acesso à capital do Estado. Já na década de 1980 há um movimento migratório inverso, para Salvador e outras cidades, devido à falta de perspectivas para os filhos dos empregados da empresa X, que anseiam por melhores condições de saúde, formação universitária e opções de lazer, culminando na diminuição da população para cerca de 17 mil habitantes. Com um crescimento constante, mas sem sobressaltos, o município Y tem hoje uma população estimada (2013) pelo IBGE de 36.677 habitantes e o quantitativo de homens e mulheres é bastante próximo, não havendo discrepância neste índice.

A população é majoritariamente urbana e cerca de 1/3 da população está em idade escolar, sendo que é no ensino fundamental que se encontra matriculado um maior número de alunos. Tem-se 19.407 pessoas em idade economicamente ativa (20 a 64 anos) e neste total a quantidade de mulheres é maior que a de homens (IBGE, 2010). A população idosa, a partir de 65 anos, é bastante reduzida.

Figura 3 - Pirâmide Etária Município Y



Fonte: Censo IBGE 2010

Em relação à ocupação da população economicamente ativa, após Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público do Estado, assinado pelo gestor municipal em 2005, fez-se necessária a gradual redução do número de servidores em cargo comissionado, fazendo com que aumentasse ainda mais as taxas de desemprego do município; de acordo com o censo IBGE 2010, o município Y contava com um dos piores índices do país, 25,3% de

desemprego. No ano de 2006 (de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o índice de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos chegou a alcançar 50,05%. Em decorrência do aumento do desemprego vem também crescendo o número de famílias atendidas pelos programas municipais de transferência de renda e assistência social. Há 15.294 pessoas ocupadas e o salário médio da população é de 5,9 salários mínimos (IBGE, 2011). Em relação às entidades sem fins lucrativos foram identificadas cinquenta e oito e o salário médio das pessoas que atuam nessas entidades é de 1,48 salários mínimos. No que tange aos serviços de hospedagem, o município tem 25 apartamento em pousadas e 61 leitos (IBGE, 2011).

Assim como vimos no embasamento teórico sobre o desenvolvimento territorial e responsabilidade social empresarial, uma estratégia muito utilizada para lidar com a complexidade destes temas é dividi-los em dimensões ou categorias; é o que fazem os indicadores que buscam responder à necessidade de avaliar comparativamente o desenvolvimento das localidades; é o que faremos a seguir para ilustrar a dinâmica do processo de desenvolvimento do município Y.

Parte da arrecadação proporcionada pela empresa X é repassada ao município, alçando o município Y à condição de cidade com um dos maiores PIB per capita do país: R\$ 106,05 mil<sup>1</sup>. Tal desempenho não se repete para os indicadores sociais, com Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDHM) de 0,674, que apesar de indicar um resultado moderado, ocupa a 2.743<sup>a</sup> posição no país<sup>2</sup>. O IDHM é um indicador que agrega como critérios, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2013), indicadores de longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (levando em conta percentuais de formados e formandos de acordo com suas faixas etárias) e renda (renda mensal per capita).

Outro indicador que busca mensurar o desenvolvimento do território é o índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Aqui o município apresenta resultados crescentes, sendo em 2012 (ano base 2010) o 2º município baiano<sup>3</sup> com melhor IFDM. Tal índice é divulgado anualmente com base em

---

<sup>1</sup> IBGE 2011

<sup>2</sup> IBGE 2010

<sup>3</sup> Histórico comparativo das notas do município ano a ano (entre os municípios baianos – índice de 0 a 1, sendo 1 o maior desenvolvimento)

21ª posição em 2010 / base 2007 – nota 0,6158

3ª posição em 2011 / base 2008 – nota 0,6867

2ª posição em 2011 / base 2009 – nota 0,7312

2ª posição em 2012 / base 2010 – nota 0,7469

estatísticas públicas oficiais, acompanhando o desenvolvimento em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Em emprego e renda são acompanhados: geração de emprego formal, estoque de emprego formal, salários médios do emprego formal. Na área de educação contam: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas aula diárias, resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em saúde o cálculo é feito com base no número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis.

Ainda que sejam incompletos e possamos questionar as variáveis analisadas nestes ou em outros indicadores, é inegável que eles representam uma parcela do que podemos denominar desenvolvimento, pois eles indicam melhoria de alguns aspectos que podem influenciar a qualidade de vida de uma população. Para Dallabrida; Fernández e Siedenberg (2004) o desenvolvimento pode ser entendido como “um estágio do processo de mudança estrutural, empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população”.

Tal definição nos reforça a validade dos indicadores ao tempo em que demonstra suas fragilidades em dar conta de tudo o que pode significar desenvolvimento. Outro conceito multifacetado é o de qualidade de vida, que abrange outras dimensões além da renda, educação e saúde. É neste sentido que, para analisar estratégias para o desenvolvimento territorial, elencamos ações em diversas dimensões que possam influenciar o processo de mudança do município com vistas à qualidade de vida de quem nele vive, identificando ainda os atores envolvidos em cada uma delas. Recuperando o nosso entendimento sobre o desenvolvimento - como um processo de exercitar escolhas com vistas à eliminação das privações e à melhoria da qualidade de vida e da consciência cívica, descrevemos a seguir algumas ações que podem influenciar tais condições.

Um importante marco para o município foi a aprovação da Lei do Plano Diretor e leis correlatas em 2011. Esses instrumentos, que estabelece os objetivos, instrumentos e ações de planejamento para a cidade, bem como orienta a atuação do Poder Público e da iniciativa privada para atendimento das demandas da comunidade, estão fundamentados em princípios que perpassam pela garantia da gestão democrática com a participação da população no processo de desenvolvimento; promoção do desenvolvimento sustentado como acesso à moradia, serviços e equipamentos públicos e privados; inclusão social, que assegure o acesso da população à serviços e políticas sociais; redução das desigualdades, preservação e recuperação do ambiente natural e do patrimônio histórico, entre outros.

Há ainda outro documento que baliza as políticas para o desenvolvimento do município, o Plano Plurianual (PPA) 2014-2017, que compreende os programas, as diretrizes, os objetivos e metas da Administração Pública do município para as despesas de capital e outras decorrentes delas. O PPA está estruturado em cinco eixos com a intenção de delinear as estratégias para o alcance dos resultados desejados. Os eixos são: Inclusão Social, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade, Direitos da Cidadania, Infraestrutura e Excelência na Gestão Pública. Para cada um deles foram instituídos programas que incluem as áreas de Assistência Social, Esporte, Educação Nível superior, Turismo, Comércio, Sustentabilidade, Relação com os Movimentos Sociais, Mobilização Interna do Governo, Cidadania Digital, Mobilidade Urbana, Saneamento Básico, Incentivo à Cultura e outros.

Os maiores investimentos municipais nos últimos cinco anos estão relacionados à recuperação e construção de infraestrutura e espaços públicos: foram pavimentados vários acessos a bairros que não tinham ruas asfaltadas, além da recuperação de boa parte dos trechos degradados. Em relação aos equipamentos públicos, foram construídas quatro praças e outras passaram por revitalização com instalação de academias ao ar livre, todas as escolas do município foram reformadas, assim como os postos de saúde, além da construção de dois complexos escolares, do portal da cidade, reforma do mercado do peixe, ampliação da iluminação pública, arborização e ciclovias. Obras também na área de habitação tiveram uma grande acréscimo neste período, com a entrega de 2009 a 2013, pelo programa municipal Sonho Meu, de 885 casas populares para famílias que viviam em áreas de risco ou não tinham moradia. Além disso está em construção um conjunto habitacional por meio do programa federal Minha Casa Minha Vida. O programa municipal “Tá rebocado e pintado”, que atendeu 714 unidades habitacionais desde seu início em 2009, visa a melhoria das casas que se encontram em situações de risco e aquelas que utilizam o bolsa aluguel. Uma nova empreitada a ser iniciada é a construção do autódromo da cidade, anunciada em abril de 2014.

Tais investimentos trouxeram também a possibilidade de empregar os munícipes, amenizando a pressão social decorrente da redução do quadro da prefeitura, porém com postos de trabalho temporários, cuja redução deve ocorrer na medida em que as obras findem. Perspectivas em geração de emprego se renovam com a assinatura de protocolos de intenção com um fabricante de lanchas-escola, em parceria com o Governo Federal, e com uma empresa que irá produzir big bags para armazenamento de grãos. Segundo a maior parte dos entrevistados, a empresa X deveria ser um grande empregador dos munícipes, mas isto não ocorre, sendo uma das justificativas a falta de qualificação para tal. Em relação à qualificação profissional, já foram formadas mais de 500 pessoas em cursos diversos, tanto ofertados pelo

município como em parceria com o governo estadual, em áreas correlatas à atividade industrial (caldeireiro, soldador), em construção civil (encanador, pedreiro, eletricitista) e em serviços diversos (manutenção de microcomputadores, serviços de refrigeração, auxiliar administrativo, manicure/pedicuro, cabelereiro, camareira bilíngue, recepcionista bilíngue). Com um setor de serviços e comércio ainda incipientes, foi implantado em 2013 o cartão do servidor para estimular o consumo em estabelecimentos cadastrados no município; com o cartão, o servidor público municipal pode comprometer até 30% de seu salário fazendo compras nestes estabelecimentos para posterior desconto em folha de pagamento.

Na área de saúde o município conta com um hospital, cujo serviço foi recentemente terceirizado causando vários questionamentos da população, além de seis unidades-satélite, um pronto-atendimento (24h). e treze postos de saúde com atendimento ao Programa de Saúde da Família (PSF) sendo realizado por cento e dezesseis agentes comunitários. Uma dificuldade enfrentada pela população é a ausência de médicos especialistas, em especial nas áreas de neurologia, endocrinologia, psicologia e oftalmologia. Sobre a locomoção dos pacientes para as unidades de atendimento, possui duas ambulâncias na sede e duas para atender aos distritos. Sobre a realização de exames de alta e média complexidade, está prevista a construção do CEU – Clínica Especializada Unificada, visando solucionar esta deficiência.

Em relação ao saneamento básico do município, segundo o censo demográfico IBGE (2010), 60,6% dos domicílios possuem saneamento adequado. Dos 9.429 domicílios permanentes do município, 711 domicílios (7,5% do total) não recebem água da rede municipal, sendo abastecido pela chuva, por caminhão pipa, poço ou nascente. Em relação ao destino do lixo, 8.756 casas têm seus resíduos recolhidos por coleta, 7,13% da população (673 casas) têm seus resíduos despejados em rio, mar, lagos, queimado ou enterrado na propriedade ou jogado em terreno baldio.

Sobre distribuição da rede elétrica no município Y, 7.932 domicílios possuem rede elétrica instalada por empresa distribuidora com medidor de uso exclusivo. Do restante, 427 domicílios tinham medidor de uso comum a mais de um domicílio, 771 domicílios não tinham medidor e 177 domicílios possuíam energia elétrica de outra fonte (IBGE, 2010).

Ainda segundo o Censo 2010, 400 domicílios não tinham sanitário ou banheiro. Dos 8.502 domicílios com sanitário ou banheiro, em 1.158 o esgotamento sanitário era através de fossa rudimentar e 1.454 em fossas sépticas. 4.541 domicílios despejam seu esgoto na rede geral do município ou pluvial; 774 em rio, lagos ou mar; 292 em valas.

Ao tratarmos de assistência social destaca-se o Programa de Acolhimento Social



(PAS), um programa de transferência de renda implantado em 2009 que atende hoje à mais de 4.800 famílias. O auxílio recebido pelas famílias que possuem renda de até meio salário mínimo chega a 80% do valor de um salário mínimo. Para a concessão do benefício é exigido que as famílias participem de atividades de capacitação profissional, acompanhamento médico e promoção social. Ainda em relação à transferência de renda, boa parte dos municípios acumulam a renda do programa Bolsa Família com aquela repassada por meio do PAS.

Na educação nota-se uma crescente melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentando em 2011 nota 4,4 para 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série (crescimento de 1,3 pontos em relação à 2007) e 3,3 para 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série (crescimento de 1 ponto em relação à 2007). No censo realizado pelo IBGE (2012) foram contabilizadas 6.452 matrículas no ensino fundamental e 1.163 no ensino médio, divididas pelas 49 escolas em funcionamento, sendo 02 estaduais voltadas para o ensino médio, 01 particular (101 matrículas) e 46 municipais para ensino fundamental, além de 01 particular e 27 municipais para ensino pré-escolar. Foi inaugurado em 2012 um campus de uma universidade federal, oferecendo graduação em Administração Pública e especialização em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, promovendo ainda ciclos de debates acadêmicos abertos à população. O programa Universitário (PROUNIFAS) atende a mais de 800 pessoas e tem como objetivo conceder bolsas complementares para os estudantes universitários carentes e residentes no município, disponibilizando ainda transporte até universidades em Salvador e região metropolitana. Lançado em fevereiro de 2014, um programa de incentivo à educação fundamental irá ofertar ações educativas em turno oposto a sala de aula, visando promover o fortalecimento e integração das ações voltadas para a formação integral na educação, buscando ampliar o plano de atividades complementares, a jornada escolar, e diminuir as distorções de série e idade, reduzindo a evasão e melhorando o rendimento escolar. O participante do programa receberá uma bolsa anual que pode ser de R\$ 700,00 ou R\$ 1.200,00, correspondente a cada ano do Ensino Fundamental II, dependendo da aprovação, somado ao cumprimento obrigatório das atividades extracurriculares oferecidas pelo município ou por seus parceiros.

No que diz respeito aos canais de comunicação entre a prefeitura e a sociedade civil, foi implantada em 2011 a ouvidoria municipal, que se tornou em 2013 a Secretaria Especial de Acompanhamento da Gestão (SEAG), responsável por tirar dúvidas, receber reclamações, denúncias, solicitações e sugestões em relação aos serviços públicos, seja por meio de contato telefônico, atendimento presencial ou nas reuniões itinerantes realizadas pela secretaria, que

conta ainda com um ponto de contato nos bairros, um representante eleito pela comunidade a pedido da SEAG. Em termos de promoção da participação da sociedade civil na gestão municipal, sem julgar sua efetividade nesta intenção, o município conta, atendendo à orientações do governo federal, com onze conselhos municipais paritários: Conselho de Educação, de Saúde, Conselho de Ação Social, Defesa do Meio Ambiente, Cultura, Juventude, Desenvolvimento Sustentável, Segurança da Merenda Escolar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Conselho da Pessoa com deficiência e Conselho da Igualdade Racial.

Ainda falando sobre a participação da sociedade civil, é possível perceber uma forte dependência, política e econômica, em relação ao poder público municipal, não encontrando ações sistêmicas que possam ser pontuadas para o processo de desenvolvimento do território. Com isso não se quer dizer que inexitem ou são inócuas as ações da sociedade civil organizada, pois há sim práticas que certamente contribuem para a garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida dos munícipes, mas tais práticas não atingiram ainda um alcance, sistematização e frequência regular como os programas ou ações que acima elencamos. Há de se destacar alguns projetos de organizações da sociedade civil na área cultural como pontinhos de cultura e de leitura financiados por meio de editais estaduais, demonstrando que a diversidade e a riqueza das manifestações culturais no território se sobrepõem à organização ainda insuficiente da sociedade civil.

Conhecedores das práticas para o desenvolvimento territorial implantadas pela sociedade civil e, em especial, pelo poder público municipal, seguimos para outro ator social presente no território: a empresa X; apresentamos seu perfil, sua política de responsabilidade social e as práticas desenvolvidas na interação com o território.

## 1.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL NA EMPRESA X

A Empresa X atua no segmento de energia, nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia.

Possui 135 plataformas, que produzem mais de dois milhões e quinhentos mil barris de petróleo e gás natural liquefeito por dia. São 11 refinarias em operação (mais 4 em construção) que têm como principais produtos: diesel, gás liquefeito de petróleo, gasolina, lubrificantes, nafta, óleo combustível e querosene de aviação. Conta ainda com uma fábrica

de lubrificantes, 3 fábricas de fertilizantes, uma unidade de industrialização de xisto, uma frota de 237 navios, mais de 30 mil quilômetros de dutos, 7 usinas de biocombustível, 19 termelétricas, 4 usinas de energia eólica e 8507 postos.

Seus principais clientes externos são as empresas dos mercados rodoviário, agropecuário, industrial, aéreo, aquaviário ou ferroviário. Na distribuição, além do consumidor final no posto de serviços, destacam-se grandes clientes, como indústrias, termelétricas, companhias de aviação e frota de veículos leves e pesados.

A estrutura organizacional da Empresa X está descrita e definida no Plano Básico de Organização (PBO) que tem por objetivo definir as diretrizes de organização, governança e gestão da Empresa X, os modelos de organização e de governança corporativa, bem como a estrutura geral da companhia, as atribuições de suas unidades, a competência de seus titulares e as áreas de contato dos membros da Diretoria Executiva.

Para a Empresa X responsabilidade social é a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social.

A Responsabilidade Social está inserida na estratégia da companhia e explícita em seu plano estratégico, que contém:

- Missão; Visão; Cenários; Premissas; Estratégia Corporativa;
- Estratégias de Negócios; Direcionadores de Negócios;
- Objetivos Estratégicos; Indicadores e Metas; Projetos Estratégicos.

A declaração da estratégia corporativa inclui os pilares: crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade socioambiental. A missão da Empresa X é: Atuar na indústria de petróleo e gás de forma ética, segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atuamos.

A companhia tem como visão 2030 ser uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida pelos seus públicos de interesse.

Os valores da companhia estão descritos no Plano Estratégico, tendo presença indispensável nas suas estratégias, ações e projetos. São eles: Pessoas, Orgulho de ser Empresa X, Desenvolvimento Sustentável, Integração, Resultados, Prontidão para mudanças, Empreendedorismo e inovação, Ética e transparência, Respeito à Vida, Diversidade humana e

cultural.

#### Políticas Institucionais

Em 2007 foi criada a Política de Responsabilidade Social da Empresa X, que tem como princípios:

Quadro 2 – Política de Responsabilidade Social da empresa X

<b>Atuação Corporativa</b>	Assegurar que a governança corporativa do Sistema Empresa X esteja comprometida com a ética e transparência na relação com os públicos de interesse.
<b>Gestão Integrada</b>	Garantir uma gestão integrada em Responsabilidade Social no Sistema Empresa X.
<b>Desenvolvimento Sustentável</b>	Conduzir os negócios e atividades do Sistema Empresa X com responsabilidade social, implantando seus compromissos de acordo com os princípios do Pacto Global da ONU e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.
<b>Direitos Humanos</b>	Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, pautando as ações do Sistema Empresa X a partir da promoção dos princípios do trabalho decente e da não discriminação.
<b>Diversidade</b>	Respeitar a diversidade humana e cultural de sua força de trabalho e dos países onde atua.
<b>Princípios de Trabalho</b>	Apoiar a erradicação do trabalho infantil, escravo e degradante na cadeia produtiva do Sistema Empresa X.
<b>Investimento Social Sustentável</b>	Buscar a sustentabilidade dos investimentos sociais para uma inserção digna e produtiva das comunidades.
<b>Compromisso da Força de Trabalho</b>	Comprometer a força de trabalho com a Política de Responsabilidade Social do Sistema Empresa X.

Fonte: elaboração própria

Há ainda a política de Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde (SMES), temas importantes no contexto da Responsabilidade Social e extremamente necessários em uma empresa de energia.

São enunciados da política de SMES:

- Educar, capacitar e comprometer os trabalhadores com as questões de SMES, envolvendo fornecedores, comunidades, órgãos competentes, entidades representativas dos trabalhadores e demais partes interessadas;
- Estimular o registro e tratamento das questões de SMES e considerar, nos sistemas de consequência e reconhecimento, o desempenho em SMES;
- Assegurar a sustentabilidade de projetos, empreendimentos e produtos ao longo do seu ciclo de vida, considerando os impactos e benefícios das dimensões econômica, ambiental e social;
- Atuar na promoção da saúde, na proteção do ser humano e do meio ambiente mediante identificação, controle e monitoramento de riscos, adequando a segurança de processos às melhores práticas mundiais e mantendo-se preparada para emergências;
- Considerar a ecoeficiência das operações e produtos, minimizando os impactos

adversos inerentes às atividades da indústria.

Essa política se desdobra em 15 diretrizes que contêm vários requisitos em seus detalhes.

Outras políticas também orientam a atuação da companhia, a exemplo da política de Recursos Humanos, que reúne orientações para promover o alinhamento desta função na companhia, abrangendo temas como atração e retenção, desenvolvimento, cultura e ambiência, reconhecimento pelos resultados das equipes e pessoas, promoção de práticas e processos de gestão que levem à satisfação e ao comprometimento no trabalho e processo permanente de negociação com a representação sindical dos empregados. Há ainda a política de Comunicação, que trata de temas como preservação e defesa da marca e identidade corporativa; integração e unidade na comunicação; transparência e diálogo permanente na comunicação e relacionamento com os públicos de interesse; conhecimento estruturado das necessidades e expectativas dos públicos; comunicação aberta e abrangente com o público interno e respeito à diversidade humana e cultural.

Como instrumentos orientadores da administração da Empresa X destacam-se ainda os códigos de Ética, de Boas Práticas, de Conduta da Alta Administração Federal e de Conduta Concorrencial.

O Código de Ética define os princípios éticos que direcionam as ações do Sistema Empresa X e seus compromissos de conduta. Além da relação mútua entre Sistema Empresa X e seus empregados, a companhia apresenta seus compromissos no exercício da governança corporativa, nas relações com fornecedores, prestadores de serviços, estagiários, clientes, consumidores, comunidades, sociedade, governo e Estado, e nas relações com o meio ambiente, como demonstração de sua responsabilidade frente às gerações atuais e futuras.

O Código de Boas Práticas reúne cinco políticas internas com significativo impacto sobre a governança e o desempenho econômico da Empresa X. São elas: a Política Interna de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante; de Negociação com Valores Mobiliários, de Conduta dos Administradores e Funcionários Integrantes da Administração Superior da Empresa X, de Indicação para Cargos de Administração de Subsidiárias, Controladas e Coligadas; e a Política de Relacionamento com Investidores.

O Código de Conduta Concorrencial visa orientar os administradores, empregados e prestadores de serviços a manter uma relação com os concorrentes fundada nos princípios da honestidade e respeito, adotando regras explícitas e declaradas sobre seus procedimentos. Aborda o cumprimento da legislação de defesa brasileira de concorrência ou antitruste e das jurisdições dos países em que realizamos negócios.

A Empresa X adota os princípios da norma ISO 26.000, é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas desde 2003, sendo sua adesão um marco à condução de ações para o desenvolvimento sustentável; participa ainda de diversos outros grupos e iniciativas: World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Pacto Empresarial pela Integridade e contra a corrupção; Iniciativa Conjunta contra a Corrupção (Partnering Against Corruption Initiative, Paci); Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativistas (Extractive Industries Transparency Initiative, Eiti); Global Reporting Initiative (GRI), que fornece diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade; Statement of G-8 Climate Change Roundtable, declaração de líderes de empresas para a implementação de políticas e medidas para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

A companhia define seus públicos de interesse como grupos de indivíduos ou organizações com questões e necessidades comuns de caráter social, político, econômico, ambiental e cultural que estabelecem ou podem estabelecer relações conosco e são capazes de influenciar ou ser influenciados por nossas atividades, negócios e reputação.

Estes grupos, no total de 13 públicos, são identificados e caracterizados por meio do Plano Integrado de Comunicação da Empresa X:

**Clientes:** pessoas jurídicas que adquirem ou podem adquirir bens e/ou serviços da Empresa X com finalidade de distribuição ou utilização própria.

**Comunidade científica e acadêmica:** órgãos e instituições que se dedicam ao fomento e/ou desenvolvimento de pesquisas científicas e à educação nas áreas de conhecimento de relevância para a Empresa X, bem como os corpos docente e discente envolvidos em sua realização.

**Comunidades:** grupos de indivíduos que habitam ou frequentam áreas geográficas onde a Empresa X se insere.

**Concorrentes:** empresas que concorrem ou podem concorrer com a Empresa X em seus segmentos de negócios e nos mercados de bens, serviços ou de capitais.

**Consumidores:** pessoas físicas que adquirem ou podem adquirir bens e/ou serviços com marcas da Empresa X para utilização própria.

**Fornecedores:** pessoas físicas ou jurídicas que fornecem bens e/ou serviços à Empresa X.

**Imprensa:** veículos de comunicação que tratam de temas de interesse da Empresa X e atuam como canais com os diversos públicos.

**Investidores:** pessoas físicas ou jurídicas que possuam ou tenham potencial de adquirir

títulos da Empresa X e/ou sejam mediadoras de sua aquisição.

Organizações da sociedade civil: organizações, constituídas como entidades sem fins lucrativos, que têm como objetivo a defesa ou promoção de causas relevantes para a Empresa X e/ou seus públicos de interesse.

Parceiros: organizações ou indivíduos que estabelecem com a Empresa X relação formal de cooperação, investimento ou apoio mútuo em projetos e/ou programas de negócios e/ou institucionais.

Poder público: instituições e órgãos que exercem funções legislativa, executiva ou judiciária nos países e regiões em que a Empresa X atua, bem como entidades que trabalham no âmbito da governança global.

Público interno: empregados e aposentados, familiares e pensionistas, conselheiros, aprendizes e estagiários da Empresa X e de suas subsidiárias, bem como empregados das empresas prestadoras de serviços que atuam em instalações da Empresa X.

Revendedores: pessoas jurídicas que revendem bens e/ou serviços com marcas da Empresa X.

A comunicação e engajamento dos stakeholders é feita com base em pesquisas a exemplo do sistema de monitoramento da imagem corporativa, aplicado para aferir a imagem da organização perante diferentes públicos.

Com as comunidades em sua área de influência, a organização desenvolve ações como o Programa de Visitas, o Programa Empresa X Agenda 21, os Comitês Comunitários, além de promover educação ambiental e cursos de qualificação em áreas correlatas à atividade de petróleo e gás.

O Programa Empresa X Agenda 21 fomenta a elaboração participativa de um plano de desenvolvimento sustentável em comunidades da área de influência da organização. Parte-se de um diagnóstico local feito por agentes comunitários, passando pela discussão dos problemas e possíveis soluções em reuniões temáticas até chegar ao plano, sendo a comunidade protagonista em todas as etapas.

Os Comitês Comunitários são canais de comunicação e relacionamento entre as unidades de refino da Empresa X e a comunidade vizinha à essas instalações, tratando demandas e ações de interesse mútuo, fazendo ainda a comunicação de riscos do negócio e envolvendo este público nos planos de contingência das unidades.

Destaque também para as seleções públicas nacionais, que acontecem a cada dois anos, quando é lançado edital para patrocínio a projetos sociais e ambientais de organizações do terceiro setor. Ocorrem ainda, em anos intercalados com a seleção pública nacional,

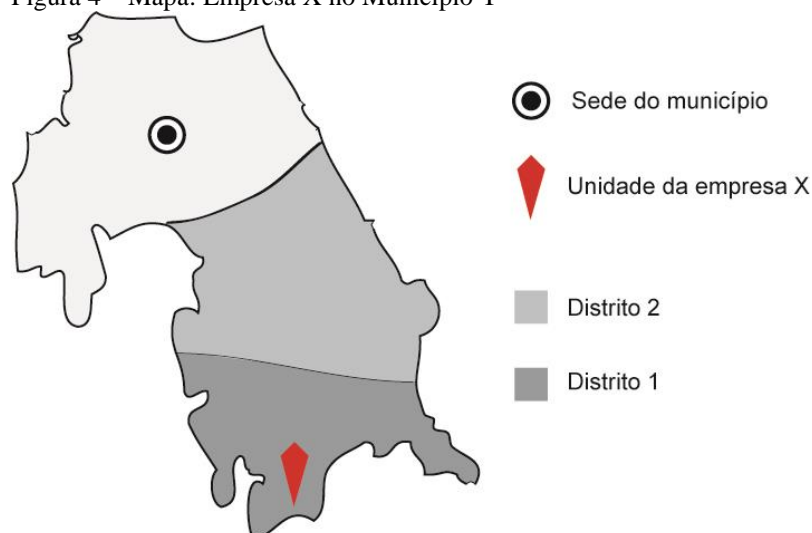
seleções regionais de projetos sociais, que têm como foco o patrocínio a projetos de menor porte, contemplando as áreas de influência direta dos empreendimentos da Empresa X, visando oportunizar o acesso aos recursos por pequenas instituições do entorno das unidades de operações da companhia.

### 1.3 EMPRESA X E O MUNICÍPIO Y

Importante ator no município, presente desde a década de 1950, possui diversas atividades produtivas, desde a exploração de petróleo, passando pelo refino, geração de energia a partir de usina termelétrica, estação de tratamento de gás natural, além de uma estação de regaseificação.

Como vimos em ‘Município Y e o Desenvolvimento’, na década de 1980 os empregados da empresa X se deslocaram para Salvador e outras cidades, fazendo com que sua presença no município se dê somente em horário de trabalho e dentro da unidade industrial, sem de fato interagir com o território. A maior unidade da empresa no município, da área de refino, fica em um distrito a cerca de 20 quilômetros da sede, outro fato relevante ao pensarmos a interação com o ‘centro político’ do território. Por isso consideramos a segmentação de público entre ‘Sede’ e ‘Distritos’ na formulação dos discursos.

Figura 4 – Mapa: Empresa X no Município Y



Fonte: Elaboração própria

A relação entre a empresa, o território e os demais atores nele presentes é ambígua, passando por momentos de crise devido à acidentes com impactos ambientais, questionamentos nas etapas de licenciamento dos novos empreendimentos, relações cordiais e



de parceria na implantação de projetos sociais ou em reuniões com a sociedade civil e com secretarias municipais, ou até momentos de indiferença e distanciamento. Pesquisas de imagem da corporação junto à população em geral do município demonstram esta ambiguidade: mais de 80% considera a presença da empresa boa, especialmente pela geração de impostos, percentual similar acha que a empresa preza pela segurança e conhece os programas de gestão ambiental por ela implantados; é o local em que os munícipes anseiam trabalhar.

Por outro lado mais de 70% acredita que o mar e os rios estão poluídos e responsabiliza a empresa por isso, relacionando ainda sua atividade a doenças respiratórias. Enquanto isso 48% acha que a empresa não ajuda o município e nem participa de seu cotidiano. É questionada pelos munícipes por empregabilidade da mão-de-obra local e pela comunidade pesqueira em razão dos impactos ambientais. Apesar do conhecimento dos programas de gestão ambiental da empresa, a percepção sobre o empenho em preservar o meio-ambiente, o investimento para impedir os problemas de poluição e a rapidez na resolução dos problemas é relativamente baixa.

Outra pesquisa, realizada somente junto às lideranças comunitárias que se relacionam com a empresa, revela alguns dados similares: 78% dos entrevistados aprova o relacionamento da Empresa X com a região e 79% acha que a empresa é socialmente responsável. Entretanto, apenas 59% considera positiva a relação da empresa com o meio ambiente. Em relação aos assuntos prioritários para o município, as lideranças que participaram da pesquisa afirmaram que Geração de Emprego e Renda e Educação Profissional são os temas prioritários, com 68,9% e 63,8% respectivamente.

Em relação aos meios e ferramentas de comunicação utilizadas pela Empresa X no seu relacionamento com a comunidade, destacam-se: o serviço de atendimento ao consumidor (SAC) através do 0800, contato telefônico disponibilizado para todo público de interesse para realizar denúncias, solicitar informações, relatar ocorrências ou situações suspeitas por parte do empreendimento ou de seus funcionários. Há também um Jornal Institucional com tiragem de 3.000 exemplares e distribuição para as comunidades do município, com prioridade para os bairros de interesse e do entorno do empreendimento, com informações da Empresa X e sua relação com a comunidade local. O Programa de Visitas é outra ferramenta de relacionamento com o entorno, com a participação de aproximadamente duzentos e cinquenta pessoas da comunidade por ano. Seu objetivo é disponibilizar à comunidade informações a respeito da segurança, práticas de meio ambiente e saúde, programas sociais e outras práticas responsáveis da Empresa X. Neste momento a comunidade é convidada a vivenciar de perto,

e de dentro da instituição, as ações e atividades rotineiras, transmitindo confiança e transparência nas suas atividades.

Entre as ações que possam promover o desenvolvimento do município, para além da geração de impostos e dinamização da economia local pela contratação de bens e serviços, a corporação desenvolve alguns projetos de cunho socioambiental. O programa Conviver atende a uma condicionante da licença de operação da companhia promovendo educação ambiental para a comunidade do entorno por meio de palestras, peças teatrais e oficinas, além da formação de 90 multiplicadores ambientais que elaboraram projetos de intervenção para melhoria de alguma situação ligada à questão ambiental de suas respectivas localidades. Também em atendimento a uma exigência legal, o programa Jovem Aprendiz, já em seu terceiro ciclo, visa a inclusão de jovens do município Y no mercado de trabalho, atendendo cerca de 110 jovens em cada ciclo bienal, no qual os participantes do projeto passam por uma formação teórica e um vivencial prático.

A Empresa X criou um fórum que, desde 2006, realiza reuniões mensais itinerantes com a sociedade civil, representada por associações de moradores, religiosas, culturais e nos mais diversos segmentos de atuação. Este fórum, denominado Comitê Comunitário, se tornou um espaço de intercâmbio de conhecimento e de capacitação em organização comunitária. É o único ‘espaço’ no município que reúne cerca de cinquenta organizações da sociedade civil para discussão, além do relacionamento entre a empresa e a sociedade civil, das questões sociais do município. Ainda na linha do protagonismo comunitário, a empresa fomenta a construção de Agendas 21 comunitárias em oito localidades / bairros do município. Seguindo metodologia similar à adotada pelo Ministério do Meio Ambiente na implantação de agendas 21 locais, é realizada a sensibilização e mobilização dos comunitários, seguidas da consolidação de um diagnóstico socioambiental de cada comunidade (este programa abrange oito bairros do município). Posteriormente ocorrem reuniões temáticas para discutir os principais problemas elencados na pesquisa. Na última etapa, realiza-se os Fóruns Temáticos para definir ações e encaminhamentos para buscar soluções para os principais problemas levantados no diagnóstico, como uma forma de incentivar o desenvolvimento comunitário da região e o processo de empoderamento da sociedade civil. A etapa final do Programa Agenda 21 consiste na elaboração de um documento que estabelece o plano de ações para o desenvolvimento sustentável da localidade.

Outro modo de atuação é por meio de investimento social privado, patrocinando projetos sociais desenvolvidos por instituições do terceiro setor. Em parceria com o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), é desenvolvido o Programa de Criança, um projeto de

educação complementar que atende 362 crianças de 6 a 12 anos, matriculadas na rede pública de ensino do município Y. O Programa oferece oficinas de Letramento, Futebol, Capoeira, Jogos Educativos, Música e Artesanato e atividades manuais. Há ainda acompanhamento pedagógico e psicossocial junto às famílias, complementação e reeducação alimentar para casos de desnutrição e obesidade e acompanhamento nutricional e antropométrico das crianças. Como ação complementar, são realizadas, por meio do Projeto Girassol, oficinas de artesanato e ciclos de palestras para as mães do Programa, de forma a resgatar sua autoestima, trabalhando questões relacionadas à cidadania, desenvolvimento econômico e social e práticas simples de saúde, alimentação e educação para o dia-a-dia.

Outro projeto, APÃES Delicatessen, proporciona qualificação profissional na área de padaria e confeitaria, além da geração de renda para 40 jovens e adultos portadores de deficiência por meio da comercialização de pães e artigos de confeitaria produzidos pelos participantes do projeto. Ainda em relação a patrocínio de projetos, em 2013 foram aprovados em um edital regional para seleção de projetos sociais, cinco projetos com atuação local, ligados às áreas de desenvolvimento e cidadania, com início no 2º semestre de 2014. São eles:

- a) Porta Aberta para o mundo de inclusão digital: projeto que atende 60 crianças com deficiência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e 40 crianças sem deficiência de determinada comunidade do município Y em um programa de inclusão digital e aprendizado por meio das novas tecnologias.
- b) Essa Viola dá Samba!: projeto que prevê educação para a qualificação profissional para 10 jovens e adultos no ofício da Lutheria e mais 20 crianças e adolescentes em aulas de música. A iniciativa promove o desenvolvimento econômico local e incentiva a geração de renda para estes lutieres formados, além de valorizar e resgatar a cultura do Samba Chula e do tocar da Viola Machete.
- c) Oficina de Flautas e Cordas: Atendimento a 100 crianças e jovens na promoção da garantia de direitos por meio do ensino da música nos instrumentos de flauta doce e violino. Incentiva a educação complementar através do ensino da música, valorizando as manifestações culturais locais.
- d) Empreender com a juventude: Projeto prevê a qualificação de 100 jovens em oficinas que permitam o desenvolvimento de técnicas e saberes relacionado a empreendedorismo e economia solidária. Por meio do mapeamento das habilidades e competências dos jovens do projeto, prevê o ensinamento de técnicas e conhecimentos para potencializar estas ações já desenvolvidas / pensadas para a localidade.
- e) Ateliê de Costura: Atendimento a 50 mulheres no ofício da costura para educação e

qualificação profissional. Prevê cursos de corte e costura, confecção de bolsas e artefatos e Bordados e pedrarias, incentivando a inserção destas mulheres no mercado de trabalho.

Elencadas as ações do poder público, sociedade civil e da empresa X, considerando o desenvolvimento territorial como o estágio do processo de mudança estrutural em uma localidade, pode-se dizer que o município Y passa por um momento de várias transformações que podem resultar em melhoria da qualidade de vida de sua população. As estratégias apresentadas nos permitem também enxergar o território como um espaço de intervenções não integradas, encampados ora por um ou outro ator de forma isolada. Portanto, se por um lado algumas estratégias são eficientes e promovem mudanças, seus limites se encontram na complementaridade entre elas, na articulação interorganizacional e na falta de uma legítima representatividade dos atores sociais.

É importante ainda ressaltar, conforme Fischer (2002), que “o desenvolvimento local não substitui a cidadania”, ou ainda o que se lê no relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento:

Objetivos do desenvolvimento devem ser múltiplos e a qualidade de vida inclui, além de renda, saúde, educação e maior participação na vida pública (apud FISCHER, 2002).

Algumas estratégias apresentadas para o desenvolvimento do território podem caracterizar uma manutenção do status quo vigente, com um reforço às políticas assistencialistas que criam e mantêm uma relação de dependência da sociedade civil em relação ao demais atores – este é outro limite a ser vencido. O desenvolvimento que inclui maior participação na vida pública é aquele que pode propor, inclusive, novos modelos de desenvolvimento diferentes daquele instalado no município; é aquele que provoca uma reconfiguração dos poderes instituídos, que articula e integra estratégias multiatoriais e interorganizacionais. Em nosso entendimento, porém, não é possível articular e integrar os diversos atores se não conhecermos suas expectativas e crenças, pois são elas que balizam suas práticas, que retroalimentam a definição da postura de cada ator social frente a uma intervenção. É na tentativa de integrar as práticas de responsabilidade social da empresa X aos consensos possíveis para o desenvolvimento territorial, que apresentamos na seção seguinte os discursos do sujeito coletivo sobre o desenvolvimento e o papel de cada ator social neste processo.

## 7 OS DISCURSOS DO SUJEITO COLETIVO

Resultam das entrevistas em profundidade, realizadas com dez representantes do poder público e dez representantes da sociedade civil, os discursos dos sujeitos coletivos. Os discursos aqui apresentados podem ser separados em três grandes grupos, que decorrem das dimensões utilizadas no roteiro de entrevista (Apêndice B). O primeiro bloco apresenta como os atores percebem o município e que perspectivas têm para ele; o segundo grupo analisa como se dão as relações entre os atores sociais que interagem no território e como os entrevistados reconfigurariam estas relações, atribuindo papéis a cada um destes atores. O terceiro viés dos discursos evidencia como este sujeito coletivo pensa e conceitua o desenvolvimento, quais modelos e paradigmas povoam o ideário dos entrevistados.

Ainda que o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) esteja sendo utilizado neste trabalho somente em sua abordagem qualitativa, utilizaremos dois atributos quantitativos da metodologia, a intensidade e a amplitude, para organizar a disposição dos discursos nas subseções abaixo. O fator intensidade, também chamado de força, nos mostra quantas pessoas ou qual o percentual dos entrevistados que formou aquele discurso, enquanto a amplitude indica se ele está concentrado em um público ou disperso - conforme indicado nos procedimentos metodológicos as variáveis consideradas para segmentação do público pesquisado foram: pertence a qual parte interessada (poder público - PP ou sociedade civil - SC) e bairro em que vive (sede - S ou distrito - D), uma vez que a unidade da empresa está localizada em um distrito distante da Sede do município. Para nós, a utilização de variáveis quantitativas não descaracteriza a pesquisa como qualitativa, utilizaremos estes fatores em favor da análise qualitativa, pois nossa compreensão é de que quanto mais forte/intenso e mais amplo um discurso, mais consolidada está a representação, revelando assim os consensos possíveis, essenciais para nosso objeto de estudo.

Dentro de cada tema abaixo os discursos são ordenados a partir da combinação entre estes dois fatores, sendo apresentadas as ideias centrais a partir da mais 'forte' e 'ampla' até aquela com menor grau de compartilhamento. As ideias centrais sintetizam a essência dos discursos, enquanto estes são formados pela junção das expressões-chave retiradas das entrevistas realizadas. Após a tabela-síntese de cada questão são apresentados os discursos, ao que se segue uma breve análise sobre o mesmo. Iniciemos pelo primeiro grupo dos discursos, o desenvolvimento do município.

## 1.4 DISCURSOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

A seguir são apresentados os discursos dos entrevistados sobre o desenvolvimento do município, assim organizados: primeiramente a situação atual, como está o desenvolvimento da cidade; segue com a apresentação das ideias centrais sobre o diferencial, aquilo que os entrevistados consideram característico, o que representa o território e o diferencia de outros. Fechando o primeiro grupo são reveladas as expectativas sobre o futuro do município.

### 1.4.1 Desenvolvimento atual do município

Neste tema o entrevistado era questionado sobre como estava o desenvolvimento do município. Como as respostas eram abertas e espontâneas (sem indução de temáticas), podiam ser citadas quantas áreas o entrevistado considerasse relevante. Para apresentação ordenaremos em sequência as temáticas mais citadas e, dentro de cada uma delas, os discursos sobre aquele tema, da ideia-chave mais ‘forte’ até chegar àquela que concentra menos intensidade. A tabela abaixo sintetiza os temas e ideais centrais encontrados nas respostas à esta questão, indicando sua intensidade e amplitude. Apresenta-se o tema sobre o qual foi feita referência, qual percentual e quantas pessoas falaram desta temática (do total de vinte entrevistados); dentro do tema se distribuem as ideias centrais (a essência do discurso sobre aquele tema) e qual o percentual (do total de vinte entrevistados) de pessoas que compartilham daquela ideia central<sup>4</sup>. Por último é apresentada a amplitude de cada ideia central, onde se indica percentualmente como o discurso sobre aquela ideia foi formado, levando em conta as variáveis: sociedade civil (SC) ou poder público (PP) e se vivem na sede do município (S) ou nos distritos (D). Por meio da amplitude verifica-se, entre as pessoas que formaram aquele discurso, qual o percentual pertence ao poder público (PP), à sociedade civil (SC), e se vive na sede do município (S) ou nos distritos (D).

---

<sup>4</sup> Consideramos que o percentual de pessoas que compartilham uma mesma ideia central deve ser aplicado sobre o total de entrevistados para que na análise se tenha uma visão dos discursos mais recorrentes independente da temática sobre a qual versa.

Tabela 1 – Distribuição dos discursos sobre o desenvolvimento atual do município, por temática seguido de ideia central

Tema	Nº de pessoas	Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
			Nº de pessoas	% <sup>4</sup>	Parte Interessada <sup>5</sup>	Bairro <sup>6</sup>
Economia	19	Comércio Fraco	11	55%	54% SC 46% PP	82% S 18% D
		Duas cidades	4	20%	50% SC 50% PP	100% S
		Evasão da renda	4	20%	100% SC	50% S 50% D
Emprego	18	Precisa de outra fonte de emprego	9	45%	55% SC 45% PP	55% S 45% D
		Falta qualificação	5	25%	40% SC 60% PP	60% S 40% D
		Empresa X não emprega	4	20%	50% SC 50% PP	50% S 50% D
Educação	17	Educação tem melhorado	9	45%	45% SC 55% PP	78% S 22% D
		Educação de má qualidade	5	25%	100% SC	60% S 40% D
		Faltam creches	3	15%	100% SC	66% S 33% D
Saúde	15	Saúde melhorou, mas ainda é insuficiente	10	50%	50% SC 50% PP	70% S 30% D
		Má qualidade na prestação dos serviços de saúde	5	25%	60% SC 40% PP	60% S 40% D
Assistência Social	12	Assistência social do município é muito boa	9	45%	55% SC 45% PP	66% S 33% D
		PAS é bom, mas precisa gerar autonomia	3	15%	33% SC 66% PP	66% S 33% D
Infraestrutura	8	Infraestrutura tem melhorado	8	40%	25% SC 75% PP	78% S 12% D
Administração Pública	7	Gestão atual é melhor	5	25%	80% SC 20% PP	60% S 40% D
		Descontinuidade atrapalha	2	10%	100% SC	100% S

Fonte: Elaboração própria

A temática economia foi a mais citada pelos entrevistados quando questionados sobre o desenvolvimento do município, e dentro dela foram encontrados três diferentes discursos: o

<sup>5</sup> SC = Sociedade Civil; PP = Poder Público<sup>6</sup> S = Sede; D = Distritos

mais compartilhado (onze pessoas) faz referência à fragilidade do comércio do município como um entrave ao desenvolvimento. Outros dois discursos ainda nesta temática versam sobre a divisão do município em dois por conta das diferentes dinâmicas econômicas e sobre a evasão da renda dos munícipes para cidades vizinhas.

Apresentamos a seguir os discursos referenciados na tabela.

Discurso sobre Economia – Comércio Fraco:

*A área mais frágil é o comércio, é o ponto fraco mesmo esse setor empresarial. O comércio local precisa se desenvolver, algumas situações que atrairia até outras cidades pra o município, um atacadão, pra ver se esse comércio dá uma aquecida. Precisa avançar com a parte do desenvolvimento econômico, que é essa grande atração por grandes empresas, por grandes empreendimentos como grandes redes de supermercado, como redes hoteleiras, que depende muito da iniciativa privada e a iniciativa privada ela só investe o dinheiro dela se ela perceber o retorno financeiro e de uma forma boa. Às vezes as pessoas estão avançando e criando seu próprio comércio, seu próprio negócio. Mas por outro lado também você encontra lugares que já foram pontos né, de comércio, de repente fecha, e aí a gente se pergunta, 'por que fechou?' - é a demanda. A gente cria o nosso ponto de comércio, mas não tem quem compra. Então é um município em que o comércio é muito rudimentar, não temos uma feira livre, um mercado equipado. A gente precisa pensar numa possibilidade de uma moeda local pro dinheiro circular no município, para revitalização do comércio local. Foi implantado o cartão cidadão, houve uma série de problemas e o cartão foi suspenso, mas agora já retornou, vamos ver se isso ajuda.*

Neste discurso é possível perceber que o comércio é considerado uma importante variável para o desenvolvimento da localidade. As soluções apresentadas estão ligadas à atração de grandes empresas, mas também é feita referência à necessidade de uma feira local, aos microempresários locais e à falta de demanda, entendida como falta de consumidores. A implantação do cartão cidadão complementa e ratifica o terceiro discurso desta temática, a evasão da renda para outros municípios. Nota-se que tanto sociedade civil quanto o poder público compartilham deste discurso do comércio fraco, mas quando a variável é local de moradia/convivência aqueles que estão na Sede percebem mais este problema, o que remete ao próximo discurso, das duas cidades.

Discurso sobre Economia – Duas Cidades:

*Município Y você sabe que tem duas cidades em uma cidade só. Você tem aquela região lá da empresa X que é completamente diferente da região da Sede né? Tanto arquitetônica como cultural, como economicamente. A proximidade de outros municípios*



*permite para aquela região um desenvolvimento que nós vamos demorar algum tempo ainda para acompanhar. Então você tem ainda um déficit razoável na sede em relação ao distrito de Mataripe que hoje são bairros. aquela região está bem mais avançada. Quando eu falo desenvolvimento eu meço por linhas de telefone, por acesso a informática, água e luz, todos os serviços básicos que são diferenciados lá em relação a sede. Um dos problemas que implica no desenvolvimento social é esta estrutura do município, a questão do espaço geográfico. Os bairros que estão mais para outros municípios é muito mais fácil para todas aquelas pessoas, empresários, se relacionarem com o comércio da cidade vizinha do que entrar 25 quilômetros para vir para o centro do município Y. As pessoas que estão nas áreas periféricas não se envolvem com as questões do município, então tem uma relação econômica muito mais forte com as cidades vizinhas.*

Aqui a região próxima à empresa X é apontada como mais desenvolvida, sendo que esse discurso só é formulado por quem vive mais distante desta área, quem está na Sede do município, tanto sociedade civil quanto poder público. De certo modo, pelo menos no que tange ao comércio, este discurso reforça o anterior, uma vez que os entrevistados que vivem nos distritos não compartilham do discurso comércio fraco. No entanto, em outras variáveis importantes para o desenvolvimento, aqueles que convivem nos distritos não concordam que estejam em melhores condições, o que veremos adiante. O relacionamento desta região com os municípios vizinhos também complementa o próximo discurso.

Discurso sobre Economia – Evasão da renda:

*O recurso que cada um ganha de salário, da produção do trabalho de cada um aqui, não é gasto aqui. Então o recurso mesmo das bolsas, dos apoios de programas sociais eles não são gastos no município. O recurso vem, mas não fica no município. O dinheiro do povo daqui não é gasto aqui, dia de PAS quando sai o povo vai e desce, que a prefeitura aqui paga em dia. Mas se a prefeitura quebrar, como ficou aqui uma vez sem pagar, os municípios vizinhos quebraram, o comércio quebrou. A gente quer prestigiar os mercadinhos daqui, mas não dá, o orçamento da gente não dá. Se eu for comprar aqui, o dinheiro que eu compro aqui eu faço duas feiras em outros municípios. Aqui não tem rede de supermercado grande, não tem onde pagar conta, não tem uma lotérica, não tem uma loja de móveis, loja de roupa, um bar decente.*

Devido aos fatores expressos nas ideias centrais anteriores - comércio fraco, duas cidades sendo uma mais próxima aos municípios vizinhos, a renda auferida pelos munícipes é deslocada para outras cidades, o que foi expresso somente pela sociedade civil.

Estes três discursos fecham a temática mais citada, economia, apresentando uma visão

de que são necessárias melhorias para desobstruir as possibilidades de desenvolvimento da localidade. Passemos agora ao segundo tema com maior número de citações. O tema emprego surgiu nos discursos de dezoito entrevistados, em três ideias centrais.

Discurso sobre Emprego – Precisa de outra fonte de emprego:

*Está uma insatisfação total dentro da cidade. O pessoal todo desempregado. A gente não vê emprego no município, a única fonte é a prefeitura. Agora até na própria prefeitura não tem condição porque já deixou de ser realmente uma forma direta de se empregar, já que terceiriza alguns setores. As pessoas que voltaram para a prefeitura estão trabalhando por uma empresa que é terceirizada, que é de limpeza. O salário da prefeitura é pago em dia, mas o da empresa não é. As pessoas que antes pagavam seu compromisso em dia, estão com dificuldade. Querem voltar para prefeitura e não conseguem, a gente tá vendo é muita gente chorando que saiu da prefeitura por conta da eleição e muita gente com estudo trabalhando pra não ficar desempregado numa firma de limpeza.*

*Ainda precisa melhorar muito o emprego, a maioria dos homens não fica aqui, todos vão para fora, porque aqui eles dizem que não tem, que não conseguem emprego. Porque não se cria alternativa no caso atrair fábrica para o município. Não tem uma fábrica, acho que seria uma grande fábrica para atender essa cidade toda, a prefeitura não tem como colocar todo mundo para trabalhar aqui, então tem que abrir frente de trabalho. Precisa de outra indústria pra poder gerar emprego pro município, atrair uma grande indústria onde você possa ter aqui diretamente, aproximadamente 5 mil empregos, vai conseguir sanar a grande dificuldade de qualquer gestor da cidade, que é o desemprego.*

A prefeitura deixa de empregar diretamente os munícipes e, apesar de continuar sendo a principal empregadora, o faz em uma relação de trabalho precarizada, por meio da terceirização. A necessidade de sair do município é vista como incômoda, já que normalmente a família não acompanha o trabalhador. A chegada de um grande empreendimento é vista como a solução mais plausível. Trata-se de um discurso muito amplo, abrangendo a sociedade civil e o poder público, sejam moradores da sede ou dos distritos.

Discurso sobre Emprego – Falta qualificação:

*Emprego e renda é o maior desafio. Historicamente falando, a população daqui não foi preparada para viver o mercado. Entrava uma equipe, gestor, um político ganhava a eleição, pegava um grupo, colocava na prefeitura, para receber salário sem fazer nada, então você tem gerações de homens e mulheres que nunca tiveram assinatura na carteira de trabalho, os políticos sempre estimularam a população a ficar na prefeitura porque virou uma eterna fábrica de votos. Agora a gente precisa qualificar uma mão-de-obra pra poder*

*fazer frente às necessidades empresariais locais, colégio e curso profissionalizante devem estar em sintonia com a necessidade do mercado. O município começa a sinalizar essa necessidade e a própria população também percebe, mas o processo ainda é um pouco lento, tem feito um trabalho voltado para a formação profissional da população, vai se chegando aos poucos. Se fosse como eu quisesse ou como você quisesse estava todo mundo trabalhando de vez, mas não é assim não. Tem que ter as pessoas qualificadas, tem que procurar se desenvolver mais para ter seus setores de trabalho melhores. Agora estão entendendo, procurando fazer faculdade, fazer um curso. Percebemos então a necessidade dessa escola técnica profissionalizante pra qualificar a juventude a ingressar no mercado, já está construindo um Centro de Treinamento em parceria com o Senai, acredito que os jovens vão ter esse acesso.*

Complementando o discurso anterior, atribui à política do empreguismo na prefeitura, a falta de qualificação que prejudica a empregabilidade da mão de obra local. Os cursos de formação e qualificação são lembrados como ações importantes e que já começam a florescer no município. Também é um discurso amplo.

Discurso sobre Emprego – Empresa X não emprega:

*A empresa X tá ali e não emprega ninguém. A geração de emprego diretamente na empresa X quase nenhum. Ela tem um papel importante na economia do município, mas isso já é algo definido até em tamanho. Não dá pra gente pensar que isso cresça muito mais porque a tendência é que até diminua esse tipo de investimento no município; vai continuar crescendo a empresa, mas vai diminuir contratação, terceirização. Era pra ser mais fácil o ingresso dessa juventude na empresa, tem as vagas, mas é muito difícil colocar pessoas daqui. Primeiro, porque diz que não tem qualificação, quando tem qualificação, depende de peixe, então aí fica difícil. Fica a interrogação muito grande.*

Outro discurso abrangente, apesar de menor intensidade, traz para a discussão sobre empregabilidade um novo ator, a empresa X, que, segundo os entrevistados, não deve gerar novas vagas, questionando ainda os métodos de recrutamento e seleção de mão de obra. De modo geral, é possível apreender dos discursos sobre esta temática que o desemprego é uma questão crítica no município e é considerada uma variável-chave para seu desenvolvimento.

Segue-se com a área de Educação, que esteve presente no discurso de dezessete entrevistados. Discurso sobre educação – Educação está melhorando:

*Existe um esforço muito grande na área educacional, que está avançada já, nem todos os resultados aparecem, a gente sabe que o setor educacional é um setor que demora pra ter resultados, mas se você pegar os índices do IDEB por exemplo, vai perceber que alcançamos*

*em 2011 a marca que o MEC estabeleceu para 2017. Percebe-se também a formação e qualificação dos servidores da área de educação.*

*No ensino superior, há uns anos atrás os filhos daqui tinham que sair para fazer graduação, isso melhorou, até porque pra gente poder trabalhar na prefeitura ou em qualquer empresa por aqui, vizinha, diziam que a gente não tinha formação, que a gente não tinha graduação, então por esse motivo contratava pessoas de fora. Hoje, só não faz faculdade aqui na cidade quem não quiser, hoje temos aqui uma universidade – UNILAB; já sinto, inclusive, algumas mudanças, as pessoas estão se preocupando, buscando temas sobre o município e daí vai nascer alguma coisa que possa vir a interferir no processo das gestões. A criação do Programa Bolsa Universitária, por exemplo, estimulou muitos jovens a fazerem o terceiro grau, hoje tem milhares de pessoas já com a graduação universitária. Isso alavancou muito, qualificando e dando outra face ao desenvolvimento do município Y.*

Compartilhado pela sociedade civil e poder público, nota-se uma concentração desta percepção entre aqueles que vivem na sede, que concentra as maiores e mais novas escolas, além da universidade. É ressaltada uma melhoria na educação básica e principalmente no acesso ao ensino superior, seja no município ou fora dele.

Discurso sobre educação – Educação de má qualidade:

*Educação ainda falta fazer muito, tá muito carente ainda, aquele sistema que não tem repetência, os meninos não aprendem muito. Muitos saem da quarta série pra ir pro ginásio, não sabe fazer uma conta de somar, nem dividir, não sabe nada. Se constrói muitas escolas, mas a qualidade da educação não é aquela que a população necessita. A população tá alfabetizada, mas não tá sabendo interpretar. Precisa melhorar a estrutura das escolas, a parte esportiva das escolas, que aqui não tem uma quadra poliesportiva. Uma das questões fundamentais para a melhoria é você ter profissionais capacitados, precisa melhorar o salário de professor. Já há 20 anos o município não tem um concurso, então isso cria uma instabilidade muito grande e a educação perde muito também com isso.*

Composto somente pela sociedade civil, este discurso reconhece a melhoria de estrutura escolar presente no discurso anterior, mas expõe fragilidades na qualidade da educação e na necessidade de estruturas para esporte-educação e adequação dos salários dos professores, além de defender a realização de concursos públicos como uma forma de gerar estabilidade e proporcionar vínculos entre os profissionais de educação e a melhoria do município.

Discurso sobre educação – Faltam creches:

*A gente só vê mesmo insatisfação, não existe uma política pra se resolver a questão*

*da base. Ninguém constrói uma casa sem alicerce, sem a base, então, a educação no município precisa melhorar muito a base. Tem mais de 15 anos que não se constrói uma creche de qualidade, que a mãe saia para trabalhar e deixe seu filho na creche, a mãe não procura um emprego porque sabe quem não tem quem olhe o menino, não tem onde deixar seus filhos.*

Complementando os discursos anteriores, aqui é citada, somente pela sociedade civil, a ausência de creches, dificultando a inserção da mulher no mercado de trabalho. Esta ideia central encerra a temática educação, na qual pudemos observar que há percepção de nítidas melhorias no acesso ao ensino superior, que as escolas de nível fundamental e médio receberam investimentos em estrutura, mas ainda falta qualificar o ensino e melhorar as condições de trabalho dos professores e, por último, que a população cobra investimentos em creches. Segue-se com as duas ideias centrais sobre a área de saúde, que foi citada por quinze dos vinte entrevistados.

Discurso sobre saúde – Saúde melhorou, mas ainda é insuficiente:

*A saúde, nós passamos por uma dificuldade mesmo e talvez agora esteja mais equilibrada. O que tem disponível em termos de saúde, o município é relativamente bem equipado. Está caminhando realmente para uma estrutura bem melhor; se você pegar os índices que nós tínhamos de mortalidade infantil aqui, por exemplo, para o que nós temos hoje de 2009 para cá, houve uma redução considerável. Se você pensar o atendimento da rede básica de atendimento à saúde da família, nós temos hoje números significativos que mudam totalmente essa realidade. Todas as unidades de Saúde da Família necessárias estão instaladas, mas nem todas ainda estão trabalhando a sua plena normalidade, por faltar alguns profissionais que compunham a equipe; estão funcionando, mas tem, digamos, uma assistente social pra 02 ou 03 unidades de Saúde da Família, quando deveria ser uma Assistente Social por unidade, situações que tem médico também que está atendendo em 02 unidades de Saúde da Família, o que não é correto. Sendo assim ainda está devendo na atenção básica. No atendimento hospitalar profissionalizou a gestão, mas há um questionamento muito grande por conta da terceirização do hospital. Está tendo um choque, mas é porque se busca uma transformação e uma condição melhor.*

Tanto a sociedade civil quanto o poder público reconhecem os investimentos e melhorias na área de saúde, mais percebidos na sede que nos distritos. Evidenciam ainda que as mudanças estão em processo e ainda há questões de gestão a serem trabalhadas para garantir um funcionamento pleno.

Discurso sobre saúde – Má qualidade na prestação dos serviços de saúde:

*O bem maior que o povo tem é a saúde. Está faltando ainda tanto na atenção básica, quanto na média e alta complexidade. Um exame médico faz hoje e leva 1 mês para receber o exame; e quando recebe ainda tem que refazer. Não houve muito avanço, o nosso hospital é uma unidade mista, não é um hospital, não tem maternidade, não tem uma leito de UTI, não tem UTI neonatal. Tem postos de saúde da família? Construção tem, mas você vai lá dentro, não tem um atendimento condizente ao que se propõe, não tem médico, ambulância algumas funcionam outras não, tem postos de saúde que não tem nem água.*

Apesar de muito similar ao discurso anterior, esta ampla ideia central é composta por entrevistados que, à semelhança do discurso anterior apontaram falhas de gestão, mas não citaram as melhorias, sendo portanto um discurso diferente.

Passemos aos discursos sobre assistência social.

Discurso sobre assistência social - Assistência social do município é muito boa:

*Os programas de assistência social são sempre relatados pela população como algo que o município se destaca. Mudou muito, não temos hoje pessoas passando fome na cidade. E esse é um indicativo de equilíbrio social e de qualidade de vida da população. Não temos porque foi criado um programa social, o PAS, que ele visava sobretudo zerar a fome, então nós temos pobreza? Temos, mas não temos a miséria. O PAS é hoje uma grande referência, óbvio, como programa de distribuição de renda por si só ele não significa grande coisa, mas trás uma distribuição de renda, inclusão socioeconômica, quando eu falo socioeconômica é porque você permite que ele tenha uma vida social, uma vida cidadã que é um resgate, mas ele também tem o compromisso de formar e qualificar os filhos. As pessoas, antigamente, ficavam a mercê de ter um decreto pra ser funcionário, um recibo de água e de luz. Com o PAS, você não vê o cara pedir mais a classe política. Essa dependência do cara de uma cesta básica, do cara pedir pra pagar um recibo de água e de luz, o PAS libertou as pessoas desse círculo vicioso de estar pedindo sempre à classe política pra pagar o mínimo pra sua subsistência. É interessante a tentativa do governo de romper com o círculo de pobreza, que é a questão do PAS. porque você dá um pouco de independência ao povo.*

*Não é só pela distribuição de renda, é também pelo aquecimento econômico. Hoje a gente brinca que essa é uma empresa maior do que a empresa X. Tenho quatro mil e seiscentas famílias, se você calcular quatro mil e seiscentas famílias pelo padrão IBGE que são quatro pessoas, eu tenho mais de dezoito mil pessoas dentro de uma empresa que recebem cerca de um salário mínimo por conjunto familiar. Tem outros programas sociais também como o Bolsa Aluguel, o Tá Rebocado e Pintado, são alguns programas municipais que vem beneficiar as famílias carentes do município, melhorando bastante a vida desse*

*pessoal.*

Os programas de assistência social são considerados bons pelo poder público e sociedade civil, com uma maior concentração do discurso entre aqueles que vivem na sede do município. O PAS é destaque entre os programas e visto como uma política que transcende o atendimento às necessidades básicas, um direito que agrega deveres importantes, a exemplo da formação das crianças; o programa proporciona uma dinâmica econômica da cidade e promove a emancipação dos cidadãos em relação ao poder público, situação que vai ser detalhada nos discursos sobre as relações entre os atores sociais do território. A ideia central a seguir ainda versa sobre o PAS.

Discurso sobre assistência social – Programa de Acolhimento Social (PAS) é bom, mas precisa gerar autonomia:

*O Programa de Acolhimento Social é muito bom e muito forte, mudou o perfil do município, mas ainda precisa ser trabalhado. Precisa levantar essa autoestima dos beneficiários e cobrar da pessoa que recebe o auxílio, a sua competência, a sua responsabilidade junto ao programa. E no momento certo que já consegue andar com suas próprias pernas, consegue se recuperar dentro desse contexto da falta de emprego, abrir espaço pra uma outra pessoas ou diminuir, então acho que esse programa social só vai alcançar o sucesso quando ele passar a diminuir. A questão da porta ou da janela de saída pra esse processo, ainda não existe uma preocupação de se trabalhar a questão dessa política mais integral. É buscar alternativa que essas pessoas, mesmo tendo o benefício, ela possa sair da dependência né? Não é você dar um salário, tem que ser feito um acompanhamento dessa família.*

Complementando e contradizendo parte da ideia central anterior, apesar de não ser um discurso muito intenso e estar mais presente no poder público, é feita referência à relação de dependência em contraponto à emancipação acima revelada. Quem compartilha desta ideia central não vê o PAS como uma política que gera autonomia, mas que perdura a situação de vulnerabilidade. Os programas de assistência social são fortes no município e todos os que citaram a temática acreditam que são bons programas, mas há uma parcela que questiona os efeitos do PAS sobre a condição de agente do indivíduo.

O próximo tema é infraestrutura, com oito citações em uma única ideia central.

Discurso sobre infraestrutura - Infraestrutura tem melhorado:

*A infraestrutura é um grande vetor hoje do ponto de vista de desenvolvimento e o município tem avançado muito com a parte de estrutura da cidade, com os equipamentos públicos, está fazendo saneamento, calçando ruas, prédios escolares, PSF's,. Houve na área*

*urbana, do desenvolvimento urbano, na urbanização do Município, de pavimentação e habitação uma grande melhora, muitas famílias que estavam sem moradia e outras que estão na espera, a gente vê que está se construindo dentro desse projeto federal Minha Casa, Minha Vida ou do programa municipal de casas populares, inaugurando conjuntos habitacionais, porque muita gente tinha casa de taipa e hoje não mais. Então a infraestrutura, para o que se tinha antes, não pode deixar de reconhecer que está bem melhor.*

A construção de equipamentos públicos e de habitações são consideradas grandes melhorias realizadas nos últimos anos, sendo um discurso para o qual não há contraponto, mas proferido essencialmente pelo poder público presente na sede do município.

A última temática citada pelos entrevistados ao falar sobre o desenvolvimento atual do município foi administração pública, presente em duas ideias centrais.

Discurso sobre Administração Pública - Gestão atual é melhor:

*Temos um histórico muito nebuloso de gestões municipais, e não foram pessoas específicas, mas modelos administrativos, em que você trocava equipes gestoras, mas não assumiam a gestão com um plano de trabalho a ser desenvolvido. Então o que eles chamam aqui de fazer política né, o fazer política, ganhar o cargo, encher a prefeitura de gente, para poder ganhar dinheiro sem trabalhar, e não tinha nenhum plano de trabalho. Hoje, a administração que está, se for comparar em relação às outras, que o dinheiro sempre foi o mesmo, deu uma melhorada. É notório que a cidade tem apontado diretrizes pro desenvolvimento, do que estava alguns anos atrás está excelente, passou por uma transformação que a gente vê que está alcançando um progresso bem maior.*

Curioso notar que esta ideia central está composta essencialmente pela sociedade civil, o que não significa que o poder público não compartilha dela, mas que o faz de maneira menos direta como visto nas temáticas anteriores, quando o poder público concentra alguns discursos que elogiam a ação atual em cada uma das temáticas. Já a sociedade civil faz menção direta à administração atual, ao dizer que se faz mais pelo desenvolvimento hoje que em outra épocas. A outra ideia central versa sobre os problemas da descontinuidade entre as gestões.

Discurso sobre Administração Pública – Descontinuidade atrapalha:

*É importante a continuidade de ações, se foi feito um trabalho legal durante 4 anos, aí muda um gestor e vai dar um corte total? Não. Nós temos que dar continuidade ao que está dando certo. Aqui termina uma gestão e chega outra aí o bicho pega, é gente demitida, projeto largado no meio, infelizmente a gente vive muito as individualidades, "é meu*



*momento, agora eu tenho que deixar a minha marca" então o que passou não aproveitou. E quando vai ver, está mudando só o rótulo e fazendo o mesmo que se fez antes, poderia valorizar o esforço anterior, dar continuidade a partir daí. Essa é a questão, uma política que trabalha no sentido de favorecer ao bem estar dessa população, independente de quem sejam os atores, mas que tenha algo definido, digamos assim: - Os próximos 25 anos, o território tem que alcançar x metas, independente de quem esteja.*

Este discurso formado por entrevistados da sociedade civil que vivem na sede, apresenta um cenário de desconstrução entre uma gestão e outra e a falta de planejamento como entraves ao desenvolvimento municipal.

Se avaliarmos a tipologia de todas as ideias centrais até aqui apresentadas, o panorama feito pelos entrevistados sobre o desenvolvimento atual do município apresenta mais entraves/obstáculos que facilitadores do desenvolvimento. Tal constatação nos parece natural, pois de modo geral é mais comum expressarmos as carências e dificuldades em detrimento das situações que entendamos como resolvidas; chama atenção, no entanto, o fato dos discursos serem em sua maioria bem distribuídos entre a sociedade civil e poder público, tanto aqueles de característica 'negativa' (os obstáculos), quanto 'positiva' (facilitadores). A tabela abaixo apresenta a sequência das ideias centrais, desconsiderando a temática da qual faz parte, partindo da mais intensa e compartilhada e destacando ainda a característica do discurso, se um obstáculo ao desenvolvimento ou se facilitador deste processo.

Tabela 2 – Distribuição dos discursos sobre o desenvolvimento atual do município, por ideia central

Ideia Central	Intensidade (%)	Amplitude		Característica
		Parte interessada <sup>7</sup>	Bairro <sup>8</sup>	
Comércio Fraco	55%	54% SC 46% PP	82% S 18% D	Obstáculo
Saúde melhorou, mas ainda é insuficiente	50%	50% SC 50% PP	70% S 30% D	Obstáculo
Precisa de outra fonte de emprego	45%	55% SC 45% PP	55% S 45% D	Obstáculo
Assistência social do município é muito boa	45%	55% SC 45% PP	66% S 33% D	Facilitador
Educação tem melhorado	45%	45% SC 55% PP	78% S 22% D	Facilitador
Infraestrutura tem melhorado	40%	25% SC 75% PP	78% S 12% D	Facilitador
Má qualidade na prestação dos serviços de saúde	25%	60% SC 40% PP	60% S 40% D	Obstáculo
Falta qualificação de mão de obra	25%	40% SC 60% PP	60% S 40% D	Obstáculo
Gestão atual é melhor	25%	80% SC 20% PP	60% S 40% D	Facilitador
Educação de má qualidade	25%	100% SC	60% S 40% D	Obstáculo
Empresa X não emprega	20%	50% SC 50% PP	50% S 50% D	Obstáculo
Duas cidades	20%	50% SC 50% PP	100% S	Obstáculo
Evasão da renda	20%	100% SC	50% S 50% D	Obstáculo
PAS é bom, mas precisa gerar autonomia	15%	33% SC 66% PP	66% S 33% D	Obstáculo
Faltam creches	15%	100% SC	66% S 33% D	Obstáculo
Descontinuidade atrapalha	10%	100% SC	100% S	Obstáculo

Fonte: Elaboração própria

Importa observar que, logo após três entraves, aparecem como mais citados três discursos que apresentam facilitadores do desenvolvimento, revelando um reconhecimento de que o território é objeto de muitas intervenções que proporcionam melhorias, como vimos em ‘O município Y e o desenvolvimento’. Outro ponto relevante é que os obstáculos são em sua maioria compartilhados tanto por quem vive/convive na sede quanto nos distritos, já os discursos que apontam facilitadores do desenvolvimento tem sua maior concentração entre os

<sup>7</sup> SC = Sociedade Civil; PP = Poder Público

<sup>8</sup> S = Sede; D = Distritos

entrevistados que vivem na sede, demonstrando que, de modo geral, a percepção sobre o desenvolvimento do território por parte dos entrevistados que vivem nos distritos é menos positiva. Esta análise reforça o discurso ‘Duas cidades’, ampliando esta ideia centrada no âmbito econômico para outros aspectos sociais e culturais (como percebem o ambiente à sua volta); enquanto neste discurso os entrevistados da sede acham os distritos mais desenvolvidos por conta do acesso à bens e serviços, os entrevistados dos distritos não percebem ou vivenciam tanto as melhorias que estão em processo para o desenvolvimento do território, mostrando a importância de que seja feita uma análise da distribuição locacional dos investimentos, bem como de sua divulgação. Após este panorama que representa o momento pelo qual passa o município, apresentamos os discursos sobre o diferencial do município.

#### 1.4.2 Diferencial

Nesta questão os entrevistados indicavam o que acreditam ser o diferencial do município, o que o caracteriza e o diferencia de outras cidades, algum potencial, seja ele explorado ou não. Passamos a seguir para a tabela, tal como na subseção anterior, e em seguida os discursos. A diferença é que nesta e nas próximas perguntas não há agrupamento por temáticas, mas somente por ideias centrais, já que versam somente sobre uma temática.

Tabela 3 – Distribuição dos discursos sobre o diferencial do município, por ideia central

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada <sup>9</sup>	Bairro <sup>10</sup>
Renda como diferencial	11	55%	73% SC 27% PP	45% S 55% D
Cultura como diferencial	5	25%	40% SC 60% PP	100% S
Natureza / localização geográfica como diferencial	4	20%	100% PP	75% S 25% D

Fonte: Elaboração própria

Discurso Renda como diferencial:

*É uma cidade rica, dá pra se fazer tudo com a renda que tem. A capacidade de investimento é fantástica. É uma coisa que se tornou um pouco identitária daqui, e que pode*

<sup>9</sup> SC = Sociedade Civil; PP = Poder Público

<sup>10</sup> S = Sede; D = Distritos

*ser benéfica ou maléfica, porque tira da gente a criatividade, o direito de pensar. É fácil ter o dinheiro, você chega lá, será que aquilo é importante? Essa capacidade de investimento lhe retira um pouco o poder de criatividade de você refletir sobre se essa ação que você tá propondo é a mais eficaz para o desenvolvimento dessa cidade. Às vezes faltam critérios, nós vemos municípios que tem uma renda muito inferior a nossa com maior avanço de qualidade de vida. A gente tem que ser um exemplo em função do que tem de arrecadação, quem ganha 10 salários mínimos tem condições melhores do que quem ganha 1.*

É um discurso bem forte e com maior concentração entre a sociedade civil, considerando a renda um diferencial que traz aspectos positivos como a capacidade de investimento e negativos, a exemplo da falta de planejamento para melhor utilização dos recursos.

Discurso Cultura como diferencial:

*Um dos grandes pilares da vida dessa cidade é a cultura, é muito rica. Existem expressões culturais próprias aqui do município, Paparutas, Capa Bode, tem vários aspectos culturais que são bem destacados, existe uma dinâmica cultural também no município através de eventos. é um valor que tem no município mesmo. Quando a gente vê com todas as dificuldades, a falta de apoio, que a gente faz um movimento e de repente um menino pega uma lata, um ajuda e pega uma coisa, outro pega outra e se transforma em um grande show. A cultura é um meio de desenvolvimento, de se melhorar a autoestima do povo, como um meio de produção de serviço e de melhoria da economia. Outro ponto é que o município tem o maior percentual de autodeclarados negros. Então isso é um valor para o município, a gente nota que especialmente na Bahia grandes destaques culturais, artísticos têm raiz afro-brasileira, então isso é algo que poderia ser muito mais valorizado pelo município, inclusive no sentido de criar um evento que tenha esse foco.*

A tradição cultural, as raízes que remontam à formação da população do município são vistas como um potencial a ser explorado por um quarto dos entrevistados, sendo que aqueles que vivem nos distritos curiosamente não apresentaram este discurso, já que muitas manifestações culturais são tradicionais nestas localidades e não somente na sede. Esta ideia central reforça o que vimos em ‘O município Y e o desenvolvimento’, que apesar da ainda incipiente organização da sociedade civil e da dependência do poder público, há projetos do terceiro setor como pontinhos de cultura e de leitura, revelando o potencial da área cultural no território.

Discurso Natureza / localização geográfica como diferencial:

*É uma cidade estratégica. fica a 61quilômetros da capital, fica a 50 quilômetros da*

*segunda maior cidade do estado que é Feira de Santana. Geograficamente é um pólo estratégico de desenvolvimento social, político e econômico. A natureza também foi muito generosa com o município, nós temos aqui uma costa de mar enorme, um massapê que é excelente pra plantio de culturas, uma vista, uma vegetação, que nós precisamos aproveitar essa riqueza que temos através do solo que tem petróleo, que não sabemos se daqui alguns anos vamos continuar tendo. Aproveitar essa riqueza e buscar trabalhar e desenvolver outras riquezas que nós temos, que é essa vegetação, esse mar e transformando a cidade até turística. Trabalhar pra ficar até na frente da empresa X o turismo.*

Expressada por entrevistados do poder público, esta ideia central aponta a localização e as belezas naturais como potenciais a serem explorados com vistas ao desenvolvimento do turismo como alternativa econômica ao município.

Dos três discursos sobre o diferencial da cidade um deles é visto como dúbio, podendo ser positivo ou negativo, e os outros dois como potenciais pouco explorados; não há portanto o reconhecimento de um diferencial que hoje se converta em desenvolvimento, somente expectativas de que estes potenciais sejam melhor aproveitados.

### 1.4.3 Município no futuro

Aqui os entrevistados opinavam sobre suas expectativas para o município em um horizonte de dez anos, como acham que o município estará. A tabela abaixo demonstra a distribuição das ideias centrais sobre este tema.

Tabela 4 – Distribuição dos discursos sobre o município no futuro, por ideia central

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
UNILAB como propulsora do desenvolvimento	10	50%	10% SC 90% PP	100% S
Futuro melhor devido construção de equipamentos públicos	4	20%	25% SC 75% PP	75% S 25% D
Educação como propulsora do desenvolvimento	3	15%	33% SC 66% PP	33% S 66% D
Será bom se houver conscientização	3	15%	100% SC	100% D

Fonte: Elaboração própria

Discurso UNILAB como propulsora do desenvolvimento:

*Teremos um futuro melhor com a chegada da UNILAB. Um Campus Universitário em*

*um município é um dos fatores maiores de desenvolvimento, principalmente econômico e comercial. Eu até diria que a cidade será dividida em antes da implantação total do Campus Universitário e depois. A cidade vai passar em um curto espaço de tempo, talvez em 10 anos no máximo, a ter mais de um referencial econômico. Se até ontem era a empresa X, a partir de agora a universidade vai trazer outro referencial. O comércio vai nessa caminhada crescendo junto também, além do turismo e da cultura. Em breve a universidade começará a disputar de tamanho com a empresa X, não economicamente, mas social e politicamente. Em 10 anos será realmente aquele lugar que deveríamos estar, porque com a instalação da UNILAB vai abrir um pólo de cultura e de formação qualificada de mão de obra. Para isso tem que trabalhar muito para dar infraestrutura, para expandir mesmo, já está um problema sério de água, de abastecimento, ainda mais quando começar a funcionar essa universidade que terá até curso de medicina em 2015.*

*Vai ajudar a emancipar nossa cidade, porque o lugar por onde passa uma universidade, esse lugar não é mais o mesmo de jeito nenhum. Vai trazer também autonomia econômica, que traz consigo a necessidade de hotel, de restaurante, de serviços. Você vai ter que ter os técnicos administrativos, corpo de professores e tal, então tudo isso são oportunidades que você vai gerando. As terras onde ela está localizada estão supervalorizadas, muitas vias de acesso sendo programadas pra esse atendimento. A gente tem hoje uma carência enorme em leitos de pousadas e hotéis. Isso forçosamente vai acontecer, vai ter que abrigar professores, alunos, funcionários, novas famílias que vão se mudar para cá. A tendência é crescer por conta disso.*

*A UNILAB também é um vetor de mudança de cultura porque você traz a academia pra perto da população. Os cursos de extensão, as pessoas começam a enxergar mais, começam a perceber que existe um mundo maior que esse mundo da prefeitura, que há uma perversidade por trás disso e que eles são muito mais úteis do que ficar em casa recebendo o salário sem trabalhar.*

A implantação da universidade é vista como o principal vetor de desenvolvimento da cidade. Compartilhado por entrevistados que vivem na sede e em sua quase totalidade por representantes do poder público, o discurso reforça em especial a dimensão econômica da chegada da universidade, relacionando à melhoria do comércio, de infraestrutura e do turismo, na crença de que a movimentação de pessoas gerará um investimento privado para suprimento do aumento da demanda por bens e serviços. A formação educacional também é citada como emancipadora do cidadão em relação à dependência do poder público, discurso que será visto adiante.

Discurso Futuro melhor devido construção de equipamentos públicos:

*Daqui a 10 anos isso aqui vai ser uma grande metrópole, porque com o dinheiro que o município tem dá pra se transformar essa cidade num verdadeiro paraíso. Se você andar nessa cidade, não só na sede, você vai encontrar um canteiro de obras; investindo em equipamentos públicos para que não transformem aqui só em passagem, mas que tenham o prazer de se estabelecer na cidade. Temos criado equipamentos públicos novos, urbanização, muitas localidades sendo pavimentadas, conjuntos habitacionais sendo construídos. São investimentos que é uma cadeia de mão de obra, vai precisar de muita mão de obra de construção civil. Por isso que eu estou dizendo que em 10 anos talvez o município, bom, em 05 anos a cidade já tem uma cara estrutural nova. Você tem ruas calçadas, ruas asfaltadas, você tem saneamento básico em uma boa parte da cidade que não tinha, você tem luz que você não tinha.*

Também concentrado na sede e compartilhado em sua maioria pelo poder público, este discurso corrobora a ideia central ‘Infraestrutura tem melhorado’, apresentada na questão sobre o desenvolvimento atual do município, considerando que os equipamentos públicos são muito importantes para o desenvolvimento da cidade. É um complemento também ao discurso anterior da UNILAB como propulsora do desenvolvimento, pois se lá falava-se da circulação de pessoas e da necessidade de atendê-las, aqui é salientado o investimento em equipamentos públicos para garantir um melhor atendimento à população, “*para que não transformem aqui só em passagem*”.

Discurso Educação como propulsora do desenvolvimento:

*Daqui a 10 anos, estou acreditando nessa mudança através da educação. Temos aqui uma proposta muito boa de Educação e, se acontecer de fato, nós estaremos com um avanço muito grande. Então essa evolução do ensino básico, médio, superior leva o município a ter uma evolução da sociedade, do entendimento de município. Se até ontem os munícipes eram submissos à gestão política, passam a ser donos do seu nariz e do seu papel como cidadão. Pelo menos a expectativa é essa. Se tornem independentes, autônomos e livres.*

Reforça as ideias centrais ‘Educação tem melhorado’ e ‘UNILAB como propulsora do desenvolvimento’; prevê contínua melhoria da educação infantil, fundamental, ensino médio e superior promovendo a emancipação do cidadão. Traz também a relação de submissão em relação à classe política, que veremos com mais profundidade na seção seguinte – relações entre os atores.

Discurso Será bom se houver conscientização:

*Se não mudar a cabeça do povo, vai continuar a mesma coisa. Enxergo uma cidade de*

*primeiro nível, desde que haja uma mobilização dentro do município, as ONGs, as associações, comecem a estar pensando essa perspectiva de mudança e de melhoria dessas condições, uma conscientização por parte dos moradores, sabendo buscar os nossos direitos, fazendo os nossos deveres.*

É imputada à sociedade civil a responsabilidade pela mudança necessária para que o município seja melhor no futuro. É uma ideia central expressa por entrevistados da sociedade civil e que vivem nos distritos, como uma cobrança a si mesmos para que assumam um papel diferente da passividade atual, reivindicando direitos e cumprindo deveres; tais ideias serão complementadas em discursos sobre qual deveria ser o papel da sociedade civil para o desenvolvimento da cidade.

Os dois discursos mais fortes nesta seção dão como certo um futuro melhor, revelando um otimismo em relação ao processo de desenvolvimento municipal. O terceiro também crê na proposta, mas é preciso colocá-las em prática para se chegar onde espera. Já esta última ideia central apresentada deposita esperanças em um futuro melhor, mas questiona as relações hoje estabelecidas, relações estas que são objeto da seção seguinte.

## 1.5 DISCURSOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES SOCIAIS

Os discursos a seguir apresentados se referem à dimensão 2 do roteiro de entrevistas, em que os atores sociais eram estimulados a falar sobre como se dão as relações entre a sociedade civil, poder público e empresas, em especial a empresa X, no processo de desenvolvimento do município: Atualmente quem participa, colabora para o desenvolvimento e como o faz? Como o poder está distribuído nestas relações interatoriais e intra-atoriais (dentro do mesmo grupo)? Em um segundo momento os entrevistados discursam sobre como reconfigurariam estas relações, qual o papel, pensando em um modelo ideal, de cada um para o desenvolvimento do município.

Assim serão apresentadas as ideias centrais, partindo do momento atual, da prática, para aquilo que consideram ideal, quais seriam os papéis a serem assumidos por cada ator social.

### 1.5.1 Como se dão as relações entre os atores presentes no território

Partindo da questão sobre quem são os atores sociais que participam do desenvolvimento do município e quais as relações de poder estabelecidas entre eles, traçamos



um panorama da dinâmica interacional do território. A tabela ilustra na sequência as ideias centrais, partindo da mais presente entre os entrevistados.

Tabela 5 – Distribuição dos discursos sobre como de dão as relações entre os atores presentes no território, por ideia central

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Dependência do poder público	10	50%	50% SC 50% PP	80% S 20% D
Comunidade não tem poder	3	15%	33% SC 66% PP	66% S 33% D
Comunidade não participa pelo histórico	3	15%	66% SC 33% PP	66% S 33% D
Empresa X distante	3	15%	33% SC 66% PP	100% S
Empresa X concentra poder	2	10%	50% SC 50% PP	100% D

Fonte: Elaboração própria

#### Discurso Dependência do Poder Público:

*A força do setor público no município é muito evidente, tem um programa realmente bom de assistência social aqui, mas talvez a população tenha se acomodado com isso, e aí exigem emprego. É um movimento justo, honesto e tudo, mas será que a prefeitura tem condições de gerar emprego para todos? Aí talvez tenha uma parcela individual de cada um nessa busca de geração de emprego que não dá só para pedir ao poder público. As pessoas acham que a vida delas tem que ser decidida por outro, não parte dos cidadãos. Os moradores perderam a percepção de que a vida deles está na mão deles. Grande parte dos problemas que ocorrem com os cidadãos aqui, eles creem que a prefeitura, o setor público tem que resolver.*

*A influência do Poder Público é tão grande que mesmo a Sociedade Civil, quando tenta se organizar, o povo ainda não sabe andar com os seus próprios pés, querem as benesses individuais. As pessoas não pensam no coletivo, junto um grupo de pessoas aqui formando uma Sociedade Civil Organizada, você pensa que vai sair alguma coisa dali, daqui a pouco acaba, “se a prefeitura não me der subvenção, se não me der dinheiro, não vou tocar esse negócio”.*

*Parcela da classe política quer também que essas amarras continuem. Procuram deixar o povo em dificuldade, para quando chega em hora de eleição dar alguma*

*contribuição pra votarem neles. Na hora que você tira tudo dessas pessoas e exige delas uma postura mais ativa, uma postura de cidadania que ela enxergue o coletivo, essa população também não quer, porque é sair da sua zona de conforto, querem manter esse status quo de cidade rica e de um povo pobre desde que tenham individualmente atendidas as suas necessidades. É a questão do empreguismo: as pessoas ainda querem estar na folha sem ter o sentimento coletivo de que elas devem, ao estar na folha, prestar um serviço ao coletivo.*

*Desenvolveu-se a visão de que por ser uma cidade que tem uma arrecadação volumosa, essa arrecadação deve ser distribuída para a população. Não é aquela visão de que a arrecadação deveria ser investida na cidade para desenvolvimento. As pessoas imaginam que a prefeitura tem dinheiro e precisa repartir esse dinheiro com a população, isso vai criando um mecanismo que vai envolvendo sistema político, eleições, e essas pessoas passam a procurar a prefeitura como uma mantenedora dessas famílias, pela via política. Fortalece assim a política do empreguismo, que é um dos fatores geradores de uma série de problemas. A maioria das pessoas que vivem aqui dependem da prefeitura, dependem de algum benefício. A participação da sociedade civil é omissa, ninguém participa com medo de represália por conta do PAS, do Defeso Inverno, de uma vaga de emprego, todo mundo fala, todo mundo critica, mas cada um individualmente, não há mobilização. As pessoas que estavam fazendo mobilização depois foram beneficiadas pelo próprio poder e se calaram. Os conselhos são ótimos, as pessoas que fazem parte dos conselhos têm capacidade, mas a maioria, infelizmente, tudo funcionário da prefeitura e fica de pés e mãos atados, sem poder fazer nada.*

*As pessoas não se desenvolvem por conta da ação que foi criada, tudo aqui é dado, tudo aqui é pedido. Isso criou essa lacuna, onde as pessoas se preocupavam mais em participar de um processo político para ter acesso a um emprego direto na prefeitura do que propriamente um investimento em formação e tal. Então assim, aí você tem uma visão do cidadão imediatista, que também passa a alimentar esse comportamento político e é como se tivesse o tempo todo uma grande troca de voto por emprego, por oportunidade, só que isso vai criando uma bola de neve sem fim.*

Muito presente entre a sociedade civil e poder público, com maior força entre aqueles que vivem na sede, esta ideia central revela a influência do poder público sobre a sociedade civil em uma relação perversa de dependência construída e consentida, reproduzindo uma política clientelista e de empreguismo que alimenta o sistema político-eleitoral. Tal relação é tão fortemente marcada que já havia aparecido indiretamente nos discursos sobre o desenvolvimento, em ‘Precisa de outra fonte de emprego’, ‘Falta qualificação de mão de

obra' e 'Empresa X não emprega', em que os entrevistados levantam a necessidade de alternativas para minimizar esta dependência. Por outro lado, a própria sociedade é colocada como cúmplice desta relação, criando uma situação de comodismo e uma visão deturpada dos direitos do cidadão, como a exigência de repasse da renda e outros benefícios individuais.

Os programas de assistência social, elogiados no discurso sobre o desenvolvimento, são colocados também como parte da construção desta relação devido ao medo de represálias, o que será refletido no discurso a seguir.

Discurso Comunidade não tem poder:

*A sociedade civil do município não tem o menor poder de influência, fruto da estratégia de governança da empresa X e da classe política, essa sociedade civil aqui é um tecido frágil. Cada um destes atores (político e empresa) tem tendências a influenciar determinada parcela dessa sociedade. Durante muito tempo, tanto a empresa como a gestão pública, prostituíram a relação de identidade do munícipe, ele não se enxerga como pessoa, como indivíduo, como cidadão que tem que ser respeitado, valorizado, então fica muito acomodado ao seu problema pessoal estar resolvido e os outros que se lenhem, gerando um caos na cidade. Resulta que o terceiro setor não influi, ou ainda não influi como deveria na organização social. As ONG's aqui são muito incipientes, muito pequenas, resumidas a uma ação pontual, a um cursinho, uma atividade, não tem um diálogo. É uma questão assim, na dor todo mundo se junta, acabou a dor, cada qual para o seu canto. não trabalha em rede.*

Desdobrando argumentos apresentados no discurso anterior como o individualismo e a relação de dependência, esta ideia central difere apenas por acrescentar a empresa X como outro ator que exerce influência sobre a sociedade civil.

Discurso Comunidade não participa pelo histórico:

*É uma cidade que teve alguns ciclos econômicos: o da cana de açúcar, depois cacau e pesca né, depois a gente vem com a empresa X. Então esses três ciclos na verdade, é que dão uma leitura do que é esse município no dia de hoje. A empresa X injeta uma receita bastante considerável, antes desse período, a sociedade ela se movia no sentido de buscar recursos de outras fontes, de outras formas que não passava pela prefeitura, porque a prefeitura também não tinha essa receita, o município não tinha essa receita econômica. Tinha uma vida mais autônoma, as pessoas se movimentavam de forma mais autônoma, claro que com as dificuldades da época, de escolaridade, formação e tal, mas não existia assim essa grande dependência do poder público como acontece hoje. E não se limita a isso, mas em vários momentos as ações vieram de cima pra baixo, a escola agrícola que foi a primeira do país, nós não lutamos, talvez por isso o descaso em relação ao patrimônio que a comunidade não*

*viu surgir. A empresa X vem também de uma discussão nacional, o Brasil precisava, não houve mobilização local para buscar estas conquistas. Diante da sua história, o processo colonialista, a questão de ter sido inclusive uma área de segurança nacional. Então a gente tem uma carga muito grande em relação à questão da participação.*

Aprofundando ainda na mesma relação de dependência, este discurso busca explicar a falta de participação, de sentimento de coletividade, com base em processos históricos de formação da sociedade presente no território. A dubiedade da renda, já explicitada na ideia central ‘Renda como diferencial’, é mais uma vez colocada, destacando o aspecto negativo relacionado ao comodismo.

Discurso Empresa X distante:

*A empresa se mantém distante ainda da cidade. A impressão que fica é que ainda há um preconceito muito forte com o que essa cidade era. As pessoas ainda acham que aqui tem uma equipe de picaretas gerenciando a cidade e por isso “olha, não vou procurá-los porque é um bando de gente sem compromisso”. É um problema para a gestão, e que aí não tem nada a ver com a empresa, mas os gestores anteriores não tiveram o cuidado no trato com a refinaria, fizeram acordos e não cumpriram, descredibilizando a relação poder público e empresa. Ainda se encontra muito disso em reuniões com a empresa: “você é da prefeitura e tal?”, com tom de pilhéria, de chacota, então temos que recredibilizar a relação.*

*Agora, a empresa também precisa sair do castelo. Precisa sair dos quatro muros da instituição e enxergar a sociedade cá fora. É como se fosse um universo paralelo à realidade municipal, alguns poucos conseguem passar o portal aí desse universo paralelo, mas a grande maioria, em especial os jovens, tem a ideia que é realmente distante da maioria deles. Está relacionado a uma característica muito específica do modelo da empresa X e de outras empresas nesse porte, que ela existe em um município mas não vive nele, não dialoga, não interfere em nada no município. “Eu sou uma ilha, as crises lá não me interessam, então eu não preciso sofrer nem participar”, e isso é um equívoco na relação da empresa com a cidade.*

Compartilhado por entrevistados que vivem na sede, tanto do poder público quanto da sociedade civil, este discurso evidencia um distanciamento da empresa X com o território, descrevendo uma relação ora de indiferença ora de descrédito, atribuindo a responsabilidade por esta situação tanto ao poder público quanto à própria empresa, o primeiro por não corresponder a acordos anteriores e o segundo por não ter interesse em interagir com o município, criando uma ilha.

Discurso Empresa X concentra poder:

*A empresa X nunca pergunta nada, joga bem a vontade, expande, faz o que quer. Se a empresa quer ela chega, não precisa nem falar com ninguém. Ela chega onde bem pensar: “olha os materiais estão aqui, vamos organizar alguma coisa aqui”.*

Aqui a empresa não é vista como distante, talvez por ser um discurso de entrevistados que vivem nos distritos, fisicamente mais próximos das instalações da empresa. No entanto, apresenta similaridade e complementa o discurso anterior, pois a empresa X também é vista com um certo ar de arrogância e prepotência, realizando suas atividades à parte da dinâmica socioeconômica do município, independente de conversas e negociações envolvendo outros atores.

Os discursos sobre como se dão atualmente as relações entre os atores sociais presentes no território, evidenciam o protagonismo do poder público, a indiferença em relação ao município por parte da empresa X e o poder concentrado por ela, além da constatação de que a sociedade civil é o elo fraco neste processo, que sofre coletivamente e se beneficia individualmente das relações de dependência constituídas. Se em ‘O município Y e o desenvolvimento’ foram levantados diversos canais de participação da sociedade, aqui as ideias centrais revelam que eles não são efetivos, não são apropriados pelas comunidades, seja por motivos históricos, por falta de interesse ou pelas condições díspares de oportunidade, acesso e poder.

Antes de passarmos a reconfiguração dos papéis, aquilo que os entrevistados acreditam que deva ser o papel de cada um destes atores sociais para promover o desenvolvimento do território, nos aprofundaremos um pouco mais na questão da influência, avaliando dentro de cada grupo - poder público, empresas e sociedade civil -, quem concentra mais poder. Tal análise foi possível apenas em algumas situações nas quais os entrevistados detalharam a questão do poder nas relações. Ainda que não esteja evidente no discurso de todos os entrevistados, este recorte nos parece relevante na medida em que a reconfiguração dos papéis e eventuais ações que virão a ser tomadas para o desenvolvimento do município, passam necessariamente pela necessidade de engajamento daqueles que, pela concentração de poder e influência, detém a capacidade de promover transformações, portanto é necessário identificá-los.

#### *1.5.1.1 Influência dentro do grupo poder público*

Ao investigar as relações entre os atores sociais que participam da dinâmica do desenvolvimento municipal, foi possível fazer ainda um recorte específico dentro de dois

grupos: poder público e sociedade civil. Os entrevistados diferenciaram o grau de influência dentro destes grupos, destacando aqueles que concentram maior poder de decisão no processo de desenvolvimento do município. Dentro do grupo de empresas o mesmo não ocorreu, uma vez que os discursos eram diretamente voltados para a empresa X, sem menção a outras organizações privadas ou a um grupo de empresas. Abaixo apresentamos os discursos sobre a influência dentro de grupo poder público, organizado como nas seções anteriores.

Tabela 6 – Distribuição dos discursos sobre a influência dentro do grupo poder público, por ideia central

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas <sup>11</sup>	%	Parte Interessada	Bairro
Poder executivo tem maior influência	13	65%	54% SC 46% PP	77% S 23% D

Fonte: Elaboração própria

Discurso Poder executivo tem maior influência:

*Quem decide tudo dentro da cidade, quem tem a caneta é o executivo. Tudo parte por demanda do executivo, quando os projetos ou as propostas surgem, já vêm com aquela determinação à necessidade do executivo. O poder executivo tem uma predominância maior porque é quem gerencia mesmo a parte dos recursos, é quem dá o norte, é quem monta o planejamento estratégico de funcionamento da cidade, é quem tem a grande máquina chamada prefeitura.*

*Legislativo não tem influência nenhuma, é a câmara do amém: “Não quero saber o resto da missa, quero saber o final da missa. É amém”. Vereador está ali pra fiscalizar, cobrar, deveria ter ao menos um papel independente, mas o executivo manda, negocia e o poder legislativo acata, não são proativos, são reativos ao que o executivo define. Poder judiciário, a gente não vê muita coisa acontecer, também sofre influência porque é indicado, é trazido pelo executivo e aí fica realmente, com ‘boca piu’. Então, a harmonia existe e a dependência também, e a dependência é que causa o mal maior em todo o Sistema.*

Compartilhada tanto pela sociedade civil quanto pelo poder público e citada em sua maioria por entrevistados que vivem na sede, esta ideia central traz à tona o ator do discurso que fala da dependência em relação ao poder público, especificando que é o poder executivo quem exerce esta influência sobre a sociedade e sobre os demais atores dentro do grupo poder público, falando neste caso também em dependência e consentimento.

<sup>11</sup> Nem todos os entrevistados chegaram a detalhar a influência intragrupal. Todos os que o fizeram, no caso da influência dentro do grupo poder público, compartilharam da mesma ideia central.

### 1.5.1.2 Influência dentro do grupo sociedade civil

Mesmo considerado o ‘elo fraco’ nas relações entre os atores sociais do território, é possível identificar dentro do grupo aqueles que têm maior influência. Apresentamos abaixo como se dividiram as ideias centrais sobre a influência dentro do grupo sociedade civil.

Tabela 7 – Distribuição dos discursos sobre a influência dentro do grupo sociedade civil, por ideia central

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Universitários e líderes religiosos contribuem bastante	6	30%	33% SC 66% PP	83% S 17% D
APAE se destaca pelo trabalho desenvolvido	3	15%	100% SC	100% D
Jovem não participa	2	10%	50% SC 50% PP	100% S
SINDSEFRAN se destaca	2	10%	100% PP	50% S 50% D

Fonte: Elaboração própria

Discurso Universitários e líderes religiosos contribuem bastante:

*O grupo dos universitários contribui fortemente, também o setor religioso como um forte influenciador, ele proporciona essa condição das pessoas até ter um certo discernimento. Tem uma questão que pode fazer a diferença, hoje nós temos um número de universitários na cidade muito grande, em torno de 1 mil pessoas fazendo diversas áreas, imagine o que é a gente trabalhar o município na área de engenharia, na área de ciências sociais, na saúde e fazer com que esses projetos possam consolidar o desenvolvimento da cidade. Os universitários têm tido um papel muito importante na estruturação da cidade, que, de forma proporcional, deve ser a que mais tem pessoas fazendo curso de nível superior, mandando por dia para Salvador e Candeias cerca de vinte ônibus. A religião também tem uma força muito grande aqui, com uma predominância no direcionamento da mentalidade local.*

Os dois grupos são vistos como mais influentes junto à sociedade civil por sua característica de formação. Tanto os universitários quanto os líderes religiosos são vistos como responsáveis pela disseminação de paradigmas, pela formação de uma consciência cívica e moral, o que é visto como positivo pelos entrevistados que compartilham deste discurso, como um facilitador para o desenvolvimento. No caso dos universitários esta

relevância já se apresentou de maneira indireta nas ideias centrais ‘Unilab como propulsora do desenvolvimento’ e ‘Educação como propulsora do desenvolvimento’.

Discurso APAE (Associação de pais e amigos dos excepcionais do município) se destaca pelo trabalho desenvolvido:

*A APAE tem uma atuação bem forte, um serviço que realmente ajuda muitas pessoas aqui no município, e também só o trabalho que eles fazem, que trabalha em prol do deficiente, é merecedor que até tenha essa linha direta com o poder público. Agora, em relação a outros, muito apadrinhamento.*

Entrevistados que vivem nos distritos ressaltam a atuação da APAE dentre as instituições sem fins lucrativos, observando que esta mantém uma boa e justa relação com o poder público, fazendo contraponto à relação de apadrinhamento com o restante das organizações da sociedade civil, algo já discutido no discurso ‘Dependência do poder público’.

Discurso Jovem não participa

*Há muito pouco envolvimento do jovem como liderança comunitária. A massa jovem daqui não tem muitos ideais, você vê em outras cidades, o rolê, estão lá lutando por esse direito. Aqui não se vê o jovem lutando para mudar a imagem da cidade. São pessoas de quem se poderia esperar mudança, realmente era a massa jovem, mas infelizmente não tem muito ideal, eles pensam muito em ganhar dinheiro e sair daqui ou se empregar na prefeitura e seguir o caminho do empreguismo sem precisar de nenhum esforço. Aqui o idoso tem uma disputa de ocupação na sociedade maior do que o jovem.*

Mais que apontar quem concentra poder, este discurso, formulado por entrevistados que vivem na sede, lamenta a falta de ideais e mobilização dos jovens do município, que seriam potenciais lideranças, mas se agregam à política de clientelismo.

Discurso SINDSEFRAN (Sindicato dos servidores públicos do município) se destaca:

*O Sindsefran é uma instituição dentro da sociedade que vem fazendo uma cobrança muito forte, um trabalho muito digno e correto como instituição não governamental. Dessas instituições não governamentais hoje, quem deu um salto significativo dentro da nossa sociedade foi o sindicato dos servidores públicos.*

O sindicato dos servidores públicos municipais é lembrado por entrevistados do poder público como uma instituição que cresceu em importância.

Considerando os discursos sobre a influência dentro do grupo sociedade civil, é citada uma instituição que tradicionalmente exerce grande influência sobre a população, em especial em municípios de menor porte, a religião. O programa Bolsa Universitária e a implantação da



UNILAB no município aparecem como grandes vetores de melhoria do acesso à educação pelos municípios, fazendo com que o grupo dos universitários passe a ter relevância no município, ou pelo menos que se espere deste grupo uma atuação qualificada e que contribua com o desenvolvimento da cidade; espera-se também que os jovens envolvam-se mais com as questões socioeconômicas do território, mas neste grupo ainda não se vê mobilização. Entre as instituições sem fins lucrativos que desenvolvem um trabalho de assistência social destaca-se apenas a APAE, ressaltando que esta ideia central não é compartilhada pelo poder público, que cita o sindicato dos servidores provavelmente devido à pressão pela realização de concursos públicos após as demissões decorrentes de termo de ajuste de conduta (citado em ‘Município Y e o desenvolvimento’).

### 1.5.2 Reconfiguração das relações

Elucidado o contexto atual das relações entre os atores que fazem parte do processo de desenvolvimento do território, passa-se à elaboração de papéis ideais de cada um sob a perspectiva dos entrevistados, que foram questionados sobre o papel do poder público, da sociedade civil e das empresas, mais especificamente da empresa X, com vistas ao desenvolvimento do município. Antes de passar a cada um destes papéis, trazemos um discurso surgido espontaneamente de alguns entrevistados que, mais que definir o papel de cada ator, consideraram a necessidade das relações interorganizacionais como condição *sine qua non* para o desenvolvimento.

Tabela 8 – Discurso sobre a necessidade das interorganizações para o desenvolvimento

Ancoragem	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Relações interorganizacionais são essenciais para promoção do desenvolvimento	3	15%	100% SC	66% S 33% D

Fonte: Elaboração própria

Discurso Relações interorganizacionais são essenciais para promoção do desenvolvimento:

*Para que se dê o desenvolvimento é indispensável um sistema de articulação. As empresas estão de um lado, o poder público está do outro e a comunidade tá totalmente afastada de tudo isso aí. Hoje existe um distanciamento desses três setores. O entrave está na*

*articulação desses atores. Um sistema existe quando ele tem os objetos e as relações, então o problema sempre vai estar nas relações, pois esses atores, os focos desse sistema, existem, mas essa articulação às vezes não é simples. É preciso a existência de um planejamento estratégico discutido em conjunto, isso vai só fortalecer o desenvolvimento e os esforços serão complementares, porque você alinha recursos e oportunidades.*

Trata-se de uma ancoragem, pois, como explicado na seção ‘procedimentos metodológicos’, revelam a expressão de uma dada teoria ou “ideologias, valores e crenças...há ancoragem quando no material verbal percebemos marcas discursivas explícitas de afirmações genéricas” (LEFEVRE, F.; LEFEVRE, 2005). Apesar de ser um discurso não tão intenso e formulado somente por representantes da sociedade civil, é relevante descrevê-lo por ter surgido de forma espontânea, o que nos leva a crer que, se estimulado, seria compartilhado por um número maior de entrevistados. Nos parece compreensível que o discurso seja apresentado pela sociedade civil, já que este é o ‘elo fraco’, o ator que hoje não tem voz na definição do modelo de desenvolvimento municipal e, portanto, acredita que é necessária a articulação entre todos, ou seja, que sua participação passe a ser considerada.

### 1.5.2.1 Papel do poder público

Passemos então aos papéis atribuídos ao poder público pelos entrevistados, considerando estes papéis como ideais para a promoção do desenvolvimento. A tabela evidencia as ideias centrais sobre o tema.

Tabela 9 – Discurso sobre o papel do poder público, por ideia central.

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Poder público deve aceitar participação e controle social	8	40%	75% SC 25% PP	50% S 50% D
Poder público deve prover ferramentas para autonomia	5	25%	40% SC 60% PP	100% S
Poder público tem que promover o desenvolvimento	5	25%	20% SC 80% PP	100% S
Poder público deve garantir serviços básicos	2	10%	100% PP	50% S 50% D

Fonte: Elaboração própria

Discurso Poder público deve aceitar participação e controle social:

*O poder público deveria enxergar a sociedade civil como grande parceira. Chamar*

*para dentro das secretarias para reunir, conversar, discutir, dialogar, para formar políticas públicas. Algumas secretarias enxergam o controle social como positivo e isso é bom porque divide essa responsabilidade. Devem ir também até os bairros para ouvir a demanda, ouvir mais a comunidade. O padre não deixa de ser padre quando sai da igreja, o professor não deixa de ser professor quando sai da escola e político quando acaba as eleições esquece que é político, então o papel dele é estar na comunidade perguntando o que precisa ser feito, o que é necessário. Quando o gestor tem vontade de fazer, ele transforma, ele modifica, e essa modificação tem que vir da própria sociedade, da participação popular. O gestor se fortalece mais se ele tem essa visão de participação. O poder público costuma se dirigir à sociedade somente quando está precisando. A partir do momento que o gestor começar a fazer essa política de ouvir mais segmento por segmento, a tendência é ele acertar mais, errar menos.*

Reforçando a vontade de participar do processo decisório, assim como no discurso sobre as interorganizações, a sociedade civil espera do poder público uma abertura para a participação, o estabelecimento de uma relação de parceria. Nota-se que em nenhum momento o poder público é tirado do papel de protagonista, representado na figura do gestor (corroborando o discurso ‘Poder executivo tem maior influência’), mas espera-se que a sociedade possa ser escutada antes da tomada de decisão.

Discurso Poder público deve prover ferramentas para autonomia:

*A ferramenta que o poder público tem que estar colocando é dar, dotar as devidas condições pra que a população cresça, banir a política do ponto de vista clientelista, traçar uma política de libertação, trazer essa ferramenta que é dotar o cidadão de condições de enfrentamento de um mercado de trabalho mais para frente, proporcionar cursos, proporcionar o crescimento do indivíduo. Fazer seu papel de oportunizar, dar essas condições, os programas, por exemplo, o bolsa universitária, mas também é preciso ter uma contrapartida: qual o retorno? - colocar o município como objeto de estudo. O poder público deve utilizar os seus instrumentos para emancipar a população e promover o bem estar social, senão vira um cabide de emprego. Emancipar no quesito educação e no outro quesito que é formação profissional, tornar o sujeito um profissional que possa atuar em qualquer mercado, ele não vai ficar preso só na prefeitura e o voto dele não vai ser mais um voto por causa do emprego. Tirar o indivíduo da tutela do governo, dar oportunidade criando condições objetivas.*

Formando um interdiscurso com as ideias centrais ‘Falta qualificação de mão de obra’, ‘Educação como propulsora do desenvolvimento’ e ‘Dependência do poder público’, este discurso reforça a necessidade de promover o empoderamento do cidadão por meio da

educação e formação profissional, atribuindo ao poder público o papel de gerar oportunidades para que o indivíduo quebre a relação de dependência.

Discurso Poder público tem que promover o desenvolvimento:

*Poder público é o grande promotor do desenvolvimento, afinal são as Políticas Públicas que vão construir o futuro próspero ou futuro com estagnação. É quem tem as ferramentas, os recursos, e a obrigação acima de tudo, já que são os representantes eleitos, de prover serviços, desenvolvimento e segurança. Cabe ao gestor dar as diretrizes, através dos seus planos, plano plurianual, suas leis, seu arcabouço jurídico, imaginar um projeto de cidade.*

A presença deste discurso majoritariamente entre representantes do poder público demonstra o quanto está arraigado no imaginário seu papel de responsável, de protagonista pelo desenvolvimento, revelando como será difícil para o poder público abrir mão de sua posição central no processo decisório. Faz um contraponto a ideia central ‘aceitar a participação e controle social’.

Discurso Poder público deve garantir serviços básicos:

*Poder público deve suprir o mínimo de necessidade da população, garantir o acesso aos serviços, condições alimentares e de habitação. Suprir bem infraestrutura, saúde e educação. Atendendo essas necessidades básicas, faz seu papel enquanto poder público.*

Aqui representantes do poder público defendem uma máquina estatal mais enxuta, mas que garanta as condições básicas de sobrevivência aos cidadãos. Não é compartilhado por um grande percentual dos entrevistados, mas demonstra uma visão diferente daquela do poder público como principal promotor do desenvolvimento.

Entre os papéis ideais para o poder público, os dois mais citados indicam a necessidade de dar mais espaço à sociedade civil, seja através da participação direta na definição de ações e investimentos ou oportunizando formação e qualificação aos cidadãos para que reduzam a dependência do poder público. O terceiro mais citado traz o poder público como protagonista, o que os dois primeiros também não negam; já a última ideia central apresentada nesta questão reduz o espectro de atuação do poder público, limitando suas ações.

#### *1.5.2.2 Papel da sociedade civil*

Conhecidos os papéis atribuídos ao poder público, passamos aos papéis atribuídos à sociedade civil.

Tabela 10 – Discurso sobre o papel da sociedade civil, por ideia central.

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Sociedade civil deve cobrar	7	35%	57% SC 43% PP	57% S 43% D
Sociedade civil deve ser consciente de seus direitos e deveres	6	30%	50% SC 50% PP	66% S 33% D
Sociedade civil deve participar	6	30%	83% SC 17% PP	17% S 83% D
Sociedade civil deve se organizar	4	20%	25% SC 75% PP	100% S
Sociedade civil deve ser autônoma	2	10%	100% SC	50% S 50% D

Fonte: Elaboração própria

Discurso Sociedade civil deve cobrar:

*O papel da sociedade civil, do cidadão, é o de cobrança. Cobrar do poder público o cumprimento de um plano de trabalho, acompanhar o trabalho de cada um dos representantes eleitos e ver quem está correspondendo. Todos os poderes existem em função do povo, então é fazer a cobrança para que o poder público execute o que se propôs, porque quem tem que fazer é o poder público, a sociedade deve se unir e cobrar. Você tem uma liderança comunitária, como um representante do bairro para estar levando as demandas para a defensoria, para a ouvidoria. E que o poder público entenda que as cobranças não são num tom de querer dizer que são incapazes, mas uma forma das lideranças comunitárias ajudarem.*

*Agora, cobrar não é fazer bagunça, é se colocar no papel de cidadão de dizer que a escola não funciona, o posto de saúde não funciona, que a rua precisa ser pavimentada, que precisa criar equipamentos de lazer; é preciso estar embasado nas leis, ter conhecimento de causa para sinalizar com propriedade o que necessita.*

Apresenta como ideal uma sociedade que fiscalize e acompanhe de perto os políticos eleitos, procurando reverter a situação atual apresentada em ‘Comunidade não tem poder’. Intenso e amplo, este discurso apresenta elementos que são encontrados nos dois próximos discursos, cobrar com visão crítica e com consciência e participar, exercendo o controle social e apoiando a gestão apontando as necessidades mais prementes.

Discurso Sociedade civil deve ser consciente de seus direitos e deveres:

*A sociedade também precisa entender que ela tem que também contribuir para o desenvolvimento da cidade dela. As pessoas têm que ter consciência, não é para jogar*

*entulho na rua, na porta da casa dos outros. Cabe à sociedade manter os equipamentos públicos conservados também, recentemente foi entregue aí uma quadra, uma praça, a própria população destruiu. Então tem que ter conscientização da comunidade, é o cidadão cumprir a sua parte no sentido de ajudar no equilíbrio da cidade: a questão da limpeza pública, o equilíbrio ambiental, aqueles que são funcionários no trabalho de qualidade e o empenho para que a máquina pública funcione bem. É preciso atentar também que para o indivíduo se colocar como cidadão, ele precisa de uma boa orientação, de uma boa formação.*

*O que a gente vê muito são pessoas que enxergam o que é de direito, e aí reclamam, fazem manifestação, e o cidadão ele não se dá conta de que tem deveres perante essa sociedade. As pessoas cobram, reclamam, mas a própria família ela não pensa que, por exemplo, é papel dela levar a criança para a escola, zelar pela segurança dela, orientá-la, então é como se a escola fosse responsável por educar integralmente esta criança.*

Além de reforçar a necessidade de cobrar seus direitos, complementando o discurso anterior, traz também a importância de que cada cidadão compreenda seus deveres e tenha senso de coletividade, o que já fora apresentado como uma necessidade na ideia central ‘Será bom se houver conscientização’, quando os entrevistados foram perguntados sobre o município no futuro. É uma ideia central ampla, presente na fala do poder público e da sociedade civil.

Discurso Sociedade civil deve participar:

*A sociedade deve ter uma forte participação junto aos poderes públicos, estar presente e fazer as reivindicações, se mobilizar mais, não precisa agredir, precisa ter um tempo para sair e cobrar daqueles que estão responsáveis pra fortalecer o município. É sinalizar e enxergar aquilo que o gestor não está percebendo e orientar democraticamente num diálogo bastante franco e aberto, mostrando as necessidades e que o caminho talvez não seja aquele que está sendo traçado, auxiliando, indicando como é que deve ser feito, dizendo algumas falhas.*

*Não adianta você não participar, pessoal não comparece – “Ah, é coisa política, não sei o que, não vou” - não vai opinar e depois, "rapaz, tinha que ser assim, não sei o que". Não adianta mais, tinha que estar ali na hora, para expressar sua opinião. Então esse aí não contribui, por estar ausente não conhece e por não conhecer não valoriza, não respeita.*

*O cidadão deve dizer para que veio, fazer parte dos programas, das reuniões, participar da vida do município, dos fóruns, das conferências, dos conselhos, é o momento em que ele pode falar, pode propor, porque quando você participa, você está dando opinião e*

*construindo um futuro melhor.*

Também não difere dos discursos anteriores, mas os corrobora e tem como foco a participação como um direito e um dever do cidadão e da sociedade civil organizada. Complementa também o papel do poder público presente em ‘Poder público deve aceitar participação e controle social’, negando o determinismo / fatalismo elucidado em ‘Comunidade não participa pelo histórico’.

Discurso Sociedade civil deve se organizar:

*A sociedade tem que estar unida, mas, sobretudo, organizada. As forças populares, as associações, as pessoas que pensam adiante, devem se desvincular, cortar o cordão umbilical do poder público e ver que o município é seu e a sociedade tem que ser protagonista do desenvolvimento, não esperar que o desenvolvimento seja entregue como prato feito. Hoje a sociedade não demanda, o poder público tem que chamar e dizer: “olha estou propondo isso, estou sugerindo isso, o que vocês acham?”. Quando os cidadãos chegam ao poder público levam demandas pessoais, particulares. O primeiro passo está acontecendo, começando a se organizar, a partir dos anos 2000 já se vê que as associações começam a ganhar corpo. Quando a comunidade se mobiliza ela avança, só que essa comunidade tem que estar preparada, ter um objetivo e os meios para alcançá-lo.*

Formulado por entrevistados que vivem na sede, representantes do poder público em sua maioria, este discurso é colocado como uma pré-condição dos papéis acima relatados; é necessário que a sociedade civil se organize como coletividade para só então participar e cobrar de forma qualificada.

Discurso Sociedade civil deve ser autônoma:

*A sociedade civil tem que encarar o poder público como parceiro, não como aquele que vai manter o trabalho das organizações sociais. Antes, tudo que era feito na comunidade, as atividades eram feitas sempre pela comunidade, que se reunia e todo mundo colaborava. De um tempo pra cá deixou a responsabilidade da prefeitura, aí a prefeitura tomou a frente e tudo dita, é assim que vai ser e assim será, pronto. Aí a comunidade perdeu espaço de opinar. Se é da comunidade tem que ser da comunidade.*

Esta ideia central formulada por entrevistados da sociedade civil representa uma autocrítica à postura cômoda que a sociedade civil se mantém hoje na relação de dependência. Este é um ponto comum entre todos os discursos formulados em relação aos papéis da sociedade civil, a necessidade de vencer a dependência do poder público e da sociedade civil fazer-se mais ativa e presente nas discussões sobre o desenvolvimento do município. O poder público reconhece a importância da sociedade cobrar, mas aparece mais fortemente nos dois

discursos em que se levanta a necessidade dos cidadãos conhecerem seus deveres e de que as sociedade civil seja mais organizada, ou seja, concordam com a cobrança, mas ressalvam que esta deve ser feita de forma qualificada, para que também não fiquem reféns da própria relação de dependência, de ter que atender demandas individuais e/ou infundadas. Na ideia central ‘Sociedade deve participar’ o poder público representa apenas dezessete por cento, enquanto o discurso ‘Sociedade civil deve ser autônoma’ é compartilhado somente pela sociedade civil, o que pode sinalizar uma dificuldade do poder público em perder o papel de protagonista, em quebrar a dependência hoje presente na relação com a sociedade, algo que também aparece sutilmente no papel ‘Poder público tem que promover o desenvolvimento’.

### 1.5.2.3 Papel das empresas

Nesta seção são apresentados os discursos sobre os papéis atribuídos às empresas. É importante ressaltar que poucos entrevistados responderam sobre este tema, pois a maioria direcionava o discurso diretamente para a empresa X (apresentado na seção seguinte), o que demonstra a influencia desta organização no município. A tabela abaixo sintetiza o papel das empresas sob o ponto de vista dos entrevistados.

Tabela 11 – Discurso sobre o papel das empresas.

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Não basta as empresas pagarem impostos	4	20%	50% SC 50% PP	100% S

Fonte: Elaboração própria

Discurso Não basta as empresas pagarem impostos:

*Na realidade os benefícios que as empresas trazem para o município são os impostos. Até mão de obra, como aqui não tem mão de obra qualificada, quase toda vem de fora. Então, uma participação efetiva, atuação das Empresas no Município não existe, pagar o imposto não é participação no desenvolvimento da cidade. Não é apenas a questão de recursos que são repassados, os recursos são importantes, mas deve-se fortalecer o olhar social, incentivo às comunidades. A cidade ainda carece muito do envolvimento das empresas com a dinâmica do município.*

Os poucos entrevistados que consideraram um grupo de empresas e não somente a empresa X, compartilharam da ideia de que é necessário maior envolvimento das



organizações privadas com o município, além do mero repasse de recursos.

#### 1.5.2.4 Papel da empresa X

Aprofundando a percepção dos entrevistados sobre a empresa X, obtivemos a verbalização daquilo que acreditam ser importante a organização assumir como papel perante à sociedade e ao poder público. Antes, porém, foi avaliado o que acham que a empresa já faz pelo desenvolvimento do município, cujo resumo é apresentado na tabela abaixo, seguida dos discursos.

Tabela 12 – Discurso sobre “O que a empresa X faz hoje pelo desenvolvimento”, por ideia central.

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Empresa X atua no social, mas ainda é pouco	9	45%	78% SC 22% PP	45% S 55% D
Empresa X tem um passivo com o município	6	30%	100% PP	100% S
Empresa X faz sua obrigação	3	15%	100% SC	66% S 33% D
Empresa X desmobiliza comunidade	2	10%	100% PP	100% S

Fonte: Elaboração própria

Discurso Empresa X atua no social, mas ainda é pouco:

*A empresa X está buscando essa ação a nível social. Há alguns programas como aquele programa de criança que é muito bom, pena que não dá pra agraciar todos, se fosse mais abrangente seria melhor. Tem a Agenda 21 que está também pela empresa, tem algumas iniciativas quanto a relação com os manguezais, com os pescadores, mas ainda é muito pouco, poderia fazer muito mais coisas para dentro do município. Tem o Mova Brasil, que é uma outra ação que a empresa vem fazendo, mas ainda é muito restrito.*

Mais concentrada na sociedade civil, tanto dos distritos quanto da sede, esta ideia central reconhece a atuação da empresa por meio de projetos sociais e programas de educação, organização comunitária e conservação ambiental. Ainda assim acham que a empresa X deveria realizar mais ações e que alcançassem um público maior.

Discurso Empresa X tem um passivo com o município:

*A empresa X tem um débito social muito grande, um passivo enorme, não basta só esse repasse, o maior compromisso que a empresa deve ter é o compromisso social. Precisa*

*colocar mais os programas que ela tem em outras cidades, em outros estados, que às vezes nem tem unidade da empresa; o nosso município respira gases que prejudica a saúde, que tudo isso é provocado pela empresa. Primeiro pagar o que deve, que é muito, é uma dívida incalculável. E podemos culpar a empresa propriamente? Não. Depende também do gestor, não só da empresa.*

Formulado por representantes do poder público que vivem na sede, o discurso é baseado na ideia de que é necessária uma atuação social para compensar impactos e danos causados pela empresa, comparando com outros municípios em que a empresa não tem operações mas realiza investimentos sociais. A responsabilidade pela falta de investimentos da empresa X no município é também atribuída ao poder executivo municipal que, na visão destes entrevistados, deveria exercer uma cobrança mais forte sobre a empresa, reforçando a visão de que o poder executivo é o principal responsável pela promoção do desenvolvimento, visto também nos discursos ‘Poder executivo tem maior influência’ e ‘Poder público tem que promover o desenvolvimento’.

Discurso Empresa X faz sua obrigação:

*Olhe, não como um defensor da empresa X, eu vejo que ela cumpre o seu papel social, cumpre aquilo que a Legislação determina, que é área ambiental, a social, paga os tributos, mas aí não cabe à empresa administrar esse recurso dos impostos. Então ela vem atendendo de maneira satisfatória, os empreendimentos que são propostos existe os critérios, não vejo a empresa X com uma certa pendência, porque se uma estrada está ruim, sistema de educação está ruim, não cabe à empresa. Há que sinalizar também a empresa X como um dos fortes empreendedores nesses avanços da sociedade civil; tivemos a contemplação de cinco entidades do município porque foi possibilitado isso, no trabalho social da empresa. Esse comitê que nós participamos mesmo das organizações é um ponto assim, que é fundamental pra que a gente hoje, tenha essa condição de conhecer e aproveitar no que podemos. A empresa X é uma das maiores incentivadoras para o crescimento.*

A empresa X é vista como uma fomentadora do desenvolvimento das organizações da sociedade civil, contribuindo com formação de conhecimento e patrocínio à projetos. É salientada a contribuição em impostos pela empresa e sua conduta social e ambientalmente responsável, diferenciando ainda as responsabilidades da empresa e dos demais atores. Compartilhado por entrevistados da sociedade civil, este discurso é composto apenas por pessoas que mantêm um relacionamento contínuo com a empresa X, uma variável até então não considerada por não ser relevante em outras temáticas, nas quais este grupo se mescla aos outros sem que seja possível identificar um discurso específico deste em outras questões. Vale

salientar ainda que, de todos os entrevistados, seis mantêm relacionamento contínuo com a empresa X, todos da sociedade civil.

Discurso Empresa X desmobiliza comunidade:

*Há uma gestão de influência da empresa X no território, a forma como a sociedade está totalmente desorganizada é gerenciada pela própria empresa. Existe uma governança paralela feita pela empresa que desmobiliza todas as ações conjuntas que poderiam ser implementadas pelos prefeitos da região. Já a ação junto às comunidades é muito mais uma prestação de contas do que de fato uma intervenção, uma ação que possa transformar, interferir ou modificar. Não é culpa só da empresa, é porque o outro lado que está participando não acredita, a sociedade tem como perspectiva a solução do seu imediato, então vai para uma reunião, chega lá não se sente contemplado, aquilo para o indivíduo não tem validade nenhuma. Ele volta para casa e continua a vidinha dele. A empresa X faz de conta que está resolvendo; é uma ação pontual, o diálogo fica na base de resolução de demandas, não tem um planejamento.*

Representantes do poder público, reforçando a ideia central ‘Empresa X concentra poder’, afirmam que a empresa exerce influência sobre a sociedade civil e sobre o poder público, desarticulando-os para que não façam frente à organização no que diz respeito à concentração de poder, de modo que não exerçam pressão sobre a empresa. A sociedade civil também é responsabilizada pela falta de consequência das ações da empresa junto à comunidade, que se dão muito mais como uma prestação de contas que como uma intervenção transformadora.

Alguns pontos relatados em ‘Empresa X e o município Y’ são corroborados nos discursos, a exemplo dos questionamentos sobre aproveitamento da mão de obra local, dos impactos ambientais reclamados em especial por pescadores, a má avaliação da empresa em sua relação com o meio ambiente, além do fato de 48% achar que a empresa não ajuda o município e nem participa de seu cotidiano, assim como ‘Empresa X distante’.

Nesta questão – o que a empresa X faz pelo desenvolvimento, pudemos identificar uma ideia central de característica muito positiva para a organização: a ‘Empresa X faz sua obrigação’, entendendo que atende plenamente ao que seria seu papel. A ideia central ‘Empresa X atua no social, mas ainda é pouco’ reconhece o esforço da organização, mas o considera insuficiente. Os outros dois discursos, formulados exclusivamente pelo poder público, revelam uma visão negativa da organização, devido seus impactos não compensados e pela gestão de influência sobre os demais atores sociais. Mesmo nestes discursos, no entanto, a responsabilidade é atribuída também aos outros atores sociais, ao poder público no

caso do passivo histórico e à sociedade civil no discurso sobre desmobilização da comunidade, reforçando o conceito de que o desenvolvimento se dá por meio das relações interorganizacionais, assim como no discurso ‘Relações interorganizacionais são essenciais para promoção do desenvolvimento’.

Partindo do que a empresa X faz pelo desenvolvimento, os entrevistados passam então para quais seriam os papéis ideais atribuídos à organização com vistas à promoção do desenvolvimento do território. A tabela abaixo sintetiza as ideais centrais referentes a esta questão.

Tabela 13 – Discurso sobre o papel da empresa X, por ideia central.

Ideia Central	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Empresa X deve fazer formação	10	50%	60% SC 40% PP	70% S 30% D
Empresa X tem que empregar	8	40%	50%SC 50% PP	62% S 38% D
Empresa X deve cuidar do meio ambiente	3	15%	66% SC 33% PP	33% S 66% D
Empresa X deve fazer projetos duradouros	2	10%	100% SC	50% S 50% D
Empresa X deve participar/patrocinar eventos	2	10%	100% PP	100% S

Fonte: Elaboração própria

Discurso Empresa X deve fazer formação:

*A empresa X pode ter esse papel em termos de formação profissional, porque é bom para o cidadão, para o munícipe, mas para a empresa também é muito bom ter um quadro bem formado próximo do local onde ela está instalada. Deveria fazer uma escola profissionalizante, bem direcionada as necessidades do mercado de trabalho para ações de trabalho que ela executa e necessita, bem como para as empresas que realizam seus serviços terceirizados. É a área mais carente e um dos grandes anseios da população as chamadas escolas profissionalizantes. A empresa X faria os cursos, esse investimento mais maciço na formação e qualificação dos indivíduos locais. Muitos jovens têm vontade, mas não aparecem oportunidades, um grande número de pessoas que fizeram o curso do petróleo e gás concluíram com muita dificuldade e em momento nenhum tiveram oportunidade. A própria empresa X hoje tem uma política interna de não absorver essa mão de obra capacitada, de nível superior. Se a empresa X fizesse uma formação, “oh a gente vai ajudar aqui o município, vamos dar um curso para vocês aí de comércio”, o sujeito sabia que ele ia fazer*

*um curso de comércio, mas que ele não iria trabalhar na empresa X porque não é atividade dela (da empresa). Mas a empresa X faz a formação exatamente na sua área, na área de demanda da sua empresa, e aí depois esse retorno é muito pequeno para essa sociedade. Então precisa responder essa questão.*

A qualificação profissional é apontada como um dos papéis atribuídos à empresa X; entrevistados da sociedade civil e do poder público ressaltam a carência deste tipo de formação, bem como os possíveis ganhos tanto em empregabilidade quanto em redução de custos para a empresa X e seus prestadores de serviço. O discurso traz ainda que mesmo aqueles que têm formação encontram dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, não adiantando a empresa fazer formação na área em que atua se não haverá oportunidades de ingresso.

Discurso Empresa X tem que empregar:

*A empresa X está aqui perto, dentro do município e não emprega ninguém. Por quê? As pessoas não conseguem entender. Precisava ter um atendimento maior no campo da geração de emprego e de renda, estabelecer e criar políticas em cima disso para atender todo mundo. A empresa X não é só pro pessoal daqui, mas não é admissível que uma empresa dentro do município e que emprega várias pessoas não seja a número 1 em ocupação das pessoas da cidade, que não tenha quase ninguém daqui trabalhando. Muitos pais deixam a família para trás e vão trabalhar em outro Estado, isso é complicado. Não é querer que empregue alguém que não tenha condições, que não tenha capacidade, é pegar profissionais formados e formar outros também. O que mais pesa é a capacitação e o transporte; daria pra fazer uma parceria público-privada para criar condições de formar profissionais, dirigir para a necessidade de mão de obra da empresa X e suas prestadoras de serviço, com o município disponibilizando transporte para levar, seria inclusive uma vantagem em termos de custos para a empresa X e as terceirizadas.*

Complementando o discurso anterior, esta ideia central questiona o não aproveitamento da mão de obra local pela empresa X e seus prestadores de serviço. Apesar de reconhecer como entraves à empregabilidade o transporte e a qualificação, os entrevistados apresentam alternativas para resolver estes obstáculos e reforçam aqui também as vantagens em termos de custos para as empresas.

Discurso Empresa X deve cuidar do meio ambiente:

*O cuidado com o meio ambiente deve ter um grande investimento de trabalho. A empresa X tem um grande débito aí nessa área de meio ambiente. Quando tinha um derrame de produto o que a empresa fazia? - limpava o que dava e o que não podia ficava lá*

*degradando. Então tem que investigar essa área de meio ambiente, olhar o pessoal da pesca, ver problema de mau cheiro que tem, o que deve consertar para não causar problema para comunidade, trabalhar estas tecnologias para melhorar as coisas. Deveria ver parceria com associações de munícipes, formando também esse pessoal, que além de estar cuidando do meio ambiente estaria se emancipando do ponto de vista profissional, realizando um trabalho, uma produção e obtendo retorno com isso.*

Com maior concentração entre os entrevistados que vivem nos distritos, são apontados impactos ambientais com consequências para a saúde e geração de renda dos munícipes. Fala-se em passivos que precisam ser investigados e da necessidade de desenvolvimento de tecnologia para minimizar eventuais impactos, bem como é colocada a parceria com a sociedade civil apoiando na sua formação e geração de renda a partir da questão ambiental.

Discurso Empresa X deve fazer projetos duradouros:

*Essa questão de patrocinar festas, eventos, não sei quantos milhões para fazer uma festa, isso não vale a pena, porque festa é aquilo ali e acabou, não fica nada pra comunidade de verdade. A empresa deve fazer uma coisa na comunidade, com entidade, todo mundo que tomou aquele curso, qualquer coisa, uma escola profissionalizante, projetos que ajudem a promover a transformação do indivíduo, do cidadão, isso tudo fica marcado.*

Formulada exclusivamente por entrevistados da sociedade civil, esta ideia central questiona o investimento da empresa X em eventos esporádicos que não promovem a transformação social, reforçando que o investimento deve ser realizado em projetos de longo prazo que tenham retorno à sociedade. Emerge também do discurso a preocupação de apoio da empresa à eventos organizados pelo poder público em detrimento de ações realizadas diretamente com organizações da sociedade civil.

Discurso Empresa X deve participar/patrocinar eventos:

*Era bom que a empresa bancasse aqui o São João, um show de Ivete Sangalo, também feiras de livro, festival de samba do recôncavo. É muito bom estar vinculando o nome da empresa X a estes eventos. Às vezes o que precisa não é nem tanto dinheiro, é essa questão de parceria, que onde tem a marca da empresa fica uma boa impressão, além do retorno que tem para a própria empresa. Isso serve também para aliviar o poder público a fazer outros investimentos na cidade.*

Contrapondo o discurso anterior e compartilhado somente pelo poder público, a proposta apresentada é que a empresa X participe também de eventos pontuais, ‘emprestando’ sua credibilidade à organização do evento ao associar sua marca e aliviando os custos do poder público, de modo que este possa investir em ações mais estruturantes.

Dentre as ideias centrais que mencionam a empresa X, boa parte delas envolve as temáticas emprego e formação profissional – ‘Empresa X não emprega’, ‘Falta qualificação’, ‘Empresa X deve fazer formação’, ‘Empresa X tem que empregar’. Cabe ressaltar que ‘emprego’ foi o segundo tema mais citado pelos entrevistados quando questionados sobre o desenvolvimento do município, o que demonstra que é uma questão considerada crítica, primordial para o desenvolvimento do território, como visto em ‘Precisa de outra fonte de emprego’. Entende-se então que à empresa X é atribuído um importante papel no processo de desenvolvimento, revelando sua importância e influência no território, que também já foi objeto da ideia central ‘Empresa X concentra poder’.

Os discursos ‘Empresa X distante’, ‘Empresa X tem um passivo com o município’ e ‘Empresa X desmobiliza comunidade’ guardam diferenças entre si, mas mostram uma imagem da organização como um ator que causou e causa impactos negativos no processo de desenvolvimento do município sendo, na melhor das situações, indiferente ao que ocorre no território. Balanceando esta imagem negativa, as ideias centrais ‘Empresa X faz sua obrigação’ e ‘Empresa X atua no social, mas ainda é pouco’ reconhecem um esforço da empresa para a melhoria da qualidade de vida da população.

Além dos papéis relacionados ao tema emprego, aqueles que vivem mais próximos às unidades de operação da empresa X atribuem a ela impactos socioambientais negativos, reforçando que é obrigação da empresa tratá-los. As duas últimas ideias centrais apresentadas se contrapõem, a primeira tem como foco a parceria da empresa com as organizações da sociedade civil para construir projetos de médio e longo prazo, que promovam mudanças efetivas, enquanto a segunda, formulada pelo poder público, entende que a empresa deve investir em ações pontuais de grande visibilidade, associando a marca da organização à prefeitura. Apesar de apontar investimentos contraditórios, estes discursos nos fazem perceber a credibilidade da empresa junto aos outros atores, a vontade da sociedade civil e do poder público de se sentirem parte do universo da empresa (assim como em ‘Empresa x distante’), o orgulho de estampar a marca da empresa associada aos seus projetos, como se desta forma a riqueza e a seriedade atribuídas à organização se estendesse aos demais atores; é o sentimento de ser parte de um projeto exitoso que nutre estes dois discursos aparentemente contrários.

## 1.6 DISCURSOS SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A terceira dimensão do roteiro de entrevista é composto por apenas uma questão, que visava confirmar, já que na primeira dimensão é possível inferir a respeito, qual(is) o(s)

modelo(s) ideal de desenvolvimento para os entrevistados. Quais são os paradigmas e crenças que subjazem aos discursos dos entrevistados sobre o desenvolvimento do território. Tal reflexão nos parece relevante na medida em que o ideal de desenvolvimento para cada um é o que faz com que algumas temáticas sejam citadas enquanto outras não, que algumas áreas sejam consideradas mais relevantes que outras.

### 1.6.1 O que é desenvolvimento

Apresenta-se na tabela abaixo as ancoragens que sintetizam os discursos sobre o conceito de desenvolvimento para os entrevistados. São ancoragens e não ideias centrais por se tratar de uma questão que leva à uma resposta conceitual, como dito anteriormente, que revelam a expressão de uma dada teoria ou “ideologias, valores e crenças” (LEFEVRE, F.; LEFEVRE, 2005).

Tabela 14 – Discurso sobre modelo de desenvolvimento, por ancoragem.

Ancoragem	Intensidade		Amplitude	
	Nº de pessoas	%	Parte Interessada	Bairro
Desenvolvimento como educação, saúde e emprego	7	35%	57% SC 43% PP	57% S 43% D
Desenvolvimento como bem estar	5	25%	40% SC 60% PP	60% S 40% D
Desenvolvimento como acesso a equipamentos públicos e privados	4	20%	50% SC 50% PP	75% S 25% D
Desenvolvimento como processo	4	20%	50% SC 50% PP	100% S

Fonte: Elaboração própria

Discurso Desenvolvimento como educação, saúde e emprego:

*O segredo do desenvolvimento da cidade é quando a pessoa tem uma educação de qualidade, a estrutura do hospital funcionando e as pessoas trabalhando. É um território que tenha a capacidade de ofertar aos seus munícipes condições de saúde pública com qualidade, educação pública com qualidade e oportunidades de geração de emprego e renda. Tem que investir na saúde de base, do programa da família, até o hospital com leitos e UTI. Na educação tratar tudo também, desde a creche para as mães poderem trabalhar, o ensino fundamental e médio com atividade integral e a formação para o jovem ter profissão, de curso técnico e universidade. Atrair fábrica, indústria para o município, trazendo emprego e*



*renda, onde o munícipe não precise se deslocar para regiões distantes para conseguir se empregar.*

A ancoragem mais intensa e abrangente desta questão reúne a segunda, terceira e quarta temáticas mais citadas na primeira dimensão do roteiro de entrevista – emprego (90%), educação (85%) e saúde (75%), corroborando estas áreas como muito relevantes para o processo de desenvolvimento municipal, sob o ponto de vista dos entrevistados. Há então a premissa de que melhorias nestas três áreas representam um grande avanço para se considerar um território desenvolvido. Assim como em ‘Precisa de outra fonte de emprego’, este discurso problematiza o fato das pessoas terem de sair do município para conseguir emprego e traz como solução a chegada de uma grande indústria ou fábrica.

Discurso Desenvolvimento como bem estar:

*Desenvolvimento tem que ser entendido como bem estar do indivíduo, é o lugar onde as pessoas se sentem bem, felizes onde moram. Claro que isso passa pelo atendimento às necessidades básicas, saúde, educação, saneamento básico, uma habitação de qualidade, acessibilidade, ou um acesso, que permita ir e vir, um lazer qualificado, não dá pra dizer que o lugar é desenvolvido, não é bem estar se eu só posso tomar cachaça todo final de semana. É interagir em sociedade.*

Como o indivíduo é contemplado em suas diversas necessidades e como consegue, a partir desta satisfação, viver em sociedade harmonicamente. Trata-se de um paradigma mais conceitual que o primeiro e que prega o desenvolvimento como o atendimento integral das carências do indivíduo. Pode ser relacionado ao tema assistência social, que na primeira dimensão foi citado por 60% dos entrevistados.

Discurso Desenvolvimento como acesso a equipamentos públicos e privados:

*Lugar desenvolvido é aquele que não dependa de ter que sair do município para resolver as coisas. É ter uma estrutura de equipamentos públicos de qualidade, que todos possam ter acesso e usufruir de toda infraestrutura, equipamentos de educação, saúde, vias de acesso, lazer. É importante ainda ter um comércio diversificado, uma farmácia, um supermercado, tudo que precisa, público ou privado, para atendimento às necessidades da população.*

Ancoragem que embasa os discursos da primeira dimensão que tratam da temática mais citada, a economia (95%), além de trazer também o tema infraestrutura (citado por 40%). Desenvolvimento aqui é ter acesso a vários e bons equipamentos públicos, correspondendo à infraestrutura no primeiro bloco, aparecendo também em ‘Futuro melhor devido construção de equipamentos públicos’, e ao comércio de bens e serviços,

correspondente ao tema economia, na primeira dimensão do roteiro.

Discurso Desenvolvimento como processo:

*O desenvolvimento não é uma coisa acabada, é paulatino, lento, porque não depende somente de uma ação, são várias ações, uma interligada à outra. Desenvolve a economia aqui, a cultura ali, a saúde, e o cidadão também tem que criar alternativas de auto-sustentabilidade, senão a cidade vai e o indivíduo fica, tem que acompanhar o progresso. Então uma área melhora outra e o inverso também pode acontecer, não tem saúde se não tiver saneamento, não tem segurança se faltar alternativas de trabalho ou de lazer, que aí o indivíduo fica sem ter o que fazer e vai pra marginalidade.*

Desenvolvimento visto como um processo integrado e integral, em que as áreas e temas são interdependentes e levam a um estado momentâneo de melhoria ou não, algo que está sempre em construção e em movimento de retrocessos e avanços.

As quatro ancoragens expressas para desvendar os modelos de desenvolvimento podem ser relacionadas uma a uma, ou mais de uma em alguns casos, a todas as ideias centrais e discursos colocados pelos entrevistados nas dimensões um e dois do roteiro de entrevista. Reforçam assim nossa crença de que não há discurso que não tenha raízes e sentidos construídos sobre um modo de pensar, sobre uma representação social que molda, que ajusta as situações que vivenciamos e as enquadra de acordo com paradigmas que carregamos conosco como sujeito coletivo.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecido como objetivo proporcionar a integração da responsabilidade social da empresa X ao desenvolvimento do território Y, por meio da análise das representações sociais de seus atores –, há que se destacar as possibilidades proporcionadas pela análise do discurso do sujeito coletivo em nosso caso. Estas possibilidades não se limitam aos papéis atribuídos à empresa; como dissemos anteriormente, é preciso compreender as diferentes representações sociais presentes no território, os projetos e crenças que sustentam as práticas de intervenção de todos os atores sociais e as relações que se estabelecem entre eles.

Entre representações e práticas há um processo de codeterminação e, segundo Abric (apud Chamon, 2009), esta ligação têm relação direta com a natureza da situação e, principalmente, com duas de suas características: a autonomia do sujeito na situação, ainda que parcial, e a presença, na situação, de elementos ligados fortemente à afetividade ou à memória coletiva. Daí derivam duas hipóteses:

- a) as representações determinariam as práticas sociais nas situações nas quais a carga afetiva é forte ou a referência à memória coletiva é necessária para manter ou justificar a identidade, a existência ou as práticas de grupo; b) as representações teriam papel determinante sobre as práticas nas situações nas quais o ator dispusesse de uma autonomia (mesmo relativa) com respeito às restrições da situação ou àquelas resultantes das relações de poder (CHAMON, 2009).

Quando tratamos o desenvolvimento do território e o papel que cada um exerce nele, individual ou coletivamente, está envolvida a reflexão sobre a formação de identidade de um grupo, um tema que evoca uma forte carga afetiva, nos levando à hipótese da representação exercendo dominância sobre as práticas. Por outro lado, as relações de poder neste contexto são por muitas vezes limitantes da autonomia do sujeito, situação contraposta ao que é colocado na segunda hipótese, estabelecendo uma condição na qual a prática social pode predominar sobre a representação. De modo prático e simplista, visando a instrumentalidade necessária para sermos propositivos, há então dois extremos (permeados de nuances entre eles) no modo de lidar com a representação social: o primeiro é entendê-la como uma condição dada à qual se deve aceitar como limite à atuação, ou seja, aquele paradigma está consolidado e temos de conviver com ele, ajustando as estratégias dentro desta realidade. O segundo, mais complexo, é estabelecer estratégias, discursivas e práticas, para transformação da representação social, o que só poderá se dar em longo prazo, a partir de ações planejadas e conscientes, ou de forma mais imediata com o surgimento de um fato extremamente relevante

e repentino, sendo que neste último caso não há possibilidade de controle ou ação planejada de um sujeito. Dentro deste amplo espectro, nos propusemos a encontrar os possíveis consensos, sejam presentes ou passíveis de serem construídos (com ações conscientes e planejadas), e a partir deles avaliar as possibilidades de integração da responsabilidade social empresarial ao desenvolvimento territorial.

No caso estudado, pudemos apreender uma crença arraigada que permeia vários discursos e que deve ser explicitada visando provocar a reflexão sobre como esta representação social orienta e condiciona as práticas dos atores com vistas ao desenvolvimento do território; trata-se do modelo “messiânico”, termo que neste contexto utilizamos para sintetizar a crença de que surgirá alguém para resolver os entraves do desenvolvimento como que em um milagre ou em um passe de mágica, a espera de um Messias, do outro que é o responsável pela solução. Encontramos tal modelo mental nas ideias centrais ‘Precisa de outra fonte de emprego’, quando delegam à chegada de uma grande indústria a solução da problemática relacionada à falta de emprego; ‘Empresa X não emprega’ e ‘Empresa X tem que empregar’ atribuem ao mesmo ator a figura de algoz e salvador. Tratando de outro tema, mas ainda neste modelo, o discurso ‘UNILAB como propulsora do desenvolvimento’ vê na chegada da universidade a solução para vários entraves ao desenvolvimento territorial. Em nenhum destes discursos os atores se veem como protagonistas na resolução do que enxergam como entraves ao desenvolvimento territorial, sempre delegando à um terceiro a responsabilidade e a capacidade de solucionar os problemas.

Mas este modelo mental não revela simplesmente uma possível apatia, comodismo ou baixa autoestima dos atores sociais, nas entranhas do modelo repousam as assimetrias de poder. A sociedade civil espera o Messias porque não se vê em condições, presentes ou futuras, de ser protagonista na dinâmica socioterritorial, como demonstrado em ‘Comunidade não tem poder’, ‘Comunidade não participa pelo histórico’, ‘Empresa X concentra poder’, ‘Poder executivo tem maior influência’, ou ainda em ‘Poder público deve aceitar participação e controle social’, onde é necessária a aceitação do poder público para que se exerça o direito do cidadão, e até mesmo em ‘Sociedade civil deve cobrar’, pois neste discurso o papel da sociedade é cobrar para que o poder público faça, continuando este como o ator principal. No outro lado da balança, a incômoda relação entre poder público e sociedade civil exposta na ideia central ‘Dependência do poder público’, faz com que este também aguarde um salvador para diminuir as cobranças sobre si, sem precisar, no entanto, alterar o status quo, mantendo sua condição de agente, o que pode ser lido nas entrelinhas de ‘Poder público tem que

promover o desenvolvimento’, discurso formulado exclusivamente pelo poder público onde este ator é quem define o projeto de cidade, reforçado pela quase ausência deste ator nos discursos ‘Sociedade Civil deve participar’ e ‘Poder público deve aceitar participação e controle social’.

O discurso ‘Dependência do poder público’, compartilhado por metade dos entrevistados e abrangendo tanto poder público quanto sociedade, sintetiza a situação de desigualdade na distribuição de poder no território e, associado aos discursos que acima citamos, caracteriza uma relação cristalizada, sedimentada, de difícil desconstrução, sendo que os atores só consideram possível estabelecer mudanças a partir da introdução de um terceiro agente no processo de desenvolvimento, seja por estar muito distante do centro decisório como é o caso da sociedade civil, ou pela manutenção do *status quo*, tratando-se do poder público. É neste contexto que a empresa X pode ter papel relevante.

Abordando mais detalhadamente os papéis atribuídos à empresa, nota-se que a sociedade civil tem, em geral, uma imagem mais positiva de sua atuação, o que pode ser notado em ‘Empresa X faz sua obrigação’ e ‘Empresa X atua no social, mas ainda é pouco’, que reconhece os esforços ainda que os considere insuficientes. Em relação à última representação, o início de cinco novos projetos patrocinados pela organização deve aumentar esta percepção. Mesmo não aparecendo claramente na pergunta sobre o que a empresa deve fazer, a necessidade de atuação social por parte das empresas é destacada pelos entrevistados, como se vê nos discursos ‘Não basta as empresas pagarem impostos’ – “*deve-se fortalecer o olhar social, incentivo às comunidades*”, e ‘Empresa X deve fazer projetos duradouros’ – “*fazer uma coisa na comunidade...projetos que ajudem a promover a transformação do indivíduo*”. Já o poder público, ator com maior concentração de poder no território, expõe dois discursos negativos sobre a empresa X, o que demonstra a necessidade da organização atuar mais próximo deste ator, tanto com divulgação de suas ações visando reverter esta percepção, quanto estabelecendo um relacionamento transparente e de parceria com este público. Uma demonstração de que o relacionamento pode formar uma representação diferenciada sobre a organização foi encontrada na ideia central ‘Empresa X faz sua obrigação’, formulada por aqueles que mantêm contato frequente com a empresa. Não se trata de isentar a empresa de sua responsabilidade ou apenas de melhorar a representação destes públicos sobre a organização, mas de estabelecer entre os atores presentes no território relações de confiança e parceria, relações interorganizacionais que são imprescindíveis para o desenvolvimento do território.

Ainda falando da empresa X, o caminho mais óbvio aponta a necessidade de sua

atuação sobre a temática do emprego, que foi citada por 90% dos entrevistados, falando sobre necessidade de outra fonte de emprego, falta de qualificação e que a empresa X não emprega. Como vimos na seção Empresa X e o município Y, quando realizada pesquisa pela empresa com lideranças comunitárias, as temáticas consideradas prioritárias foram geração de emprego e renda e qualificação profissional, em uma resposta claramente direcionada àquilo que esperam que a empresa trate. Do mesmo modo, 90% dos entrevistados compartilharam discursos que atribuem à empresa papéis relacionados à qualificação profissional e empregabilidade. Cabe ainda ressaltar que tanto sociedade civil quanto poder público, assim como sede e distritos são parte destas ideias centrais citadas, sendo este claramente um consenso possível. Ainda que o poder público esteja investindo em qualificação profissional, tendo formado mais de quinhentas pessoas, este mesmo ator, bem como a sociedade civil, espera que a empresa X se envolva com esta questão. Não se trata então de ausência de investimento na formação profissional, mas de um papel que os atores deste território atribuem à empresa, e vai além, não basta a empresa proporcionar qualificação profissional se isso não for revertido em maior empregabilidade: *“Mas a empresa X faz a formação exatamente na sua área, na área de demanda da sua empresa, e aí depois esse retorno é muito pequeno para essa sociedade. Então precisa responder essa questão”*. O envolvimento da empresa com a temática significa para os demais atores um comprometimento com a solução. Não há espaço para a empresa se omitir neste tema, mas promover somente a qualificação não será suficiente, sendo necessário estabelecer estratégias de intermediação de mão de obra que aumentem a empregabilidade dos participantes dos cursos de qualificação. Neste sentido outra questão deve ser feita: Haverá vagas na empresa ou em suas prestadoras de serviço?

O cenário provável é de estabilização das vagas de emprego, um fato que condiciona e prepondera sobre a possibilidade de tratar a demanda da maneira mais óbvia. Diante dessa impossibilidade, mergulhando um pouco mais nos discursos, percebe-se que a vontade de trabalhar na empresa está ligada, claro, à carência de ocupação no território, ao alto índice de desemprego, mas também à necessidade de ser parte do sucesso da organização, apropriar-se da riqueza, pertencer ao mesmo grupo e, principalmente, sentir-se respeitado pela empresa, revelado em discursos como ‘Empresa X distante’ - *“A impressão que fica é que ainda há um preconceito muito forte com o que essa cidade era... É como se fosse um universo paralelo à realidade municipal, alguns poucos conseguem passar o portal aí desse universo”*, e ‘Empresa X concentra poder’ - *“Se a empresa quer ela chega, não precisa nem falar com ninguém”*. Mais uma vez se colocam as assimétricas relações de poder e a necessidade de

mudança de postura da empresa, de uma outra perspectiva de relacionamento para construir parcerias com vistas ao desenvolvimento do território.

A questão do emprego pode ser vista sob outra perspectiva se levarmos em conta a ideia central mais compartilhada na dimensão 1 (O município e seu desenvolvimento), ‘Comércio fraco’, em que aparece a vontade de ter um comércio melhor e a figura do microempreendedor individual – “*Às vezes as pessoas estão avançando e criando seu próprio comércio, seu próprio negócio...precisa pensar numa possibilidade para revitalização do comércio local*”. Proporcionar uma formação em empreendedorismo e gestão de negócios, seja de forma associativa ou individual, surge como uma possibilidade de amenizar a pressão sobre as poucas fontes de emprego, assim como atuar na articulação de redes entre os fornecedores da empresa X e microempreendedores locais que possam fornecer produtos e serviços àqueles. Estabelecer estratégias de fomento às organizações que atuam na área cultural, um diferencial do município, também pode ser pensado como alternativa à geração de renda, o que já fora expresso no discurso ‘Cultura como diferencial’ – “*A cultura é um meio de desenvolvimento, de se melhorar a autoestima do povo, como um meio de produção de serviço e de melhoria da economia.*”

Outro ponto importante na relação da empresa com o território diz respeito ao que é abordado em toda a literatura sobre responsabilidade social, o tratamento dos impactos causados e/ou atribuídos à ela. Discurso compartilhado em especial por aqueles que vivem mais próximos às instalações da organização (‘Empresa X deve cuidar do meio ambiente’), demanda tanto ações de esclarecimento, para os casos de falta de informação e responsabilização equivocada, como desenvolvimento e/ou aplicação de tecnologias para efetiva minimização de eventuais impactos que realmente estejam ligados à operação da empresa, mantendo uma relação de transparência com seus vizinhos.

Pensando nas relações interorganizacionais necessárias ao desenvolvimento, em especial na emancipação da sociedade civil para que estas relações se deem de forma a produzir bons resultados para todos os atores presentes no território, um caminho a ser seguido é o de formação da sociedade civil para assumir seu novo papel. É preciso aprender como cobrar, como ser participativa, organizar-se, ser consciente de seus direitos e deveres; se estes são os papéis considerados ideais para a sociedade civil é preciso que ela esteja preparada para assumi-los. Não se quer dizer com isso que há uma forma correta ou que há um método para ensinar a ser participativo ou como cobrar, mas que é possível prover a este ator informações e instrumentos para que ele construa seu *modus operandi* que permita diminuir o desequilíbrio de poder entre a sociedade civil, poder público e empresa X. Ainda

que esta questão não esteja diretamente ligada ao papel da empresa, sua atuação socialmente responsável pode passar pela realização de ações para o fortalecimento da sociedade civil, uma vez que é algo visto como imprescindível no processo de desenvolvimento do território. Tal fortalecimento deve passar necessariamente pelo envolvimento dos universitários e líderes religiosos, que na ideia central ‘Universitários e líderes religiosos contribuem bastante’ são destacados como os grupos mais influentes dentro da sociedade civil, responsáveis por proporcionar discernimento e direcionar a mentalidade local - *“proporciona essa condição das pessoas até ter um certo discernimento... uma predominância no direcionamento da mentalidade local”*.

Um grupo que também deve ser envolvido neste processo de formação para o novo papel da sociedade, com vistas ao desenvolvimento, são os jovens, devido às características associadas a esta etapa da vida, como inquietude, energia, vontade de mudar. Apesar de não exercer forte influência no território em questão, credita-se à eles a responsabilidade pela mudança, como se vê no discurso ‘Jovem não participa’ - *“de quem se poderia esperar mudança, realmente era a massa jovem, mas infelizmente não tem muito ideal”*. Aqui se abrem novas questões cuja agenda desta pesquisa não permitiu contemplar: Como os jovens se veem neste processo de desenvolvimento? São protagonistas? Devem realmente sê-lo? Como lidam com esta possibilidade? Estas e outras questões relacionadas à como cada um dos atores assumiriam estes novos papéis, são indagações que podem ser objeto de outras investigações. O discurso da empresa X, por exemplo, só se fez presente nesta pesquisa por meio de seus documentos institucionais; uma outra abordagem possível e necessária, não vista no recorte que fizemos, inclui desvendar as crenças e paradigmas dos empregados da empresa X que atuam e tem influência sobre a definição das estratégias corporativas para o território, pois o discurso corporativo dos documentos não necessariamente será reproduzido pelos empregados que atuam no território.

Considerando estes limites da pesquisa, recomenda-se à empresa a implantação de algumas práticas de responsabilidade social de modo a integrar-se ao processo de desenvolvimento territorial, quais sejam:

- Estabelecer uma sistemática de relacionamento com o poder público local, uma vez que este é o ator central na promoção de intervenções no território e apresenta discursos mais críticos em relação à organização;

- Fomentar e participar de fóruns locais visando um maior envolvimento e aproximação da dinâmica socioterritorial, fazendo-se presente nas discussões sobre temas diversos ainda que não diretamente relacionados à atuação empresarial;



- Atuar na qualificação e intermediação de mão-de-obra articulando um comitê ou fórum interorganizacional que envolva empresas prestadoras de serviço, poder público, sociedade civil organizada, instituições tecnológicas e acadêmicas. A este comitê caberia avaliar as potencialidades econômicas do território de modo a definir as áreas de qualificação profissional a serem desenvolvidas, bem como implantar um processo transparente e multiatorial de intermediação de mão-de-obra visando maior empregabilidade dos munícipes.

- Proporcionar conexões dentro da cadeia produtiva da empresa por meio de feiras de negócios, nas quais as organizações apresentariam suas demandas e ofertas de bens e serviços dando oportunidades às micro e pequenas empresas locais de participarem de uma rede e fornecerem seus serviços. Associada à esta estratégia sugere-se a formação em empreendedorismo e gestão para capacitar os empreendedores locais a desenvolver seus negócios e passar a integrar a cadeia produtiva da organização ou mesmo outras cadeias produtivas identificadas como potenciais.

- Investir na capacitação das organizações culturais visando abrir novas possibilidades de geração de renda e oportunidade de trabalho no município, já que a cultura é considerada um potencial do território.

- Instrumentalizar as organizações da sociedade civil promovendo o empoderamento destas instituições com vistas à reduzir a concentração de poder decisório no município.

Apresentamos aqui, partindo de um conhecimento aprofundado sobre o processo de desenvolvimento de um território, algumas das diversas possibilidades de atuação de uma empresa para que possa colaborar com a transformação do local. Todas as sugestões colocadas são específicas para este contexto e só serão efetivas em um espaço e tempo delimitados, são dirigidas ao caso em questão e são temporárias, pois refletem a dinâmica socioterritorial atual. Estes são os limites e ao mesmo tempo as possibilidades que a análise das representações sociais nos apresenta quando aplicadas ao desenvolvimento territorial; é uma metodologia aplicável a outras situações justamente por nos permitir ver o que há de singular em cada uma delas, e mais, por trazer à tona as crenças e paradigmas que influenciam as práticas. Consideramos desta forma que a análise das representações sociais deve ser uma das muitas ferramentas utilizadas para pensar processos de indução do desenvolvimento territorial; é preciso mesclar análises quantitativas, intervenções territoriais baseadas em métodos participativos, análise de representações sociais e tantas outras formas de análise disponíveis para estabelecer estratégias com vistas ao desenvolvimento territorial, um grande desafio da sociedade contemporânea ‘glocalizada’.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Bianca. **O estado indutor: um olhar fenomenológico-existencial sobre o programa comunidade ativa**. 2001. EBAPE-FGV. Dissertação (Mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.
- AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas PPP**, [Brasília], n.23, jun. 2001.
- ARRUDA, Angela. Teorias das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 17, nov. 2002.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ISO 26000: diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro, 2010.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BECATTINI, Giacomo. O distrito marshalliano. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.
- BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento local endógeno: entra a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 5, maio 2002.
- BRAGA, Tânia Moreira; SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise Cunha Tavares. Sobrefinanciamento e desenvolvimento institucional nos municípios petro-rentistas da Bacia de Campos. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global**. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012.
- BRANDÃO, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p 17-37, jan./jun. 2011.
- BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A C; ALMEIDA, F N A (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Ed. Alínea, 2007. ISBN: 85-75151920
- CHAMON, Edna M. Q. O. (Org.). **Representação social e práticas organizacionais**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

CHAMON, Edna M. Q. O. Representação Social da pesquisa e da atividade científica: um estudo com doutorandos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.12, 2007.

DALLABRIDA, Valdir R. et al. Aportes Teórico-Metodológicos sobre a Dimensão Espacial do Desenvolvimento: uma contribuição. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Santa Catarina, ano 1, n. 1, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/index>>. Acesso em: mar. 2014.

DALLABRIDA, Valdir R. Território e desenvolvimento sustentável: indicação geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil. **Informe Gepec**, Paraná, v.16, n 1, 2012.

DALLABRIDA, Valdir R.; FERNANDÉZ, Víctor R.; SIEDENBERG, Dieter R. Desenvolvimento a Partir da Perspectiva Territorial. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul, ano 2, n. 4, jul./dez., 2004.

DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DICIONÁRIO AURÉLIO, 2014. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acessado em: 20 fev. 2014.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.

FERREIRA, Geraldo S.; AFONSO, Rita C. M.; BARTHOLO, Roberto. Diálogo e responsabilidade social. In: SIMÕES, C. P. et al. **Responsabilidade Social e Cidadania**. Brasília: SESI Departamento Nacional, 2008.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia (Org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHER, Tânia; MELO, Vanessa Paternostro; CODES, Ana Luiza. Interorganizações e gestão do Desenvolvimento Sócio-territorial: um estudo de Organizações da Sociedade Civil em Municípios Baianos. In: ENCONTRO DA ANPAD, 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro, 2004.

FRANCO, Augusto. Por que precisamos de DLIS: desenvolvimento local integrado e sustentável. [S.l.: s.n], 1999. Disponível em: <<http://net-hcw.ning.com/page/biblioteca>>. Acessado em: 03 mar. 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

GONDIM, Sônia M G, FISCHER, Tânia. O Discurso, a Análise do Discurso e a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo na Gestão Intercultural. **Cadernos de Gestão Social**, Salvador, v.2, n.1, p.09-26, set./dez. 2009. Disponível em: <[www.cgs.ufba.br](http://www.cgs.ufba.br)>. Acesso em: mar. 2014.

INSTITUTO ETHOS. Responsabilidade Social Empresarial. Disponível em: <[www3.ethos.org.br](http://www3.ethos.org.br)>. Acessado em: 03 fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acessado em: 18 jan. 2014.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Discurso do Sujeito Coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa: desdobramentos. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de representação social**: um enfoque quali-quantitativo. 2. ed. Brasília: Liber Livro Ed. LTDA, 2012.

LIMONAD, Ester. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.15, n. 1, maio 2013.

LIRA, Iván S.; ESCUDERO, Carlos S. **Metodologia para elaboração de estratégias de desenvolvimento local**. Santiago de Chile: CEPAL, jul. 2012. (CEPAL - Serie Manuales, 76)

LUSTOSA, Paulo H. **Desenvolvimento Local Induzido e Democracia Participativa**. [Brasília]: IBRAD, [2005?].

MACHADO, D. Q. et al. Desenvolvimento sustentável e RSC: um estudo da produção científica brasileira à luz da bibliometria e análise das redes sociais. In: SEMEAD – SEMINARIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 15, 2012. **Anais...** São Paulo, 2012.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n.3, p. 559-590, maio/jun. 2010. ISSN 0034-7612

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Construindo uma Agenda 21 Local, 2002. Disponível em: <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acessado em: 09 jun. 2014.

MORAES, Antônio Carlos R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n.55, 2004.

OSWALD, Rosiane. CRUZ, Helio A da. A teoria dos stakeholders: um estudo das produções científicas nos ENANPADs de 2000 a 2008. In: ENCONTRO DA ANPAD, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local**: textos selecionados. Brasília: SEBRAE, 2008.

SÁ, Celso P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S. ALMEIDA, M. L. **Diálogos com a teoria da representação social**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHOMMER, Paula Chies. ROCHA, Fabio Cesar da Costa. As três ondas da Gestão Socialmente Responsável no Brasil. In: XXXI ENANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TERRA, D. C. T.; GIVISIEZ, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. Ameaça às regras de rateio dos royalties do petróleo e capacidade institucional dos municípios pertencentes à OMPETRO-RJ. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 2010. Mendoza. **Anais...** Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## **APÊNDICES A – Roteiro de entrevista (exploratória)**

1. Nome, endereço e telefone.
2. Situação da organização que participa (poder público ou organização da sociedade civil).
3. Trabalhos desenvolvidos pela instituição.
4. Ações relevantes que estão ocorrendo no município.
5. Relacionamentos a destacar – quem são as pessoas e instituições com as quais se relaciona com maior frequência e que considera importante, influente no município.

## APENDICE B – Roteiro de entrevista (obter discursos)

Nome do entrevistado:

Público: ( ) Sociedade Civil      ( ) Poder Público

Convive / vive em que comunidade / bairro?

### Dimensão 1. Percepções sobre o território e seu desenvolvimento

1.1. Como você acha que está o desenvolvimento da cidade?

*Citação espontânea*

Tem alguma ou algumas áreas que você acha que está se desenvolvendo mais?

Tem alguma ou algumas áreas que você acha que não está se desenvolvendo?

1.2. Como você enxerga o município no futuro? Daqui a dez anos?

1.3. Você acredita que a cidade tem algum diferencial em relação a outros lugares? Qual ou quais seriam os potenciais do município? Esse(s) potenciais são desenvolvidos?

### Dimensão 2. Papel de cada ator social

2.1. Para você quem são os atores sociais que participam do desenvolvimento do município? Tem alguém com maior influência?

2.2. Qual o papel do poder público (prefeitura, secretarias municipais, vereadores, promotores de justiça) no desenvolvimento do município? Como deveria participar?

2.3. O que acha que não é papel do poder público? Por quê?

2.4. Qual o papel da sociedade / comunidade no desenvolvimento do município? Como deveria participar?

2.5. O que acha que não é papel da sociedade / comunidade? Por quê?

2.6. Qual o papel das empresas no desenvolvimento do município? Como deveriam participar?

2.7. O que acha que não é papel das empresas? Por quê?

2.8. Você conhece a atuação da Empresa X no município?

2.9. Acha que a empresa participa do desenvolvimento da cidade? De que forma? O que ela faz para o desenvolvimento do município?

2.10. O que acha que a Empresa X deveria fazer pelo desenvolvimento do município? Quais instrumentos / ferramentas deveria utilizar? Em que deveria investir? Que tipos de programas e projetos deveria implantar?

### **Dimensão 3. Modelo de Desenvolvimento**

3.1. Para você o que significa desenvolvimento de um lugar? O que é um território desenvolvido?